

Portugal, Balanço Social 2024

RELATÓRIO ANUAL

BRUNO P. CARVALHO, JOÃO FANHA, MIGUEL FONSECA E SUSANA PERALTA



Índice

1	AGRADECIMENTOS	5
2	INTRODUÇÃO	6
3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS	13
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	25
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	27
4.1	Privação material e social	28
4.2	Outras privações essenciais	33
4.2.1	Situação laboral	33
4.2.2	Educação	35
4.2.3	Saúde	36
4.2.4	Habitação	38
5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	41
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	45
7	DIFERENÇAS REGIONAIS	49
8	AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MAIS NOVOS E DOS MAIS VELHOS	58
8.1	Pobreza e desigualdade	59
8.2	Privação material e social	61
8.3	Outras privações essenciais	64
9	AS CONDIÇÕES LABORAIS	66
10	MERCADO DE TRABALHO E APOIOS SOCIAIS	76
10.1	Mercado de trabalho	77
10.2	Proteção social	86
11	PERCEÇÕES E ATITUDES FACE AO ESTADO E INSTITUIÇÕES	92
12	CONTEXTO MACROECONÓMICO	98
13	QUESTÕES METODOLÓGICAS	107
13.1	Como medir a pobreza	109
13.2	Indicadores utilizados ao longo do relatório	113
13.3	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento	115
13.4	Inquérito Social Europeu	116
14	ANEXOS	116

Lista de Figuras

1	Portugal e a UE27 nos principais indicadores de pobreza ou exclusão social (em %)	8
2	Taxa de pobreza ou exclusão social na Europa (em %)	10
3	Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal	11
4	Taxas de vulnerabilidade económica e de pobreza extrema (em %)	22
5	Distribuição cumulativa do rendimento e o limiar de pobreza (em %)	23
6	Quartis do rendimento disponível (em %)	42
7	Transferências sociais e o rendimento	48
8	Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)	51
9	Limiares e taxas regionais de pobreza em 2024	52
10	Coeficiente de Gini por município em 2022	57
11	Quantidade de condições de risco no trabalho em 2024 (em %)	72
12	Taxa de desemprego - Total e por nível de escolaridade completo (em %)	78
13	Variação homóloga de indivíduos registados no centro de emprego por região (em %)	79
14	Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)	80
15	Variação homóloga do número de pessoas inscritas nos centros de emprego por grupos sociodemográficos (em %)	82
16	Horas trabalhadas por semana em 2024	83
17	Teletrabalho em 2024 (em %)	84
18	Contratos temporários em 2024 (em %)	85
19	Número de beneficiários do abono de família por género e por idade em 2024	86
20	Distribuição do rendimento e os limiares dos apoios sociais em 2024	87
21	Número de beneficiários do abono de família por escalão em 2024 (em %)	88
22	Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade em 2024	89
23	Número de beneficiários do rendimento social de inserção por dimensão do agregado familiar em 2024 (em %)	90
24	Número de beneficiários da prestação social para a inclusão por género e por idade em 2024	91
25	Confiança nas instituições (em %)	93
26	Satisfação com o modo como a democracia funciona (em %)	95
27	O estado da educação e saúde no país (em %)	96
28	Valores relativos à justiça social (em %)	97
29	Agregados Macro	99
30	Despesa do Estado	101
31	Pensão média anual da Segurança Social — Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)	103
32	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)	104
33	Salário mínimo nacional (em €)	105
34	Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem — Total e por nível de qualificação e género em 2023 (em €)	106

Lista de Tabelas

1	Limiar do risco de pobreza (em €)	14
2	Taxa de risco de pobreza de acordo as características sociodemográficas (em %)	17
3	Taxa de risco de pobreza de acordo com a situação laboral (em %)	19
4	Taxa de risco de pobreza de acordo com a composição do agregado familiar (em %)	20
5	Outros indicadores de fragilidade económica (em %)	24
6	Intensidade e severidade da pobreza (em %)	26
7	Privação material e social em Portugal (em %)	29
8	Taxas de privação de acordo com o risco de pobreza (em %)	30
9	Dimensões de privação material e social (em %)	32
10	Intensidade laboral em Portugal (em %)	34
11	Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)	35
12	Desigualdade salarial entre géneros, por nível de escolaridade	36
13	Privação de saúde em Portugal (em %)	37
14	Privação habitacional em Portugal (em %)	39
15	Encargos excessivos com a habitação (em %)	40
16	Dificuldades habitacionais em Portugal (em %)	40
17	Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)	44
18	Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)	44
19	Transferências sociais ao nível do indivíduo e do agregado	46
20	Pobreza e desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)	47
21	Pobreza multidimensional em 2023, por região (em %)	54
22	Taxas de pobreza antes e depois de transferências sociais, por região (em %)	55
23	Municípios mais e menos desiguais em 2022	56
24	Pobreza e desigualdade social por grupo etário, antes e depois de transferências sociais (em %)	60
25	Privação material e social por grupo etário (em %)	61
26	Itens de privação material e social nos grupos etários (em %)	63
27	Pobreza multidimensional por grupo etário (em %)	65
28	Características laborais em 2024 (em %)	68
29	Influência no trabalho em 2024 (em %)	68
30	Horas de trabalho em 2024 (em %)	69
31	Razões para trabalhar menos de 30 horas semanais em 2023 (em %)	70
32	Exposição a condições de risco no trabalho em 2024 (em %)	71
33	Trabalho em condições perigosas em 2024 (em %)	73
34	Trabalho em condições perigosas e as características sociodemográficas em 2024 (em %)	74
35	Trabalho em condições perigosas e a saúde em 2024 (em %)	75
36	Municípios com mais e menos inscritos no Centro de Emprego, em 2024 (em %)	81
37	Beneficiários da segurança social (em milhares)	102
38	Principais características da população	111
39	Dados utilizados	117

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação “la Caixa”, parceira da Nova SBE na Iniciativa para a Equidade Social: um programa plurianual que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato do setor e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais.

O Portugal, Balanço Social é um dos projetos centrais desta parceria e tem por objetivo promover o conhecimento e discussão através de um conjunto de relatórios, que analisam a situação socioeconómica das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e exclusão.¹

¹.Agradecemos a José Pena do Amaral e Maria João Cabral os comentários às versões anteriores do documento; a Joana Castro e Costa a coordenação entre a Nova SBE e a Fundação La Caixa; a Eduarda Dionísio pelo apoio na elaboração do relatório; e a Renata Steffen e Alexandre Lucas pelo apoio na comunicação.



2. Introdução

Introdução

A Estratégia 2020, lançada pela União Europeia em 2010, preconiza “uma visão para uma economia social de mercado”, que assenta num crescimento simultaneamente inteligente, sustentável e inclusivo. Para monitorizar estes objetivos, a UE criou um novo instrumento estatístico, um inquérito representativo anual - o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR).

Em 2021, na Cimeira Social do Porto, que teve lugar durante a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, foi definido um Plano de Ação para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este pilar visa a construção de uma UE social forte, justa, inclusiva e com oportunidades para

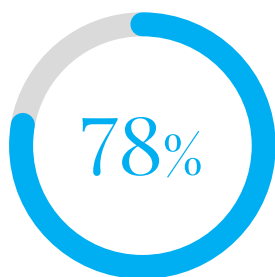
todos. O Plano de Ação estabeleceu os objetivos seguintes, a atingir em 2030, ao nível da União.

Os objetivos comuns desdobram-se em compromissos nacionais, estabelecidos por cada Estado-Membro que, no caso português são: 80% no indicador relativo ao emprego, 60% no indicador relativo à formação de adultos e uma diminuição de 765 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, até 2030 [4].

Neste capítulo introdutório, fazemos uma breve comparação de Portugal com os restantes países da UE em 2023, seguida de uma perspetiva da evolução recente do país.

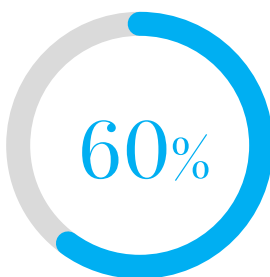
União Europeia

PELO MENOS



DAS PESSOAS ENTRE **20 E 64 ANOS** DEVEM ESTAR EMPREGADAS.

PELO MENOS



DA **POPULAÇÃO ADULTA** DEVE PARTICIPAR EM **PROGRAMAS DE FORMAÇÃO** EM CADA ANO.

O NÚMERO DE **PESSOAS EM RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL** DEVE SER **REDUZIDO** EM

15 milhões,

INCLUINDO PELO MENOS

5 milhões

DE CRIANÇAS, EM COMPARAÇÃO COM 2019.

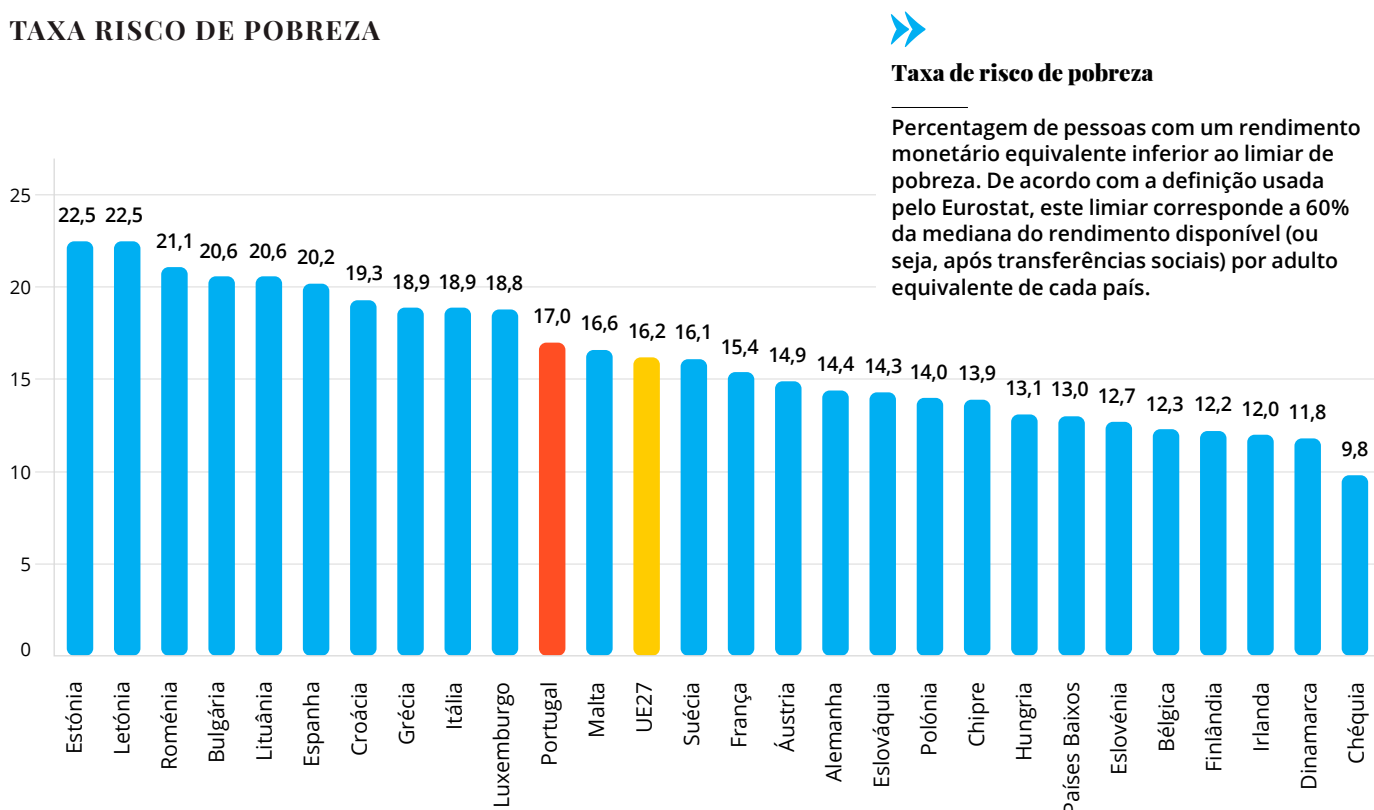
Portugal no contexto da UE

Em 2023, Portugal estava abaixo da média da União Europeia nos principais indicadores de pobreza, exceto na taxa de risco de pobreza. A Figura 1 mostra que a taxa de risco de pobreza após transferências monetárias em Portugal era de 17% (16,2% para a UE27), a taxa de privação material e social severa era de 4,9% (6,8% para a UE27) e a percentagem de pessoas em agregados familiares com intensidade laboral muito baixa era de 6,3% (8% para a UE27).

A Figura 1 mostra que a Chéquia tem a menor taxa de risco de pobreza da UE (9,8%) e a Estónia e a Letónia a maior (22,5%). A maior taxa de privação material e social observa-se na Roménia (19,8%) e a menor na Eslovénia (2%). A percentagem de pessoas em agregados com muito baixa intensidade laboral é menor em Malta (3,5%) e mais elevada na Bélgica (10,5%), seguida da Alemanha (9,9%) e Dinamarca (9,8%).

Figura 1 - Portugal e a UE27 nos principais indicadores de pobreza ou exclusão social (em %)

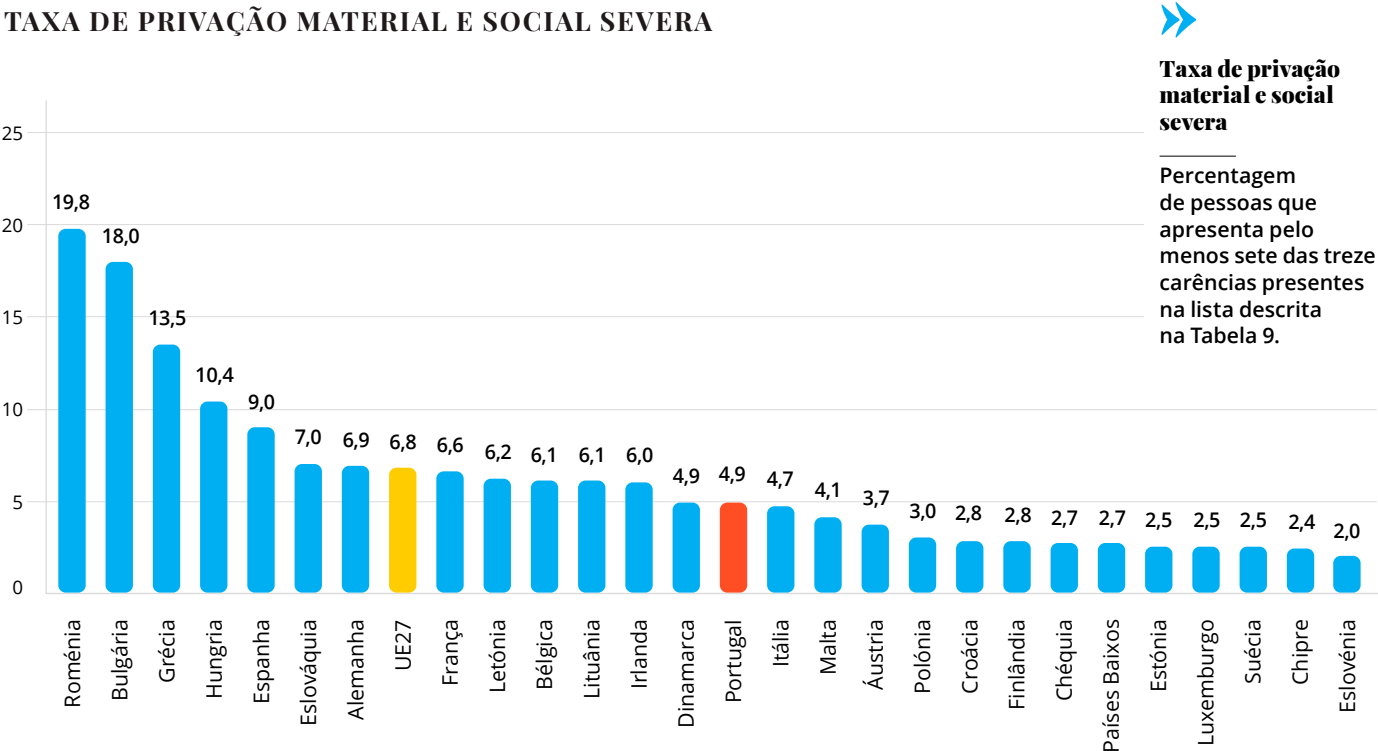
TAXA RISCO DE POBREZA



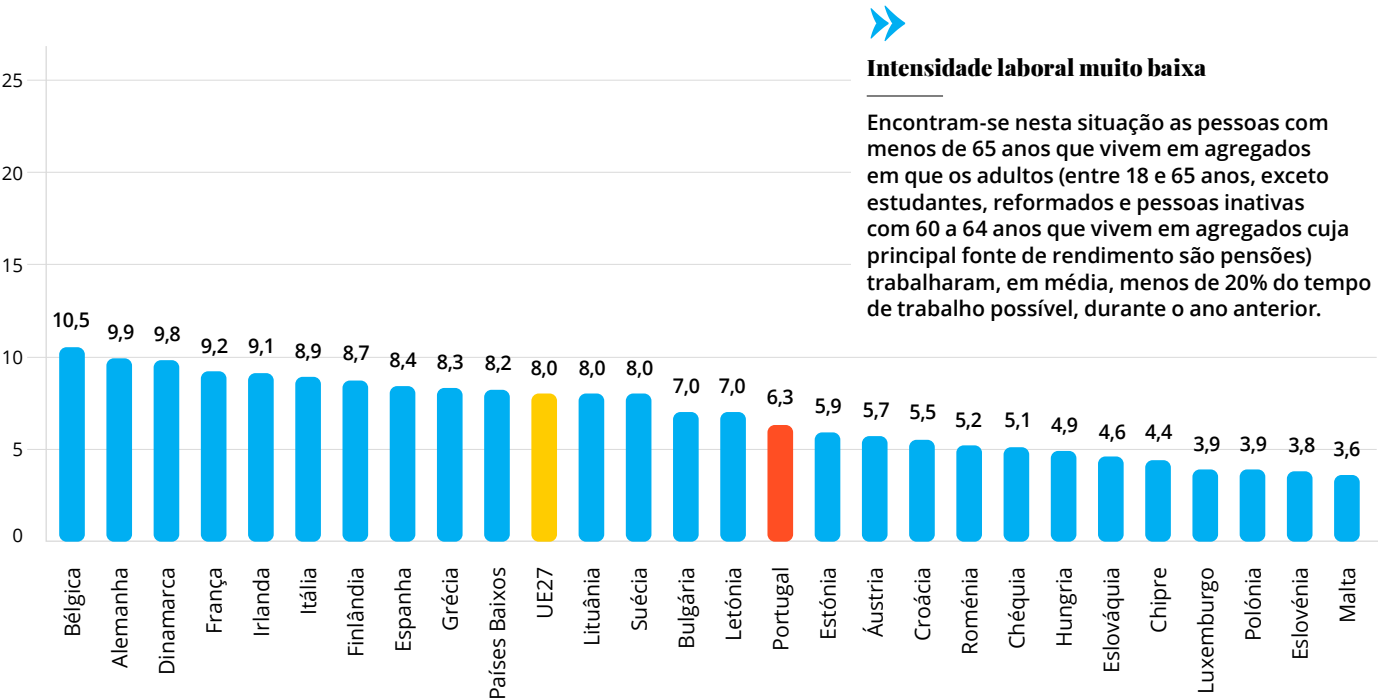
CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA »



TAXA DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA



% DE AGREGADOS COM INTENSIDADE LABORAL MUITO BAIXA



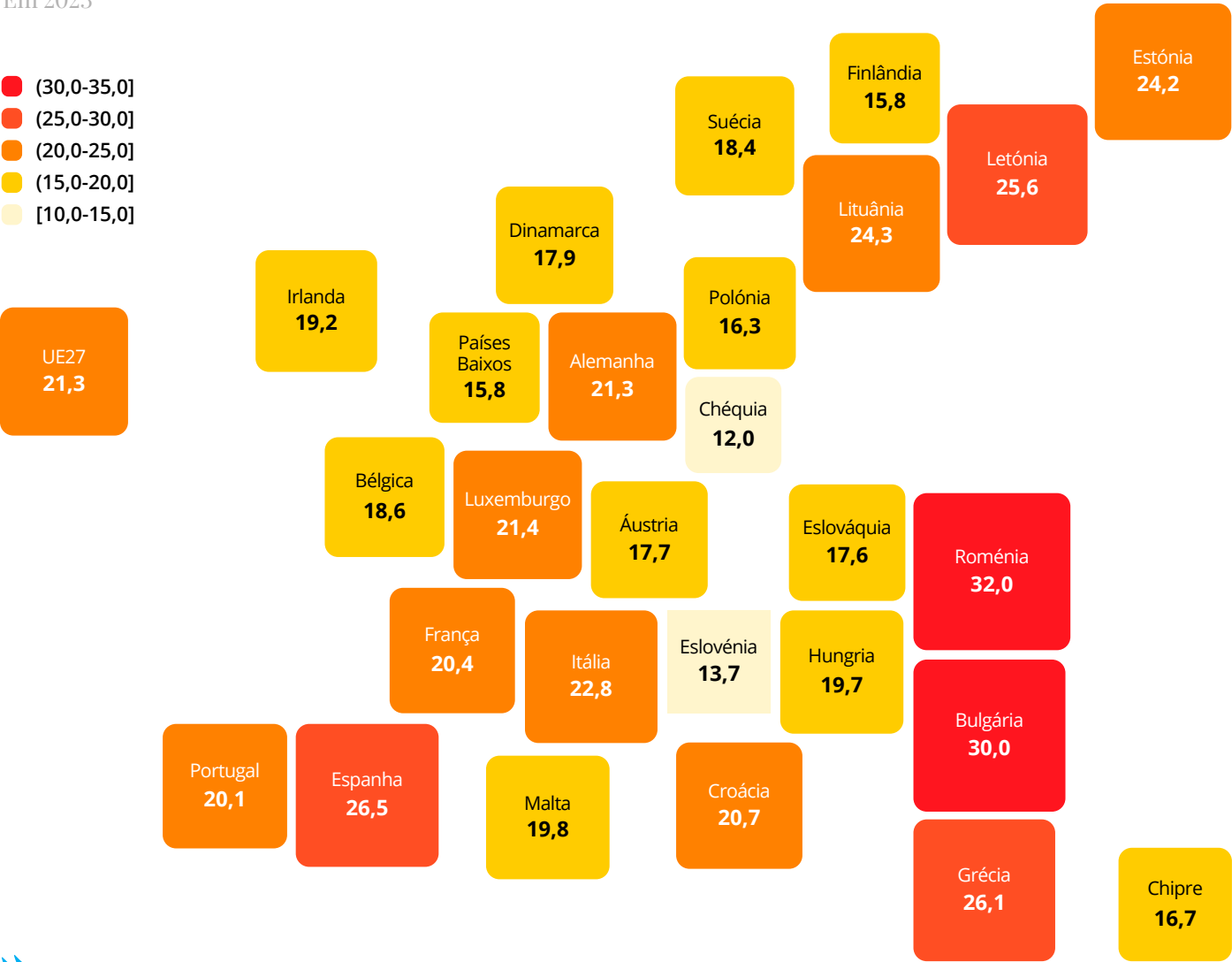
1. Fonte: Eurostat, 2024.
2. Dados recolhidos em 2022.
3. Interpretação: Em 2023, em média 16,2% da população da União Europeia encontrava-se em situação de pobreza. Em Portugal, 17% das pessoas estavam nesta situação.

A Figura 2 mostra a taxa de pobreza ou exclusão social na União Europeia. Este indicador agrupa as pessoas que se encontram em pelo menos uma das três condições referidas na Figura 1: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e

social severa, ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa. A Roménia apresenta a maior taxa de pobreza ou exclusão social (32%) e a Chéquia a menor (12%). Em 2023, Portugal estava, também neste indicador, abaixo da média da União Europeia (20,1% vs. 21,3%).

Figura 2 - Taxa de pobreza ou exclusão social na Europa (em %)

Em 2023



População em risco de pobreza ou exclusão social

População que se encontra em, pelo menos, uma das seguintes condições: (i) em risco de pobreza, (ii) em privação material e social severa; (iii) a viver num agregado com intensidade laboral muito baixa.

1. Fonte: Eurostat, 2024.
2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.
3. Interpretação: Em 2023, em média 21,3% da população da União Europeia encontrava-se em situação de pobreza ou exclusão social. Em Portugal, 20,1% das pessoas estavam nesta situação.

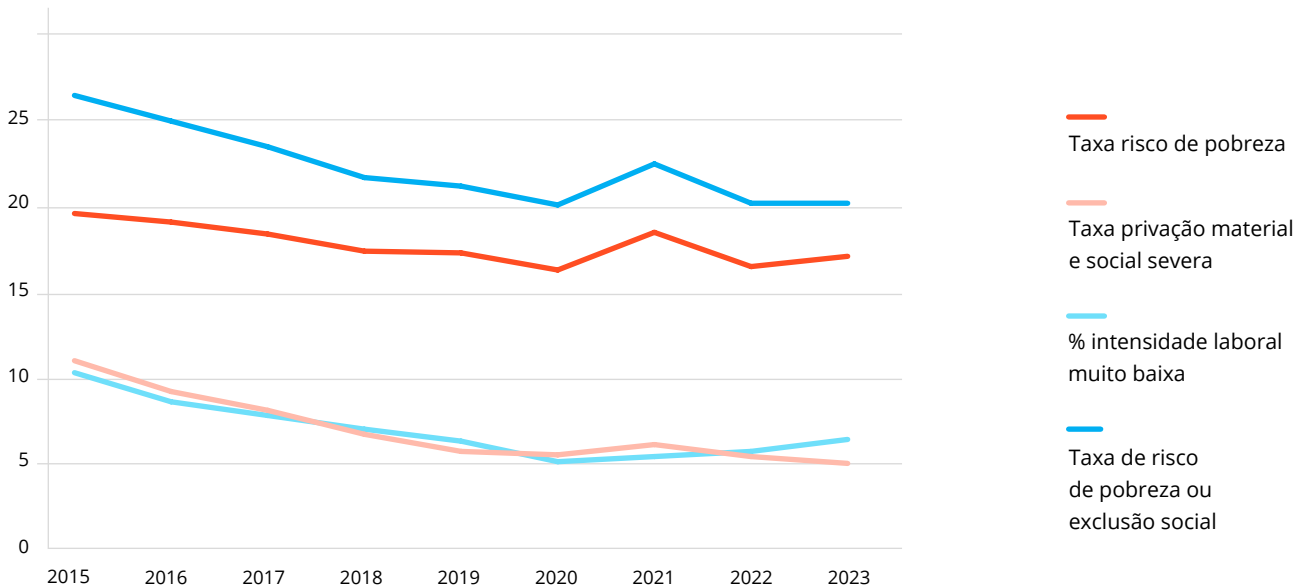
Portugal desde 2015

A Figura 3 mostra a evolução destes indicadores, em Portugal, desde 2015. A tendência de redução dos indicadores após a crise das dívidas soberanas foi interrompida pela pandemia; contudo, os dados de 2022 e 2023 mostram,

de forma geral, uma recuperação para valores comparáveis aos do período pré-pandémico. A única exceção é a percentagem de agregados com intensidade laboral muito baixa, que tem subido ligeiramente desde 2020.

Figura 3 - Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal

Indicadores Europa 2030 (em %)



1. Fonte: Eurostat, 2024.
2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.
3. A taxa de risco de pobreza, bem como a intensidade de trabalho, dizem sempre respeito ao ano anterior ao indicado no gráfico.
4. Em 2021, há uma quebra de série no cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com os objetivos Europa 2030.
5. Interpretação: Em 2023, 20,1% da população de Portugal encontrava-se em situação de pobreza ou exclusão social.

Não obstante a trajetória positiva dos últimos anos, Portugal tem, em 2023, uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 20,1%. Logo, um quinto da população, ou mais de 2 milhões de pessoas, estão em risco de pobreza ou exclusão social. Este valor convoca uma reflexão aprofundada sobre estes temas.

As próximas páginas procuram contribuir para esta reflexão, traçando um retrato da pobreza e exclusão social nas suas múltiplas facetas: pobreza monetária, pobreza material, acesso à educação e habitação, alimentação adequada, estado de saúde, integração laboral; todas elas elementos essenciais do bem-estar individual e do progresso social. Dedicamos, em particular, uma secção à avaliação da pobreza em diferentes grupos etários e um capítulo especial centrado nas condições laborais dos trabalhadores.

O Portugal, Balanço Social utiliza um conjunto alargado de fontes de microdados para caracterizar a situação das famílias nos anos de 2022 a 2024, a saber: o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2023 (ICOR 2023), recolhido pelo Instituto Nacional de Estatística em 2023, o Inquérito Social Europeu de 2023/24 (ronda 11) e os dados da Segurança Social e do Instituto de Emprego e Formação Profissional de 2024. Sempre que possível, complementamos as estimativas obtidas pela equipa de investigação a partir dos microdados destas fontes com indicadores publicados na nota de imprensa relativa ao ICOR 2024 publicada pelo INE. Estes microdados ainda não estão disponíveis para as equipas de investigação, o que não nos permite fazer todas as caracterizações que fornecemos para anos anteriores. Para efeitos comparativos num prazo mais alargado apresentamos também, sempre que possível, estatísticas relativas a 2008.

PORTUGAL TEM,
EM 2023, UMA
**TAXA DE RISCO
DE POBREZA
OU EXCLUSÃO
SOCIAL DE**



LOGO,



1/5

DA POPULAÇÃO,
OU MAIS DE

2 milhões

DE PESSOAS ESTÃO
**EM RISCO DE POBREZA
OU EXCLUSÃO SOCIAL.**



3. Os recursos das famílias

Os recursos das famílias

Nesta secção centramo-nos na forma mais comum de medir a pobreza, isto é, analisando medidas de pobreza monetária que permitem descrever a capacidade das pessoas residentes em Portugal de terem acesso a um nível de vida compatível com a satisfação das suas necessidades básicas.²

QUAL É O LIMIAR DE RENDIMENTO ABAIXO DO QUAL SE É POBRE?

Como mostra a Tabela 1, no inquérito de 2024, são consideradas em risco de pobreza as pessoas com rendimento disponível até 7.588 € anuais, ou 632 € por mês, ligeiramente acima dos valores de 2023. Em 2008, este valor era de 4.886 € anuais, ou 407 € mensais. A Tabela 1 mostra também a evolução destes limiares descontando o efeito da inflação (a preços constantes de 2018), que evidenciam uma tendência de crescimento similar.

O limiar de pobreza estabelecido pelo Eurostat é igual a 60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente. Ou seja, inclui todas as transferências sociais e integra uma correção para a composição do agregado familiar (ver caixa). Quando o rendimento disponível por adulto equivalente de um agregado familiar está abaixo do limiar de pobreza, todas as pessoas desse agregado são consideradas pobres.

Este cálculo tem subjacente um conceito relativo da pobreza, ligado ao nível de vida expectável no país – por isso parte do rendimento mediano. O relatório “Quem consegue pagar as despesas essenciais? Uma análise da pobreza absoluta em Portugal”³, publicado em janeiro de 2025, oferece uma abordagem complementar, baseada na capacidade para fazer face a despesas essenciais.

Tabela 1 – Limiar do risco de pobreza (em €)

	2008	2022	2023	2024
Limiar anual (preços correntes)	4.886	6.608	7.095	7.588
Limiar anual (preços constantes de 2018)	5.416	6.029	6.208	6.483
Limiar mensal (preços correntes)	407	551	591	632
Limiar mensal (preços constantes de 2018)	451	502	517	540

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022, 2023 e 2024.
2. Limiar da pobreza a preços correntes e a preços constantes de 2018. O valor mensal é obtido dividindo o valor anual por 12 meses.
3. Interpretação: De acordo com os dados mais recentes, eram consideradas pobres as pessoas com rendimento disponível menor do que 7.588 € por ano, ou 632 € por mês. A preços de 2018, este limiar seria 540 € por mês.

2. Relembramos que, nas entrevistas feitas pelo INE para a recolha de dados de 2023, as pessoas reportam o rendimento de 2022. Nas tabelas deste relatório usamos como referência os anos de recolha de dados, seguindo a prática do Eurostat. Esta abordagem difere da do INE que, nos indicadores baseados no rendimento (por exemplo, taxa de risco de pobreza), reporta o ano anterior à recolha dos dados.
3. Peralta, S., Carvalho, B. P., Fanha, J., & Fonseca, M. (2025). Quem consegue pagar as despesas essenciais? Uma análise da pobreza absoluta em Portugal. Nova School of Business and Economics <https://doi.org/10.34619/a8im-t60b>



Rendimento equivalente do agregado familiar

O conceito de rendimento equivalente é uma forma de ter em conta que a partilha de recursos no seio dos agregados familiares gera várias poupanças, em relação à situação em que cada indivíduo vive sozinho. Há vários gastos familiares que não variam com dimensão da família (ex: fornecimento de internet) ou que variam pouco (ex: consumo de energia para cozinhar, aquecer a casa ou iluminá-la). A própria dimensão da casa não aumenta proporcionalmente com a dimensão do agregado, dado que as pessoas partilham espaços comuns. Neste relatório, é utilizada a escala de equivalência

modificada da OCDE, de acordo com a qual o primeiro adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de 0,3 na composição do agregado familiar. As variáveis do rendimento familiar são divididas pela soma destes pesos.

Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2.100 € tem um rendimento equivalente de $2.100 / (1 + 0.5 + 0.3 + 0.3) = 1.000$ €. Ou seja, esta família equivale a um adulto que vive sozinho, com um rendimento de 1.000 €.

EXISTEM LINHAS DE POBREZA DIFERENTES PARA DIFERENTES TIPOS DE FAMÍLIA?

Sim. O cálculo do rendimento por adulto equivalente implica que há diferentes linhas de pobreza para diferentes tipos de família. Assim, em 2023, uma pessoa adulta a viver sozinha é considerada pobre se o seu rendimento disponível mensal é inferior a 632 €. Da mesma maneira, uma família monoparental com uma criança é considerada pobre se o rendimento disponível mensal do agregado for inferior a 822 €. Para uma família com dois adultos e duas crianças, este valor é de 1.327 €, e para uma família com dois adultos e uma criança é de 1.138 €.

QUAL É A PERCENTAGEM DE PESSOAS POBRES EM PORTUGAL?

A taxa de risco de pobreza (depois de transferências sociais) é a proporção da população que vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza. De acordo com os dados mais recentes, 16,6% das pessoas encontravam-se em risco de pobreza, uma redução de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior. Portugal conta, assim, com 1,761 milhares de pobres.⁴

EM 2024,
1,8 milhões
DE PESSOAS **ESTÃO**
EM RISCO DE POBREZA.

4. Nos cálculos, é sempre utilizado o rendimento por adulto equivalente do agregado familiar. No entanto, para simplificar, no texto utilizamos apenas o termo "rendimento". Pela mesma razão, nas tabelas e no texto utilizamos o termo "pobre" em vez da expressão "em risco de pobreza".



Pobreza

A forma mais comum de designar um indivíduo cujo agregado familiar tem um rendimento por adulto equivalente abaixo do limiar de pobreza é *pobre*. Do mesmo modo, a percentagem de indivíduos *pobres* na população é comumente designada por *taxa de pobreza*. Na União Europeia, foi adotada

a nomenclatura *pessoa em risco de pobreza* para designar a pessoa pobre e taxa de risco de pobreza para a percentagem de pessoas em risco de pobreza na população, isto é, para a *taxa de pobreza*. Embora privilegiemos as designações oficiais do Eurostat, usamos por vezes, para simplificar, *pobre* e *taxa de pobreza*.

QUAIS SÃO OS GRUPOS DA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEIS À POBREZA?

O risco de pobreza não atinge da mesma forma todos os grupos da população, como demonstram as Tabelas 2, 3 e 4. Como vemos na Tabela 2, este risco é mais elevado entre os estrangeiros (25,0% em 2023), entre as pessoas com menor escolaridade (23,5% para pessoas com escolaridade completa até ao ensino básico em 2024), entre as pessoas idosas (21,1% em 2024) e entre as pessoas residentes em regiões rurais (21,7% em 2023). Embora para a generalidade dos grupos para os quais existem dados disponíveis a taxa de pobreza tenha diminuído entre 2023 e 2024, é entre os mais velhos que se verificou a maior subida, 4,0 pontos percentuais.

EM 2024,



1 em cada 5

IDOSOS ESTÁ EM
RISCO DE POBREZA.



Tabela 2 – Taxa de risco de pobreza de acordo com as características socio-demográficas (em %)

	2008	2022	2023	2024
Total da população residente	18,5	16,4	17,0	16,6
GÉNERO				
Feminino	19,1	16,8	17,7	17,6
Masculino	17,9	15,9	16,2	15,4
GRUPO ETÁRIO				
0-17 anos	22,8	18,5	20,7	17,8
18-64 anos	16,3	15,6	16,0	14,4
65+ anos	22,3	17,0	17,1	21,1
NACIONALIDADE				
Locais	17,8	16,1	16,8	-
Estrangeiros	13,2	28,5	25,0	-
ESCOLARIDADE				
Até ensino básico (ISCED 0-2)	19,5	21,9	22,4	23,5
Ensino secundário e pós secundário (ISCED 3-4)	8,5	13,8	13,5	12,3
Ensino superior (ISCED 5-8)	2,7	5,5	5,8	6,5
GRAU DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO				
Área densamente povoada	13,4	12,8	14,8	-
Área intermédia	22,2	17,1	16,8	-
Área pouco povoada	23,4	22,7	21,7	-

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022, 2023 e 2024.
2. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).
3. Indicadores ao nível do indivíduo: género, grupo etário, nacionalidade e nível de escolaridade.
4. Indicadores ao nível do agregado: grau de urbanização do território.
5. Interpretação: Segundo o inquérito de 2023, entre os estrangeiros residentes em Portugal, 25% viviam em agregados familiares cujo rendimento equivalente estava abaixo do limiar de pobreza.

DE QUE FORMA É QUE A RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO AFETA O RISCO DE POBREZA?

A Tabela 3 mostra que os desempregados estão mais frequentemente em condição de pobreza. Esta tendência tem-se acentuado ao longo do tempo. Em 2008, 34,6% das pessoas desempregadas estavam em risco de pobreza e em 2024 este valor subiu para 44,3%. É também de assinalar que a proporção de trabalhadores e de reformados pobres é ainda elevada neste ano (9,2% e 19,6%, respetivamente). Embora nos trabalhadores tenha diminuído face a 2023, na população reformada aumentou mais de 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em linha com o que observamos para o grupo 65+ anos, na Tabela 2.

Em 2023, a taxa de pobreza das pessoas com contrato temporário (18,2%) é mais do dobro da que atinge as pessoas com contratos de trabalho permanentes. Embora se observe em ambos os casos uma ligeira redução face a 2022. Por comparação com 2008, a diferença entre estes dois grupos tem-se acentuado. O impacto da precariedade do trabalho nas situações de pobreza está também patente na elevada taxa de pobreza dos agregados com intensidade laboral muito baixa (73,2%, que subiu 11,2 pontos percentuais face a 2022). É nos trabalhadores do setor turístico (alojamento, restauração e similares), bem como nos do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que a situação de pobreza é mais comum (22,8% e 22,3%, respetivamente). Enquanto no setor primário houve uma diminuição de mais de 10 pontos percentuais desde 2008, no setor do turismo o risco de pobreza tem vindo a aumentar. Nesta perspetiva setorial, a probabilidade de ser pobre é também elevada nos trabalhadores da construção (20,9%, em 2023).

EM 2024, MAIS DE



2 em cada 5

DESEMPREGADOS ESTÃO EM RISCO DE POBREZA.



Tabela 3 - Taxa de risco de pobreza de acordo com a situação laboral (em %)

	2008	2022	2023	2024
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO				
A trabalhar	11,8	10,8	10,0	9,2
Desempregado	34,6	41,3	46,7	44,3
Reformado ou com reforma antecipada	20,1	14,9	15,4	19,6
Outra pessoa inativa	28,3	26,7	31,2	30,4
TIPO DE CONTRATO				
Trabalho temporário	21,1	20,6	18,2	-
Trabalho permanente	11,1	7,4	7,0	-
INTENSIDADE LABORAL				
Muito alta	11,7	6,7	6,7	-
Alta	16,4	17,4	16,0	-
Média	42,0	32,4	33,5	-
Baixa	32,2	44,3	50,3	-
Muito baixa	45,4	62,0	73,2	-
SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA				
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	34,6	24,2	22,3	-
Indústria, eletricidade, gás e água	8,9	10,4	8,7	-
Construção	18,3	21,8	20,9	-
Comércio e reparação de veículos	13,0	11,9	10,6	-
Alojamento, restauração e similares	15,0	20,3	22,8	-
Educação	3,3	4,5	5,8	-

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022, 2023 e 2024.
2. A classificação das atividades económicas corresponde à CAE-Rev.3: (i) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; (ii) Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; (iii) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; (iv) Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; (v) Alojamento, restauração e similares; (vi) Educação.
3. Indicadores ao nível do indivíduo: condição perante o trabalho, tipo de contrato e setor de atividade económica.
4. Indicadores ao nível do agregado: intensidade laboral.
5. Em 2021, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.
6. Interpretação: No inquérito de 2024, entre as pessoas que se encontravam empregadas, 9,2% viviam com um rendimento equivalente abaixo do limiar de pobreza.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE A COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E O RISCO DE POBREZA?

A Tabela 4 mostra que, em 2024, a diferença na percentagem de pobres entre agregados com crianças e sem crianças se esbateu: 16,4% dos agregados com crianças vive em pobreza, o que compara com 16,7% para os agregados sem crianças. Esta evolução explica-se pelo aumento da taxa de pobreza em adultos que vivem sozinhos e nos agregados com idosos (aumentos de 3,7 e 3,3 pontos percentuais, respetivamente). Contudo, as famílias monoparentais e as famílias numerosas ainda são das mais afetadas pela pobreza, com taxas de pobreza de 31% entre as primeiras e de 28,2% entre as segundas. Embora no primeiro grupo se tenha observado uma redução de 0,2 pontos percentuais, face a 2023, para as famílias numerosas observou-se um aumento de 4,6 pontos percentuais no mesmo período.



Tabela 4 - Taxa de risco de pobreza de acordo com a composição do agregado familiar (em %)

	2008	2022	2023	2024
TOTAL, SEM CRIANÇAS	19,9	14,4	15,2	16,7
Um adulto	31,0	22,5	24,9	28,6
Dois adultos ambos com menos de 65 anos	16,5	13,4	12,7	12,4
Dois adultos, pelo menos um com 65 e mais anos	21,7	14,4	15,0	18,3
Outros agregados sem crianças	7,8	10,1	11,1	9,9
TOTAL, COM CRIANÇAS	20,2	18,4	18,9	16,4
Um adulto com pelo menos uma criança	36,8	29,9	31,2	31,0
Dois adultos com uma criança	16,6	11,3	11,3	13,0
Dois adultos com duas crianças	20,6	13,3	13,9	12,0
Dois adultos com três ou mais crianças	29,9	25,1	23,6	28,2
Outros agregados com crianças	17,7	22,6	22,7	16,5

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022, 2023 e 2024.
2. Interpretação: Segundo os dados mais recentes, 31% das famílias monoparentais vivem em agregados familiares cujo rendimento equivalente estava abaixo do limiar de pobreza.

QUANTAS PESSOAS VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÓMICA?

Quando o nível de rendimento é próximo, embora ligeiramente acima, do limiar de pobreza, as pessoas vivem em situação de vulnerabilidade económica. Para calcular a percentagem de pessoas nesta situação, fixamos um limiar de 75% do rendimento mediano por adulto equivalente. Este limiar é de 8.869 € por ano (segundo os dados mais recentes).⁵

A Figura 4 mostra que, em 2023, cerca de 29% de famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade económica, o que representa uma redução de 3,8 pontos percentuais face a 2008, mas uma subida de 1,7 pontos percentuais face a 2022.

QUANTAS PESSOAS VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA?

A diferença nas condições de vida entre as pessoas que vivem com um rendimento abaixo, mas suficientemente próximo do limiar de pobreza e aquelas cujo rendimento está muito distante da linha de pobreza é considerável.

Considerando um limiar de 50% do rendimento mediano por adulto equivalente, em vez dos 60% do limiar oficial de pobreza, focamo-nos nas pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.

Os valores apresentados na Figura 4 mostram que 10,4% da população residente está em situação de pobreza extrema em 2023. Isto significa que mais de metade das famílias pobres têm rendimentos abaixo de 50% do rendimento mediano nacional (ou seja, 3.548 €/ano).

QUE PARTE DA POBREZA É EXPLICADA PELA VARIAÇÃO DO LIMIAR DE POBREZA AO LONGO DOS ANOS?

Os cálculos efetuados nas primeiras colunas da Figura 4 usam como referência o valor do limiar de pobreza dos anos que lhes correspondem, isto é, do ICOR de 2008, 2022 e 2023. Por isso, parte das alterações observadas ao longo do tempo devem-se também às mudanças no limiar de pobreza.

É interessante isolar este efeito, ligado à melhoria das condições de vida dos agregados familiares em Portugal. Para o fazermos, recalculamos as taxas de risco de pobreza, pobreza extrema e vulnerabilidade económica com os dados do ICOR 2022 e 2023, mas usando o limiar de pobreza que corresponde ao ICOR 2018 (5.607 €). Os resultados estão nas últimas colunas da Figura 4.

Esta alteração provoca uma redução generalizada na percentagem de pessoas pobres, como seria de esperar, dado que o limiar de pobreza cresce todos os anos, em linha com o aumento do rendimento real. Nesta análise, a taxa de pobreza extrema é a única que se mantém entre 2022 e 2023.

EM 2023,

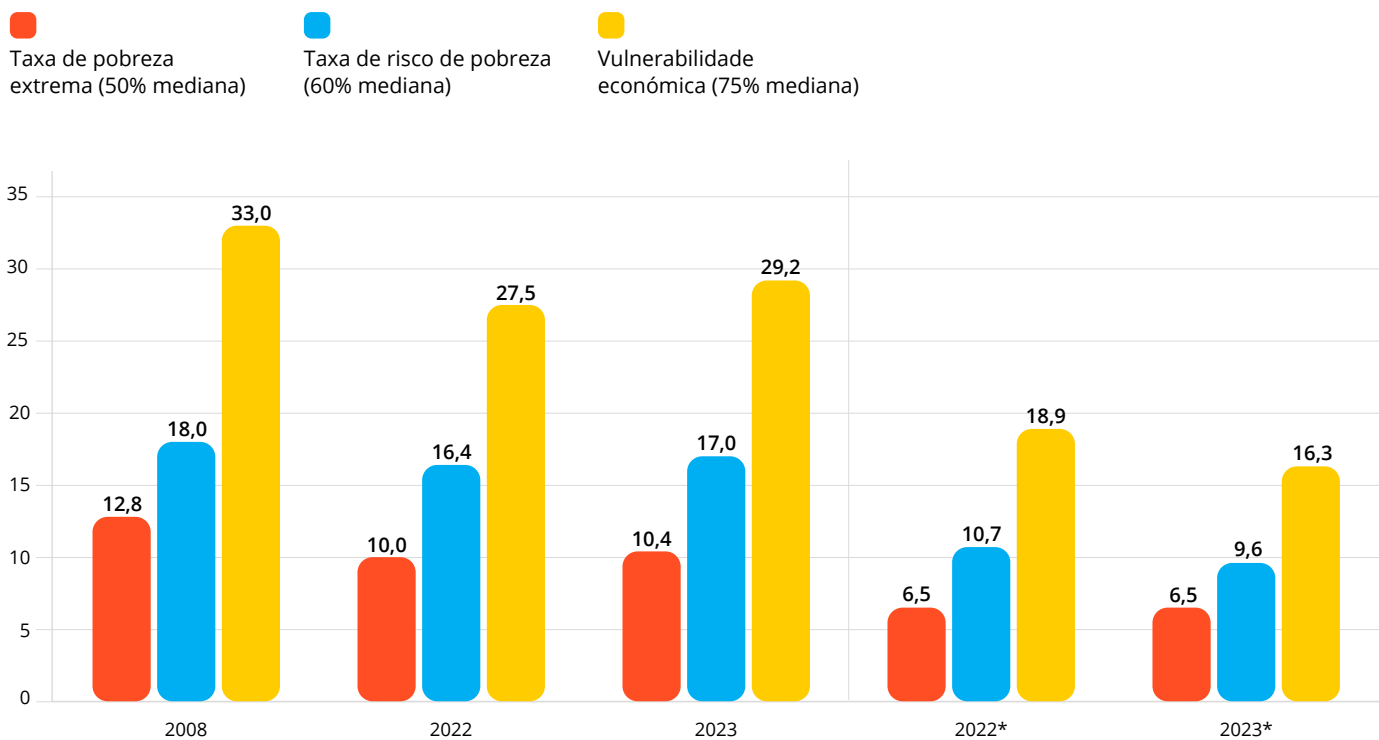


1 em cada 10

FAMÍLIAS VIVE EM
POBREZA EXTREMA.

5. Em 2008, este valor correspondia a 6.108 € e em 2022 a 8.261€.

Figura 4 - Taxas de vulnerabilidade económica, pobreza extrema e de risco de pobreza (em %)



1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.

2. As colunas 2022* e 2023* apresentam os mesmos indicadores que as anteriores, usando as respostas aos inquéritos de 2022 e 2023, mas mantendo as linhas de pobreza de 2018.

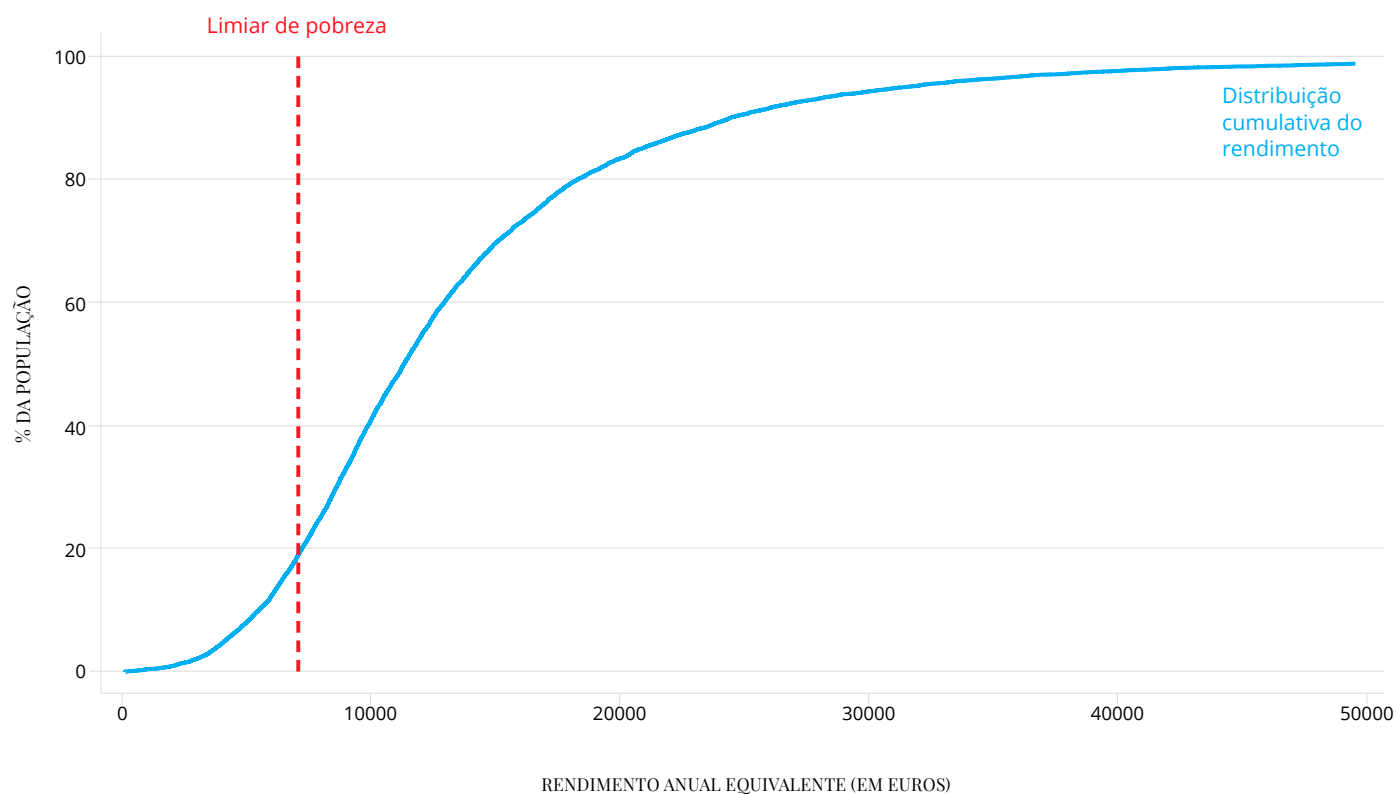
3. Todos os indicadores foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.

4. Interpretação: Em 2023, 10,4% da população de Portugal encontrava-se em situação de pobreza extrema.

QUAL É A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DISPONÍVEL EM 2023?

A Figura 5 mostra a distribuição cumulativa do rendimento disponível anual equivalente. Assim, 41% da população recebeu menos de 10.000 € em 2023.

Figura 5 - Distribuição cumulativa do rendimento e o limiar de pobreza (em %)



1. Fonte: ICOR, 2023.
2. O limiar da pobreza a preços correntes era 7.095 €, em 2023.
3. A distribuição do rendimento é truncada aos 50.000 € por uma questão de legibilidade.

QUE OUTRAS DIMENSÕES DE FRAGILIDADE ECONÓMICA PODEMOS CONSIDERAR?

A Tabela 5 mostra um conjunto de indicadores de fragilidade económica das famílias. Apesar de a situação estar melhor em 2023 do que em 2008, e mesmo verificando-se uma melhoria de forma geral nestes indicadores, a insatisfação económica aumenta 1,3 pontos percentuais entre as famílias pobres em relação a 2022 (diminuindo 1 ponto percentual entre as famílias não pobres). Além disto, em 2023, 42,7% das famílias pobres tem dificuldades para chegar ao fim do mês, o que compara com 19,2% para as famílias que não estão em situação de pobreza. O sobre-endividamento diminuiu para os dois tipos de famílias.

Esta melhoria reflete a diminuição da inflação. De facto, a inflação não altera de forma direta a taxa de risco de pobreza, dado que o limiar de pobreza é uma percentagem do rendimento mediano. Se, no limite, nenhum rendimento se alterar, a taxa de pobreza permanece inalterada, apesar de a inflação diminuir o acesso a bens essenciais para todas as pessoas, mormente as mais pobres.

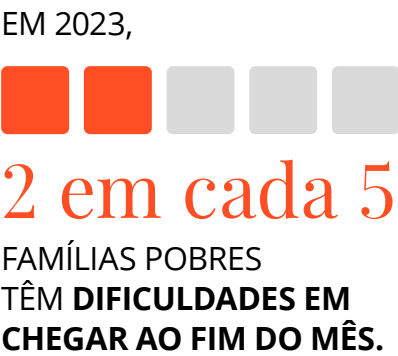


Tabela 5 - Outros indicadores de fragilidade económica (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2022	2023	2008	2022	2023
Insatisfação económica	96,7	63,4	64,7	52,8	18,7	17,7
Dificuldades para chegar ao fim do mês	70,4	47,3	42,7	40,9	18,8	19,2
Sobre-endividamento	52,7	31,5	26,4	30,4	19,5	16,4

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.
2. Todos os indicadores da tabela foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.
3. Interpretação: Em 2023, 19,2% das famílias não pobres tinham dificuldades para chegar ao fim do mês com o rendimento. Para as famílias pobres, este valor sobe para 42,7%.



3.1

Intensidade e severidade da pobreza

Dispor de 6.000 €/ano é substancialmente diferente de dispor de 2.000 €; no entanto, a taxa de risco de pobreza não distingue entre pessoas nestas duas situações. As medidas de intensidade de pobreza avaliam quão pobres são os indivíduos ou agregados, ou seja, permitem ter em conta a diferença entre o seu rendimento e o limiar de pobreza.

A Tabela 6 mostra dois indicadores que consideram as diferenças na intensidade e severidade da pobreza, ambas com base no conceito de hiato de pobreza de cada família pobre, ou seja, na distância entre o rendimento dessa família e o limiar de pobreza.

QUANTO SERIA NECESSÁRIO PARA RETIRAR TODOS OS POBRES DA CONDIÇÃO DE POBREZA?

A intensidade de pobreza na Tabela 6 diz-nos qual é o hiato médio, que aumentou de 4,5%, em 2022, para 5%, em 2023. Este indicador também é conhecido por *rácio do hiato da pobreza* e tem uma interpretação interessante: se multiplicarmos o seu valor pelo limiar de pobreza e pela população do país, obtemos o montante necessário para retirar todos os pobres da situação de pobreza.

Para o ano mais recente, fazendo o cálculo $5\% \times 7.095 \times 10.000.000$, obtemos um valor de cerca de 3.548 milhões de euros (ou menos de 2% do PIB de 2023) – com o qual seria possível elevar o rendimento de todos os pobres até ao limiar de pobreza. É importante ressaltar que este número permite apenas ter uma ideia da falta de rendimento acumulada de todos os pobres em Portugal. Como é natural, e como a Figura 1 mostra, há muitos fatores que estão na origem de uma

situação de pobreza. Organizar as políticas públicas por forma a mitigar os mecanismos que causam a pobreza custaria muito mais do que este valor.

QUÃO SEVERA É A SITUAÇÃO DOS MAIS POBRES ENTRE OS POBRES?

O indicador de intensidade de pobreza tem uma limitação importante, que é dar o mesmo peso a todas as famílias pobres. Por esta razão, é útil ter medidas de pobreza que deem um peso maior aos mais pobres de entre os pobres. Uma das medidas mais utilizadas é o índice de *Foster-Greer-Thorbecke*.⁶ Este índice utiliza no seu cálculo o hiato de pobreza de cada pobre, mas transforma-o por forma a dar mais peso às pessoas com menores rendimentos.

O aumento de 0,3 pontos percentuais na taxa de severidade da pobreza face a 2022 revela que a situação dos mais pobres de entre os pobres piorou ligeiramente, como mostra a Tabela 6. Neste indicador, o valor de 2023 é também ligeiramente mais elevado do que o de 2008.

EM 2023, SERIAM
NECESSÁRIOS CERCA DE

3,5 mil milhões

DE EUROS PARA RETIRAR TODAS
AS FAMÍLIAS DA POBREZA.

6. Mais precisamente, vamos concentrar-nos no índice FGT(2), ao qual nos referiremos no texto apenas como FGT, por simplicidade.

Intensidade e Severidade da Pobreza

Consideremos uma população com seis pessoas, das quais duas são pobres. O limiar de pobreza é de 10 € e os dois pobres têm um rendimento de 8 e 5 €. Os seus hiatos de pobreza são, respetivamente, de 2 € e 5 €, e os seus hiatos relativos de 20% e 50%. Para calcular o rácio do hiato de pobreza, cada pobre entra com o mesmo peso, ou seja, fazemos o cálculo $(0, 2 + 0, 5)/6$. Vamos agora imaginar que o rendimento do pobre menos pobre passa para 9 €, e o do outro para 4 €. Os hiatos relativos são agora de 10% e 60% mas a soma dos dois não se alterou, pelo que o hiato relativo de pobreza também não se altera. No entanto, a pessoa com menor

rendimento da população considerada ficou ainda mais pobre. Este indicador de pobreza, apesar de considerar a intensidade da mesma, não consegue captar a severidade.

Esta limitação é ultrapassada quando calculamos o índice FGT, em que utilizamos, para cada pobre, o quadrado do hiato relativo. Nas duas situações hipotéticas descritas acima, a soma dos hiatos relativos ao quadrado é de $0, 2^2 + 0, 5^2 = 0, 29$ e $0, 1^2 + 0, 6^2 = 0, 37$. Por esta razão, chamamos ao índice FGT índice de severidade da pobreza.

Tabela 6 - Intensidade e severidade da pobreza (em %)

	2008	2022	2023
Intensidade de Pobreza	5,0	4,5	5,0
Severidade de Pobreza	2,1	2,0	2,3

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023
2. Interpretação: No ano mais recente, a intensidade de pobreza, medida pela diferença relativa entre o limiar de pobreza e o rendimento mediano das pessoas em risco de pobreza, era de 5% e a severidade de pobreza, que mede a desigualdade dos recursos entre a população pobre, era de 2,3%.



4. Para além do rendimento

Para além do rendimento

4.1.

Privação material e social

O indicador de risco de pobreza ou exclusão social referido na Figura 2 é calculado pelo Eurostat combinando a pobreza monetária, a partir do rendimento das famílias, com a privação material e social e com a intensidade laboral.

Na Secção 3 analisámos em detalhe a pobreza monetária. No entanto, um retrato da pobreza não pode resumir-se apenas ao rendimento. É fundamental caracterizar o acesso das famílias a determinados bens ou condições de vida, essenciais para garantir dignidade e bem-estar individual. Nesta secção, caracterizamos algumas das dimensões não monetárias da pobreza. Começamos por uma análise da privação material e social, tal como definida pelo Eurostat e passamos depois a outras privações, incluindo a intensidade laboral.

COMO É QUE O EUROSTAT MEDE A PRIVAÇÃO?

O Eurostat recolhe informação acerca do acesso das famílias e dos indivíduos a vários itens de natureza material e social. A medida de privação calculada pela autoridade estatística europeia não utiliza todas as dimensões recolhidas no inquérito.⁷

O indicador oficial de privação material e social do Eurostat, de acordo com a estratégia Europa 2030, considera as seguintes dimensões:

AO NÍVEL DO AGREGADO

- 1 Capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa;
- 2 Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo;
- 3 Capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida;
- 4 Atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos;
- 5 Disponibilidade de automóvel;
- 6 Capacidade para ter uma refeição que inclua carne, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias;
- 7 Capacidade de substituir móveis usados;

AO NÍVEL DO INDIVÍDUO:

- 8 Capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova;
- 9 Capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado;
- 10 Disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês;
- 11 Disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer;
- 12 Capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio;
- 13 Capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa.



Considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco, ou mais, dos treze elementos desta lista. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa.

7. Até 2020, o Eurostat calculava os chamados índices de privação material e de privação material severa. A partir de 2021, adotaram o índice de privação material e social, concomitantemente com a estratégia Europa 2030. É este último que apresentamos no Portugal, Balanço Social.

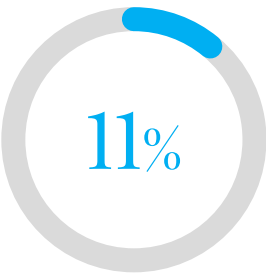
QUAL É A PERCENTAGEM DE RESIDENTES QUE SE ENCONTRA EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

A Tabela 7 mostra a evolução das taxas de privação e privação severa. Entre 2022 e 2024, ambas têm vindo a diminuir. A taxa de privação material e social em 2024 foi de 11%, 0,9 pontos percentuais abaixo da de 2023. A redução da taxa de privação material e social severa foi menos expressiva (0,6 pontos percentuais). Isto significa que, em 2023, existiam cerca de 1,25 milhões de residentes sem acesso a, pelo menos, cinco das dimensões definidas pelo Eurostat.

QUÃO INTENSA É A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL EM PORTUGAL?

Para percebermos a intensidade de privação material, podemos analisar o número médio de privações enfrentado pelas pessoas. A Tabela 7 mostra que, em 2023, o número médio era de 6,5 privações (de um total das 13 dimensões consideradas), pelo que não houve alterações significativas face a 2022.

EM 2024,



DAS FAMÍLIAS VIVEM EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL.

Tabela 7 - Privação material e social em Portugal (em %)

	2022	2023	2024
Taxa de privação material e social	12,0	11,9	11,0
Taxa de privação material e social severa	5,3	4,9	4,3
Intensidade da privação material e social	6,6	6,5	-

1. Fonte: ICOR, 2022, 2023 e 2024.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.
3. Interpretação: Em 2024, 11% das pessoas carecia de pelo menos cinco dimensões de bem-estar material e social (e 4,3% carecia de pelo menos sete).

COMO VARIA A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL CONSOANTE A CONDIÇÃO DE POBREZA?

A taxa de privação material e social incluída na Tabela 7 é calculada para o total da população residente em Portugal. No entanto, é expectável que o conjunto das pessoas em risco de pobreza apresente uma taxa de privação material e social superior à da população total.⁸ Esta decomposição é apresentada na Tabela 8. Das pessoas em risco de pobreza, cerca de 34,7% encontravam-se, em 2023, em situação de privação material e social, o que compara com 7,4% da população que não está em risco de pobreza.

Entre 2022 e 2023 a discrepância entre os pobres e os não pobres diminuiu; ainda assim, a diferença entre estes dois grupos é de mais de 27 pontos percentuais na privação material e social e de quase 15 pontos percentuais na privação material e social severa.

EM 2023, A **PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL** É QUASE
5x mais comum
ENTRE A POPULAÇÃO POBRE
DO QUE ENTRE A NÃO POBRE.

Tabela 8 - Taxas de privação de acordo com o risco de pobreza (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2022	2023	2022	2023
Com privação	36,8	34,7	7,1	7,4
Com privação severa	17,9	17,1	2,8	2,3
Sem privação	63,2	65,3	92,9	92,6

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.
3. Em 2023, uma pessoa faz parte da população “em risco de pobreza” de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2023.
4. Interpretação: Em 2023, cerca de 34,7% da população em risco de pobreza carecia de, pelo menos, cinco dimensões de privação material.

8. Importa sublinhar que, embora seja expectável que as pessoas pobres estejam mais frequentemente em situação de privação, não há coincidência perfeita entre o grupo de pessoas em risco de pobreza (que se define com um critério monetário) e o de pessoas em privação material (que se define com um critério de falta de acesso a determinados itens pelo agregado ou pelo indivíduo).

EM QUE DIMENSÕES SE OBSERVAM MAIORES TAXAS DE PRIVAÇÃO?

A Tabela 9 mostra-nos a proporção da população que não tem acesso a cada uma das treze dimensões de privação definidas pelo Eurostat e, também, a proporção de pessoas que não tem acesso a computador, para a população pobre e não pobre em Portugal. Esta decomposição evidencia vários factos interessantes.

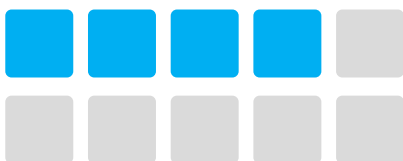
Em primeiro lugar, as dimensões com graus mais elevados de privação são as capacidades para (i) pagar férias, (ii) substituir móveis usados e (iii) fazer face a despesas inesperadas. Em todos estes casos, mais de 60% da população pobre está em situação de privação. Estas são também as dimensões em que a população não pobre mais reporta privação.

Em segundo lugar, as pessoas que são pobres de acordo com o rendimento têm taxas de privação cerca de 2 a 7 vezes mais altas do que as da população não pobre. Os itens onde a diferença é maior são a capacidade de passar uma semana de férias fora de

casa, a capacidade de cobrir despesas inesperadas, a capacidade de substituir mobília usada (todas com diferenças entre os grupos superiores a 30 pontos percentuais), e a falta de disponibilidade de automóvel ou de acesso à internet para uso pessoal em casa (ambas 7 vezes mais comum entre pobres do que entre não pobres).

Em terceiro lugar, notam-se algumas variações positivas e outras negativas no acesso aos bens e serviços considerados entre 2022 e 2023. Em ambos os grupos aumentou a proporção de pessoas que afirmam não ter capacidade financeira para manter a sua casa adequadamente aquecida. Há por outro lado, em ambos os grupos, menos pessoas sem capacidade financeira de fazer uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano, pelo menos de dois em dois dias. Esta melhoria no acesso resulta do desagravamento da crise do custo de vida que resultou da diminuição da inflação. A melhoria mais acentuada entre a população pobre foi nas pessoas sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa, embora em 2023 esse valor ainda corresponda a 66% das pessoas pobres.

EM 2023, QUASE



4 em cada 10

PESSOAS EM RISCO DE
POBREZA NÃO TÊM
**CAPACIDADE PARA MANTER
A CASA ADEQUADAMENTE
AQUECIDA.**



Tabela 9 - Dimensões de privação material e social (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2022	2023	2022	2023
AO NÍVEL DO AGREGADO				
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	73,3	66,0	30,1	33,2
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	62,6	58,6	23,4	24,6
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	35,7	37,2	14,0	17,4
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos	16,3	13,9	4,1	3,3
Sem disponibilidade de automóvel	12,8	16,3	2,6	2,3
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos, de dois em dois dias	7,2	5,9	2,2	1,6
Sem capacidade de substituir móveis usados	66,3	65,4	30,5	34,2
AO NÍVEL DO INDIVÍDUO				
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova	22,1	20,2	4,4	4,0
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	2,9	3,1	0,1	0,4
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês	17,9	22,2	3,8	4,7
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	24,8	22,4	7,6	8,5
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	25,8	25,7	6,6	7,1
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	7,5	8,4	1,7	1,2
OUTROS ITENS DE PRIVAÇÃO:				
Sem disponibilidade de computador por dificuldades económicas	13,2	12,5	3,3	3,2

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2023.

4. Interpretação: Em 2023, 66% das pessoas pobres não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos à população não pobre, este valor diminui para 33,2%.

4.2.

Outras privações essenciais

Caracterizamos, agora, a situação das pessoas perante quatro dimensões essenciais: o trabalho, a educação, a saúde e a habitação.

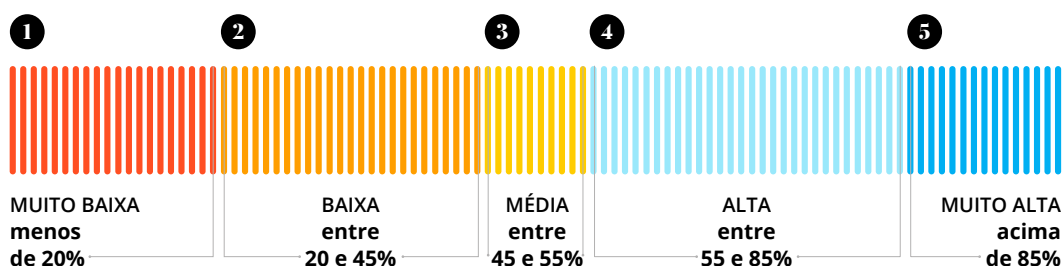
4.2.1.

Situação laboral

A relação com o mercado de trabalho é um importante determinante das situações de pobreza ou privação material, como mostram as taxas de pobreza de 44,3% entre os desempregados e de 9,2% entre os trabalhadores, que apresentámos na Tabela 3. No entanto, mesmo entre os trabalhadores, existem diferenças significativas no grau de ligação com o mercado de trabalho. Uma das formas de a avaliar é recorrendo à intensidade laboral dos agregados.

COMO PODEMOS MEDIR A INTENSIDADE DE LIGAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO?

A medida de intensidade laboral do agregado, definida pelo Eurostat, parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 64 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em relação ao número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado (12 meses), a multiplicar pelo número de pessoas.⁹ A intensidade laboral de cada agregado familiar é classificada em cinco categorias:



Como calcular a intensidade laboral de uma família?

Por exemplo, se numa família de dois adultos com idades entre os 18 e os 64 anos, com 5 e 11 meses de trabalho, a intensidade laboral é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 2/3$.

9. Para o cálculo da intensidade laboral, excluem-se estudantes dos 18 aos 24 anos; reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões.

Ou seja: num agregado com muito baixa intensidade laboral, as pessoas adultas do agregado trabalharam, em média, menos de 2,4 meses no ano de referência do inquérito.

Uma intensidade laboral muito alta, de acordo com a denominação oficial do Eurostat, traduz a ideia de que um indivíduo tem um horário de trabalho a tempo completo. Por isso, na análise que se segue devemos ter em conta que agregados familiares com intensidades laborais abaixo de “muito alta” são agregados onde as pessoas têm relações esporádicas ou a tempo parcial com o mercado do trabalho, embora tal possa resultar de uma escolha e não configure, necessariamente, uma privação.

QUE PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TEM INTENSIDADE LABORAL BAIXA OU MUITO BAIXA?

A Tabela 10 mostra a percentagem de pessoas que vivem em agregados familiares com diferentes intensidades laborais, para a população pobre e a população não pobre.

Em 2023, a proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com baixa ou muito baixa

intensidade laboral diminuiu entre as pessoas não pobres, mas aumentou entre as pessoas pobres. Nesse ano, 38,9% das pessoas em risco de pobreza viviam em agregados em que as pessoas adultas trabalharam menos de 5,4 meses, em média. Entre os agregados não pobres, este valor é cerca de 9 vezes menor, fixando-se nos 4,5%. Enquanto no primeiro grupo houve uma subida de 6,6 pontos percentuais face a 2022, no segundo verificou-se uma ligeira redução de 0,8 pontos percentuais.

Importa salientar que, em 2023, 40,2% dos pobres trabalham na totalidade ou maioria do ano a tempo inteiro e estão, ainda assim, em situação de pobreza monetária.

EM 2023,



1 em cada 4

PESSOAS EM RISCO DE POBREZA TRABALHAM A TEMPO INTEIRO.

Tabela 10 - Intensidade laboral em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2022	2023	2022	2023
Muito baixa	21,4	27,2	2,6	2,1
Baixa	10,9	11,7	2,7	2,4
MUITO BAIXA + BAIXA	32,3	38,9	5,3	4,5
Alta	20,0	16,0	18,4	17,3
Muito alta	24,5	24,2	67,0	69,8
ALTA + MUITO ALTA	44,5	40,2	85,4	87,1

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo e a categorização foi feita ao nível do agregado.
3. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022.
4. Interpretação: No ano mais recente, 2,1% das pessoas não pobres residiam em agregados que se encontravam numa situação de intensidade laboral muito baixa. Em relação às pessoas em risco de pobreza, este valor acresce a 27,2%.

4.2.2.

Educação

Um importante determinante da ligação das pessoas ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, dos rendimentos que auferem, é o nível de educação. A Tabela 2 mostra-nos que as pessoas com níveis de educação inferiores são mais suscetíveis à pobreza. Em 2024, as pessoas que completaram no máximo o ensino básico tinham uma taxa de risco de pobreza de 23,5%, enquanto os que completaram o ensino superior tinham uma taxa de risco de pobreza de 6,5%.

QUE PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TEM EDUCAÇÃO SUPERIOR?

Comparando com os países da UE, Portugal destaca-se pela população adulta pouco qualificada, embora se observe uma melhoria significativa e generalizada desde 2008. Não obstante, como mostra a Tabela 11 a população pobre continua a ter níveis de escolaridade mais baixos – em 2023, apenas 11,1% dos pobres tinha concluído o ensino superior, o que representa apenas uma ligeira subida face a 2022. Entre a população não pobre, 33,2% dos adultos terminou o ensino superior.

EM 2023,



2 em cada 3

PESSOAS POBRES
TÊM NO MÁXIMO O ENSINO
BÁSICO COMPLETO.

Tabela 11 – Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2022	2023	2008	2022	2023
Até ensino básico	93,7	65,4	66,5	70,1	37,4	38,0
Ensino secundário e pós-secundário	5,0	23,8	22,4	15,0	28,7	28,8
Ensino superior	1,3	10,9	11,1	14,9	34,0	33,2

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.
2. Os indivíduos considerados tinham entre 25 e 64 anos no ano da entrevista.
3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED): Até ensino básico (ISCED 0-2), Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4) e Ensino superior (ISCED 5-8).
4. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022.
5. Interpretação: Em 2023, 33,2% dos adultos não pobres em Portugal tinham completado o ensino superior, mas apenas 11,1% dos adultos pobres tinham concluído este grau académico.



QUAL É O IMPACTO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO NA DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS?

A Tabela 12 mostra que, em média, em 2023, por cada 1€ que um homem com o ensino superior ganha, uma mulher com o ensino superior recebe apenas 80 centimos. Entre as pessoas com escolaridade até ao ensino básico, a diferença é bastante superior: uma mulher recebe 65 centimos por cada 1€ ganho por um homem. Os dados sugerem que face a 2022 houve uma ligeira redução da discrepância salarial entre géneros, especialmente entre os que têm ensino secundário.

Tabela 12 - Desigualdade salarial entre géneros, por nível de escolaridade

Por cada 1 € recebido por um homem, uma mulher recebe:		
	2022	2023
Até ensino básico	62 centimos	65 centimos
Ensino secundário	66 centimos	72 centimos
Ensino superior	83 centimos	80 centimos

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Os rendimentos considerados são: Rendimentos brutos monetários e não monetários do trabalho por conta de outrem (bruto) e rendimentos monetários do trabalho por conta própria.
3. Os dados dizem respeito a rendimentos obtidos em 2021 e 2022.
4. Interpretação: Em 2023, as mulheres com ensino superior ganhavam, em média, 80 centimos por cada 1€ recebido por um homem com a mesma escolaridade.

4.2.3.

Saúde

A saúde é uma dimensão fundamental do bem-estar e das condições de vida. Por um lado, a condição de pobreza afeta o acesso a cuidados de saúde. Por outro lado, o estado de saúde influencia a capacidade de estudar e trabalhar, e, portanto, afeta a probabilidade de um individuo se encontrar em condição de pobreza ou privação no futuro, ou desta condição se agravar.

O ICOR contém algumas questões que nos permitem caracterizar o estado e o acesso à saúde das pessoas com 16 anos ou mais. O estado de saúde pode ser analisado em três dimensões: a autoavaliação, a existência de doença crónica e a limitação em atividades habituais devido a doenças. O acesso à saúde, por sua vez, pode ser avaliado pela impossibilidade de acesso a consulta médica ou de medicina dentária.

Como as restrições de acesso podem ter diferentes motivações, optámos por restringir a análise às situações em que foi indicada uma razão que pode estar associada, de alguma forma, a uma restrição de recursos. São estas: sem possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, ou distância ao local da consulta.

COMO SE CARACTERIZA O ESTADO DE SAÚDE DOS RESIDENTES EM PORTUGAL?

O estado de saúde da população pobre continua, em 2023, a ser pior do que o da população não pobre. A Tabela 13 mostra que, em 2023, a percentagem de pessoas pobres que avalia o seu estado de saúde como mau ou muito mau era 24% (uma subida de quase 4 pontos percentuais face a 2022). Para a população não pobre, este valor desce para menos de metade (11,5%). Mais de 4 em cada 10 pessoas pobres afirma ter as suas atividades habituais limitadas por razões de saúde; e mais de metade das pessoas pobres reportam problemas de saúde prolongados.

COMO SE CARACTERIZA O ACESSO À SAÚDE DOS RESIDENTES EM PORTUGAL?

A Tabela 13 reporta a percentagem de pessoas que indicam que “houve pelo menos uma ocasião” em que não conseguiram aceder a cuidados de saúde de que necessitavam.

O facto de a medicina dentária não ser disponibilizada pelo Serviço Nacional de Saúde piora o acesso dos pobres a estes cuidados de saúde. Em 2023, 43,2% das pessoas pobres indicam que houve pelo menos uma ocasião em que precisavam de uma consulta ou tratamento de medicina dentária, mas não tiveram acesso (o que compara com 14,9% na população não pobre). Embora as dificuldades de acesso a consultas médicas (não dentárias) tenha diminuído em ambos os grupos face a 2022, observa-se um aumento na dificuldade de acesso a tratamentos dentários no mesmo período.

Tabela 13 - Privação de saúde em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE		POPULAÇÃO NÃO POBRE	
	2022	2023	2022	2023
ESTADO DA SAÚDE				
Autoavaliação	21,3	24,0	11,6	11,5
Limitação em atividades habituais	42,3	43,3	32,4	31,5
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	50,6	51,7	43,5	43,1
ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE*				
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	12,5	10,2	3,9	3,8
Consulta ou tratamento de medicina dentária	39,3	43,2	13,7	14,9

* sem possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta.

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas “Muito má” e “Má”.
3. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas “Sim, limitadas” e “Sim, fortemente limitadas”.
4. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que “houve pelo menos uma ocasião” em que estas necessidades de saúde não se concretizaram devido à falta de possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho ou distância ao local da consulta.
5. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022.
6. Interpretação: Em 2023, 11,5% da população não pobre considerava que o seu estado de saúde era muito mau ou mau. Para a população pobre, este valor é de 24%.

4.2.4.

Habitação

O acesso a habitação adequada é também uma componente fundamental das condições de vida da população. Mostrámos na Tabela 9 que, em 2023, 37,2% dos pobres e 17,4% da população não pobre em Portugal não tem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

O ICOR inclui outras questões que permitem caracterizar as condições habitacionais das famílias: telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos; luz insuficiente; ausência de banho ou duche; e finalmente, existência de crime, violência ou vandalismo na área de residência. Além disto, também recolhe informação sobre a sobrelotação e os encargos com habitação.

QUAIS SÃO AS PRIVAÇÕES HABITACIONAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE?

A população pobre sofre de maior privação habitacional em todas as dimensões. Na Tabela 14 apresentamos a proporção de pessoas que em cada condição de privação habitacional. Em 2023, três dessas privações foram reportadas por quase 40% das pessoas pobres, a saber: a permeabilidade à água (ou apodrecimento) do telhado, paredes, janelas e chão da casa (38,5%); os custos com habitação considerados um encargo muito pesado (37,6%); e a incapacidade financeira para manter a casa confortavelmente fria durante o verão (50,1%).

A proporção de pessoas pobres com estas privações é superior à proporção de pessoas não pobres. Em particular, a proporção de pobres que consideram ter encargos excessivos com a habitação é de 37,6%, percentagem que desce para 24% na população não pobre, isto é, uma em cada quatro pessoas. Tal resulta das escolhas habitacionais feitas pelas pessoas, que são concomitantes com o seu nível de rendimento, pelo que um aumento das taxas de juro ou uma subida mais pronunciada das rendas pode também

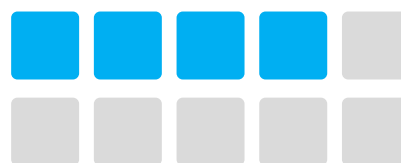
levar as pessoas não pobres a terem dificuldades.

A taxa de sobrelotação do alojamento mede a percentagem da população que vive em habitações com um insuficiente número de divisões habitáveis, tendo em consideração o número e perfil demográfico dos membros da família. Em 2023, 27,7% dos agregados familiares pobres viviam em alojamentos sobrelotados (um aumento face a 2022), valor que desce para 9,8% no caso das famílias não pobres. A insatisfação geral com o alojamento também é mais do dobro entre as famílias pobres (11,1%) do que entre as famílias não pobres (4,4%).

A disparidade não se cinge às características da habitação; nota-se, igualmente, nas respetivas áreas de residência: as famílias pobres vivem em zonas mais ruidosas e poluídas devido ao trânsito, indústria e comércio do que as famílias não pobres.

Finalmente, as famílias pobres reportam uma dificuldade acrescida em arrendar casa - 12,8%, o dobro da percentagem entre as famílias não pobres, de 6,5%.

EM 2023,



4 em cada 10

PESSOAS EM RISCO DE POBREZA VIVEM EM HABITAÇÕES COM TELhado, PAREDES, JANELAS E CHÃO PERMEÁVEIS A ÁGUA OU APODRECIDOS.



Tabela 14 - **Privação habitacional em Portugal (em %)**

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2022	2023	2008	2022	2023
CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO						
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	27,2	37,5	38,5	17,7	20,7	27,0
Sem instalações de banho ou duche no interior	-	1,5	1,1	-	0,4	0,3
Taxa de sobrelotação do alojamento	-	20,5	27,7	-	7,2	9,8
Insatisfação em geral com o alojamento	-	-	11,1	-	-	4,4
CARACTERÍSTICAS DA ZONA						
Vizinhança barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito, indústrias)	-	-	34,0	-	-	27,6
Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	-	-	18,0	-	-	14,7
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	-	-	7,3	-	-	6,8
FATORES FINANCEIROS						
Custos do alojamento considerado um encargo muito pesado	49,7	38,8	37,6	32,8	21,0	24,0
Incapacidade de manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão	-	-	50,1	-	-	35,8
Dificuldades no arrendamento	-	-	12,8	-	-	6,5

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.
2. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação habitacional referem-se à situação do ano de 2023.
3. As estatísticas são apresentadas para os anos em que estão disponíveis no inquérito. As perguntas que só têm valores em 2023 correspondem a um módulo específico do ICOR 2023.
4. Interpretação: Considerando a população não pobre, 35,8% das famílias portuguesas não tinham a capacidade financeira para manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão em 2023; quando consideramos a população pobre, esta percentagem aumenta para 50,1%.

QUÃO RELEVANTES SÃO OS ENCARGOS COM HABITAÇÃO?

A Tabela 15 reporta a percentagem de pessoas cujos encargos com habitação excedem 40% do rendimento do agregado. Os agregados nos quais os encargos com habitação têm este peso encontram-

se numa situação de rigidez na gestão do seu orçamento, dada a folga reduzida, pelo que qualquer despesa inesperada pode causar situações de grande vulnerabilidade.¹⁰ Em 2023, 6,4% das famílias não pobres tinham encargos excessivos com habitação. Entre a população em risco de pobreza, este valor é quatro vezes superior: 26%.

10. Taxas de esforço com a habitação superior a 35% tornam os agregados elegíveis, por exemplo, para renegociar os empréstimos à habitação.



Tabela 15 - Encargos excessivos com a habitação (em %)

	POPULAÇÃO POBRE			POPULAÇÃO NÃO POBRE		
	2008	2022	2023	2008	2022	2023
Encargos habitacionais excessivos	21,2	33,9	26,0	5,5	6,6	6,4

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.
2. Cálculos feitos ao nível do agregado.
3. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total anual com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado.
4. Em 2023, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2022.
5. Interpretação: Em 2023, 6,4% dos agregados não pobres em Portugal têm encargos excessivos com a habitação; este valor eleva-se a 26% para os agregados em risco de pobreza.

QUEM ENFRENTA DIFICULDADES HABITACIONAIS?

A Tabela 16 descreve as percentagens de pessoas pobres e não pobres que enfrentaram dificuldades habitacionais até 2023.

Embora a vasta maioria da população não tenha sido forçada a dormir fora da sua habitação, 3,6% das pessoas não pobres e 4,9% das pessoas pobres sofreram com essa situação. Designadamente, a prevalência de pessoas que tiveram de ficar a viver na rua é 10 vezes maior para a população pobre do que para a população não pobre. Entre os pobres, 1,1% ou 15 mil pessoas

afirmam já ter tido que dormir na rua, ou num espaço público, por carências habitacionais.

No mesmo inquérito são abordadas algumas das razões que levam a dificuldades habitacionais: 42,8% das pessoas pobres tiveram-nas por problemas de relacionamento ou familiares e 21,9% por problemas associados a rendimento insuficiente.

Finalmente, a nível das soluções encontradas para as dificuldades habitacionais, 21,7% das pessoas pobres que tiveram problemas habitacionais conseguiram sair mudando-se para um alojamento privado de habitação social ou subsidiado.

Tabela 16 - Dificuldades habitacionais em Portugal (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
EXPERIÊNCIA DE DIFICULDADES HABITACIONAIS NO PASSADO		
Sim, ficou a dormir num local que não a sua residência	4,8	3,5
Sim, ficou a dormir na rua ou num espaço público	1,1	0,1
Não	94,1	96,4

1. Fonte: ICOR, 2023.
2. Esta é uma pergunta específica do módulo de 2023 do ICOR, não havendo dados disponíveis para outros anos.
3. Interpretação: Em 2023, 1,1% das pessoas em situação de pobreza tiveram dificuldades habitacionais que as fizeram ter de ficar a dormir na rua ou num espaço público.



5. Desigualdade do rendimento

Desigualdade do rendimento

Embora a pobreza e a desigualdade estejam ligadas, são conceitos diferentes. A pobreza é uma condição individual que traduz uma insuficiência de recursos – definido o critério, cada indivíduo ou agregado é classificado como pobre ou não. Já a desigualdade é uma característica da distribuição dos rendimentos, e não dos indivíduos.

QUE PERCENTAGEM DO RENDIMENTO DO PAÍS É DETIDA PELOS 25% MAIS POBRES?

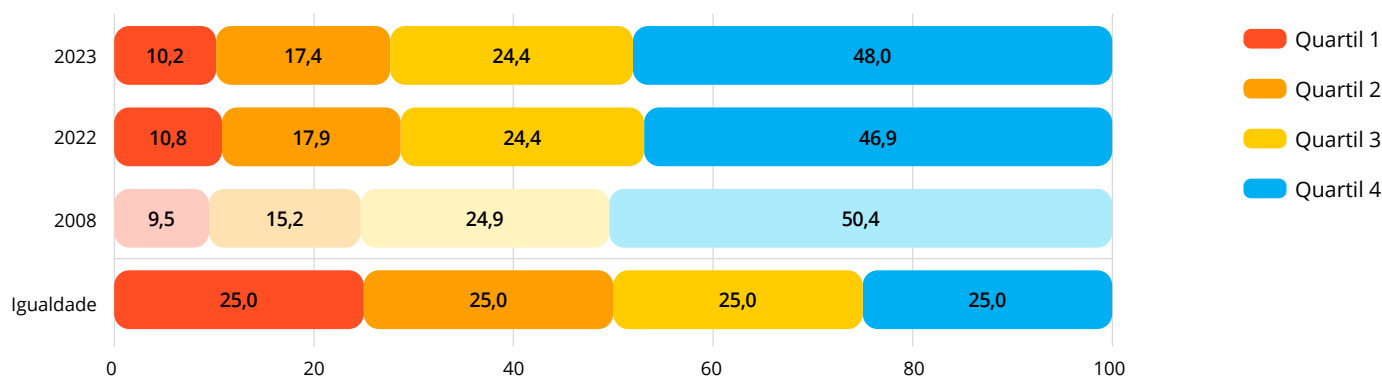
A Figura 6 mostra a percentagem de rendimento detida por quartil da população. Para construir esta figura, ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento. Depois, tendo em conta o número de indivíduos em cada família, formamos quatro grupos, cada um com um quarto do número

total de pessoas. Finalmente, calculamos a proporção do rendimento total que cada um dos grupos detém.

A Figura 6 revela que os 25% mais pobres (Q1) detêm, segundo o inquérito de 2023, 10,2% do rendimento total do país, enquanto os 25% mais ricos (Q4) detêm 48%, valores próximos dos de 2022. Quando comparados com 2008, estes valores mostram uma redução ligeira da desigualdade: a proporção de rendimento detida pelos 25% mais ricos (Q4) diminuiu, e a proporção de rendimento detida pelos 25% mais pobres (Q1) aumentou.

Em média, em 2023, um indivíduo do 1.º quartil (isto é, os 25% mais pobres) de rendimento tinha um rendimento equivalente de 594,8 € por mês, do 2.º quartil de 900,6 €, do 3.º quartil de 1.110,3 € e do 4.º quartil (isto é, os 25% mais ricos) de 1.853,2 € por mês.

Figura 6 - Quartis do rendimento disponível (em %)



1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.

2. Estes cálculos foram feitos usando o Distributive Analysis Stata Package.

3. Interpretação: Em 2023, os 25% mais pobres (Q1) detêm 10,2% do rendimento total do país.



Desigualdade vs. Pobreza

Se a família mais rica do país se tornar ainda mais rica (e todas as outras se mantiverem com o mesmo nível de rendimento), isto não altera a pobreza no país, mas torna-o mais desigual. Do mesmo modo, se a família mais pobre do país ficar mais pobre, mantendo as restantes o nível de rendimento, a taxa

de risco de pobreza fica inalterada, mas, de novo, o país fica mais desigual.

Como os limiares de pobreza se baseiam na mediana do rendimento, as alterações de rendimentos nos extremos não alteram a mediana.

O QUE NOS DIZEM AS OUTRAS MEDIDAS DE DESIGUALDADE?

Existem indicadores de desigualdade que procuram traduzir a natureza mais ou menos desigual da distribuição de rendimentos num número. Alguns utilizam todas as pessoas, outros concentram-se sobre determinadas zonas da distribuição dos rendimentos.

Na primeira categoria, inclui-se o coeficiente de Gini, um índice que mede a distância da distribuição de rendimentos a um cenário hipotético em que todas as pessoas têm exatamente o mesmo rendimento. O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, com valores mais próximos de 1 a indicar maior desigualdade na repartição de rendimentos.

Na segunda categoria, a medida mais conhecida é o rácio entre o rendimento total que é detido pelos 20% mais ricos e o rendimento detido pelos 20% mais pobres. A Tabela 17 mostra-nos estes dois tipos de indicadores.

Todos os indicadores sugerem uma redução progressiva da desigualdade nos anos analisados, com exceção de 2023. Ainda assim, os 10% mais ricos detinham, em 2024, quase 9 vezes mais rendimento disponível do que os 10% mais pobres. Ou seja: cada pessoa, de entre os 10% mais ricos, era 9 vezes mais rica do que uma pessoa do decil inferior.

ENTRE 2023 E 2024
O COEFICIENTE DE GINI
MOSTRA UMA

redução ligeira

DA **DESIGUALDADE NA
REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS.**

Tabela 17 - Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)

	2008	2022	2023	2024
Coefficiente de Gini	35,8	32,0	33,7	31,9
S80/S20	6,1	4,8	5,6	5,2
S90/S10	10,0	7,7	9,7	8,9

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022, 2023 e 2024.
2. Os indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos de 2023 são calculados de acordo com os rendimentos de 2022.
3. Interpretação: No ano mais recente, o coeficiente de Gini era de 31,9. Ainda neste ano, o rendimento total dos 20% mais ricos era 5,2 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Índice S80/S20

Percentagem do rendimento médio dos 20% mais ricos em relação ao dos 20% mais pobres.

Coefficiente de Gini

Indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição do rendimento num determinado país, assumindo valores entre 0 e 1. É igual a 0 quando todas as pessoas têm o mesmo rendimento e igual a 1 quando o rendimento total está concentrado numa única pessoa.

A EDUCAÇÃO E A SITUAÇÃO LABORAL INFLUENCIAM A POSIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO?

Como mostram as Tabelas 2, o nível de educação e a relação com o mercado de trabalho são determinantes importantes da situação de pobreza. Estes dois fatores são também relevantes para a desigualdade de rendimento. A Tabela 18 divide os indivíduos em quatro grupos, dos mais pobres para os mais ricos (a mesma divisão por grupos da Figura 6) e mostra a percentagem de

agregados (i) com pessoas com ensino superior completo em cada um dos grupos, e (ii) com intensidade de trabalho baixa e muito baixa.

De acordo como os dados recolhidos em 2023, dos 25% mais pobres, apenas cerca de 10% têm ensino superior completo e cerca de 18% fazem parte de agregados com intensidade laboral muito baixa. De um modo geral, quanto maior o nível de rendimento, maior a prevalência de ensino superior completo e menor a prevalência de intensidade laboral reduzida.

Tabela 18 - Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)

QUARTIS DE RENDIMENTO	2022				2023			
	Q1	Q2	Q1	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4
Ensino superior	8,7	15,4	21,7	42,9	9,8	16,2	21,0	39,3
Intensidade laboral baixa ou muito baixa	13,9	9,8	4,3	2,7	17,7	8,4	5,2	2,3

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Interpretação: No ano mais recente, 9,8% da população pertencente ao primeiro quartil (Q1) de rendimento tinha completado o ensino superior e cerca de 17,7% vivia num agregado cuja intensidade laboral era baixa ou muito baixa.



6. A importância das transferências sociais



A importância das transferências sociais

As transferências sociais são um importante instrumento de redistribuição do rendimento e, por isso, de mitigação da pobreza. As medidas de pobreza e desigualdade apresentadas nos restantes capítulos analisam o rendimento disponível dos

agregados, isto é, incluem estas transferências do Estado. Analisamos agora o impacto destas, quantificando a pobreza e a desigualdade no cenário hipotético em que as transferências seriam retiradas ao rendimento dos agregados.

Tabela 19 – Transferências sociais ao nível do indivíduo e do agregado

	MÉDIA POR BENEFICIÁRIO (€)		% DE INDIVÍDUOS A RECEBER	
	2022	2023	2022	2023
Prestações sociais monetárias				
Velhice	9.972,7	10.295,5	26,5	26,3
Sobrevivência por morte do cônjuge	4.946,8	5.267,1	6,3	6,0
Desemprego	6.237,8	5.433,6	2,9	2,3
Proteção na invalidez	5.359,7	5.504,3	2,4	2,4
Doença ou acidente	2.582,6	3.018,6	2,7	2,7
Relacionadas com a educação	1.256,1	1.352,6	1,3	1,3
Prestações sociais monetárias do agregado				
Proteção à criança/família	1.372,6	1.463,7	21,4	20,5
Habituação	144,7	1.479,0	6,5	4,9
Apoio à exclusão social	2.310,1	2.310,1	4,2	5,1

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Estes cálculos são baseados no valor líquido de cada prestação social mencionada. A percentagem de indivíduos a receber estas prestações é calculada tendo em conta a população total.
3. A categoria relativa às prestações para proteção à criança/família refere-se aos benefícios que fornecem apoio financeiro às famílias para criar filhos ou que fornecem apoio financeiro a pessoas que auxiliam outros familiares que não crianças. Nesta categoria insere-se, por exemplo, o abono de família.
4. As prestações sociais no âmbito da habitação referem-se a ajudas por parte das autoridades públicas com o objetivo de algumas famílias atenuarem os custos com a habitação.
5. As outras prestações para apoio à exclusão social consistem em pagamentos periódicos a pessoas com recursos insuficientes. Estas pessoas são aquelas que são consideradas como “excluídas socialmente” ou que se encontram em risco de exclusão social.
6. Interpretação: No ano mais recente, 26,3% da população em Portugal recebeu prestações sociais monetárias por velhice. Relativamente a estas prestações, cada beneficiário recebeu, em média, 10.295,5 €/ano.

QUAIS SÃO AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MAIS RELEVANTES?

A Tabela 19 mostra que as pensões de velhice são as transferências sociais com maior importância, tanto em montante médio anual, como em número de beneficiários, seguidas da pensão de sobrevivência, subsídio de desemprego e pensões de invalidez. Excluindo uma descida no montante médio por beneficiário para prestações por desemprego (de cerca de 13%), todos os montantes médios por beneficiário aumentaram face a 2022.

Existem ainda transferências sociais dirigidas especificamente a agregados com dependentes, como o abono de família e a garantia para a infância. Estas são as que abrangem um maior número de famílias (cerca de 2 em cada 10).

QUAL SERIA A TAXA DE RISCO DE POBREZA SEM TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

A Tabela 20 mostra que a taxa de risco de pobreza seria 2,6 vezes maior na ausência do Estado Social.

Isto é, a rendimentos de mercado a taxa de pobreza seria de 41,8%, o que compara com 17% quando se incluem as transferências sociais.

O efeito das prestações sociais na redução da pobreza parece ter diminuído ligeiramente entre 2022 e 2023. Em 2022, a diferença na taxa de pobreza do rendimento disponível e de mercado era de -26,1 pontos percentuais, enquanto em 2023 esta diferença se cifrava em -24,8 pontos percentuais.

EM 2023, NA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS ALÉM DAS PENSÕES HAVERIA MAIS

430 mil

PESSOAS EM RISCO DE POBREZA.

Tabela 20 – Pobreza e desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)

	RENDIMENTO DE MERCADO		RENDIMENTO APÓS PENSÕES		RENDIMENTO DISPONÍVEL	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
POBREZA						
Taxa de risco de pobreza	42,5	41,8	21,5	21,2	16,4	17,0
Taxa de intensidade da pobreza	27,9	27,3	8,1	8,2	4,5	5,0
Taxa de severidade da pobreza	24,6	23,9	5,0	5,1	2,0	2,3
DESGUALDADE SOCIAL						
Coefficiente de Gini	37,8	39,2	33,8	35,1	32,0	33,7
S80/S20	7,4	7,6	5,5	6,4	4,5	5,2

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Cálculos com base nos módulos de STATA poverty de Philippe Van Kerm (2009); ineqdeco de Stephen P. Jenkins (2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (2013).
3. Os indicadores de 2023 são calculados de acordo com os rendimentos de 2022.
4. Interpretação: Na ausência de Estado Social, o nível de pobreza na população total agravar-se-ia severamente. No ano mais recente, a taxa de pobreza seria de 41,8% e as taxas de intensidade e severidade de pobreza seriam 5,5 e 10,4 vezes superiores, respetivamente. O coeficiente de Gini seria 39,2 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 7,6 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

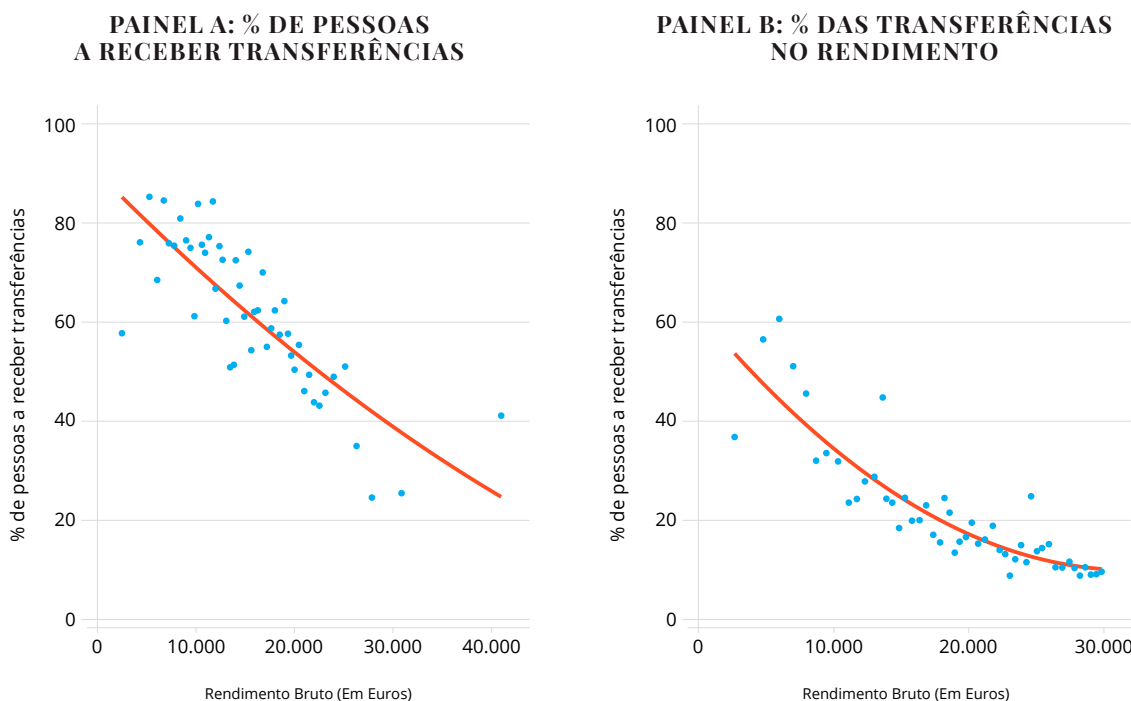
QUAL É O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NA INTENSIDADE E SEVERIDADE DA POBREZA E NA DESIGUALDADE?

A desigualdade, a intensidade e a severidade da pobreza aumentariam substancialmente na ausência de transferências sociais. Interpretando o valor da intensidade de pobreza, observamos que, sem transferências sociais, o custo para elevar o rendimento de todos os pobres para a linha de pobreza seria superior a 19,4 mil milhões de euros (o que compara com 3,5 mil milhões após transferências).¹¹ É importante sublinhar que o efeito redistributivo se deve sobretudo às pensões, embora as restantes transferências sejam também importantes: a taxa de severidade da pobreza seria 2,2 vezes superior se as transferências se resumissem às pensões.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS RECEBIDAS E O RENDIMENTO?

A Figura 7 mostra a percentagem de pessoas que usufruem de transferências sociais, de acordo com o seu rendimento. Como seria expectável, esta percentagem diminui à medida que o rendimento aumenta. Importa sublinhar que as percentagens mais elevadas se observam para rendimentos anuais brutos abaixo dos 10.000 €. A Figura 7 também mostra que o peso das transferências no total do rendimento disponível diminui à medida que o rendimento aumenta. Para os agregados mais pobres, as transferências sociais representam mais de 40% do rendimento disponível.

Figura 7 - Transferências sociais e o rendimento



11. Este valor resulta da multiplicação da taxa de intensidade da pobreza pelo limiar de pobreza e pela população do país, como explicado na Secção 3.1.



7. Diferenças regionais

Diferenças regionais

Apresentamos agora uma caracterização regional das condições de vida e do rendimento da população residente em Portugal. O ICOR permite caracterizar a situação ao nível das grandes regiões NUTS II. Até 2024, esta classificação dividia o país em sete regiões: cinco continentais e duas regiões autónomas. Em 2024, o Centro, o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa sofreram uma reorganização, tendo surgido três novas regiões (Oeste e Vale do Tejo, Grande Lisboa e Península de Setúbal). Dependendo da disponibilidade de dados, apresentamos neste relatório estatísticas seguindo a divisão mais atualizada ou a anterior. As análises realizadas à escala municipal utilizam outras fontes de dados.

QUAIS SÃO AS REGIÕES COM MAIS POBREZA?

A análise da Figura 8 revela que a prevalência da pobreza é maior nas Regiões Autónomas, que também têm mais privação material e social e valores elevados de desigualdade do que Portugal continental. A taxa de pobreza está quase 8 pontos percentuais acima da média nacional nos Açores, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e quase 3 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira e na Península de Setúbal. Ainda assim, a taxa de pobreza nas regiões autónomas diminuiu entre 2023 e 2024. Por outro lado, no Alentejo, no Centro e na Península de Setúbal houve um aumento da prevalência da pobreza. A Península de Setúbal é, em 2024, a região continental com maior taxa de pobreza (18,7%).

EM QUE REGIÕES É MAIOR A PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

A taxa de privação material e social severa desceu em todas as regiões de Portugal entre 2022 e 2023, como ilustra a Figura 8, com a exceção dos Açores e da Área Metropolitana de Lisboa. O Alentejo é a região com a menor taxa de privação material e social severa (3%), enquanto os Açores (12%) e Madeira (6,3%) são as regiões em que esta taxa é mais alta.

EM 2023, NOS **AÇORES**, MAIS DE



1 em cada 10

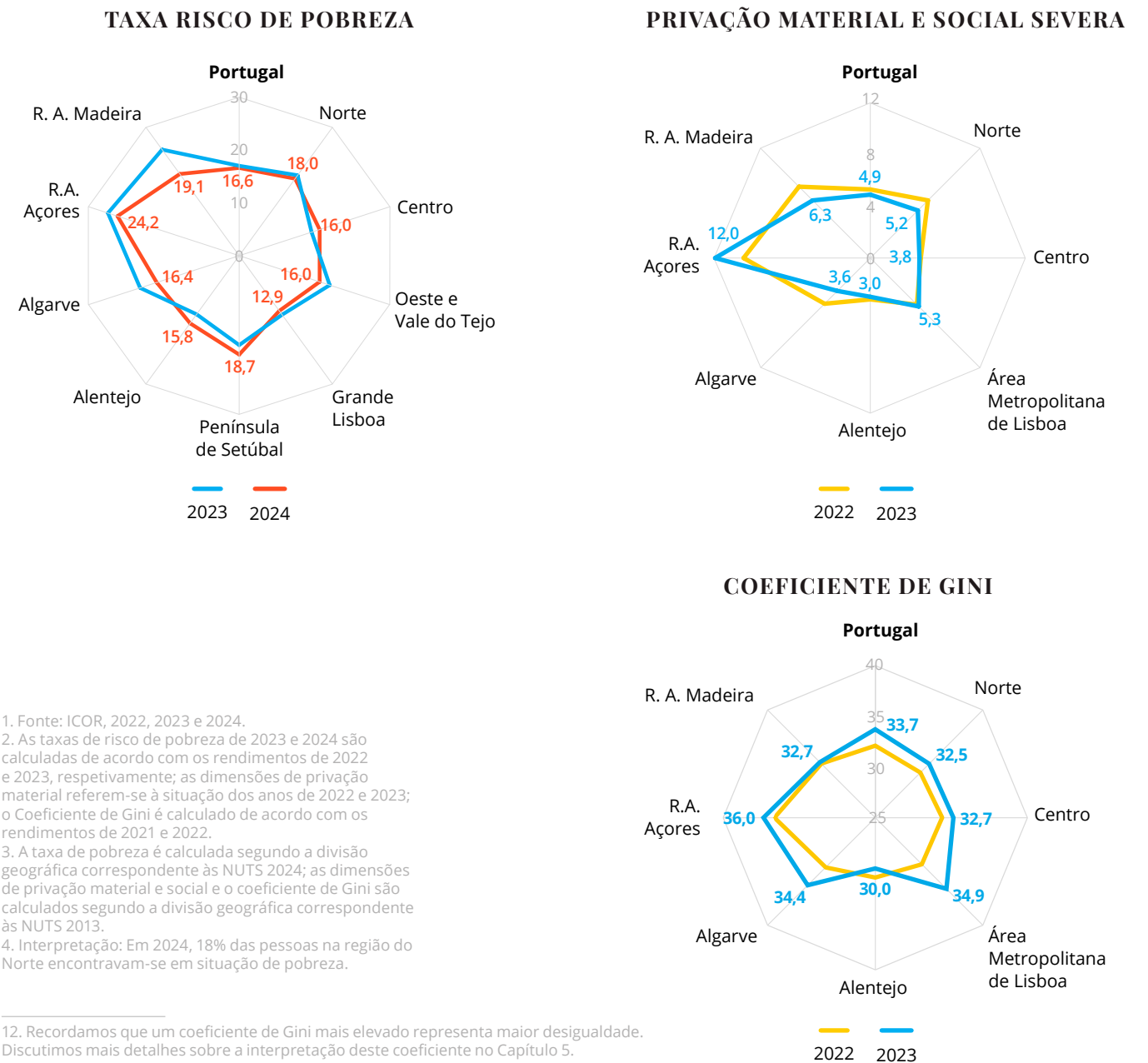
PESSOAS ESTAVA EM SITUAÇÃO DE **PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA.**

EM QUE REGIÕES É MAIOR A DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS?

A Figura 8 também mostra o coeficiente de Gini, uma das medidas mais usadas para avaliar a desigualdade na repartição dos rendimentos, para as sete regiões

portuguesas.¹² Em geral, a desigualdade aumentou entre 2022 e 2023. Os Açores são a região com maior desigualdade, seguida da Área Metropolitana de Lisboa e da Madeira. Lisboa foi também a região em que a desigualdade mais aumentou face a 2022. Ao contrário, observou-se uma ligeira diminuição da desigualdade no Alentejo, neste período.

Figura 8 - Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)



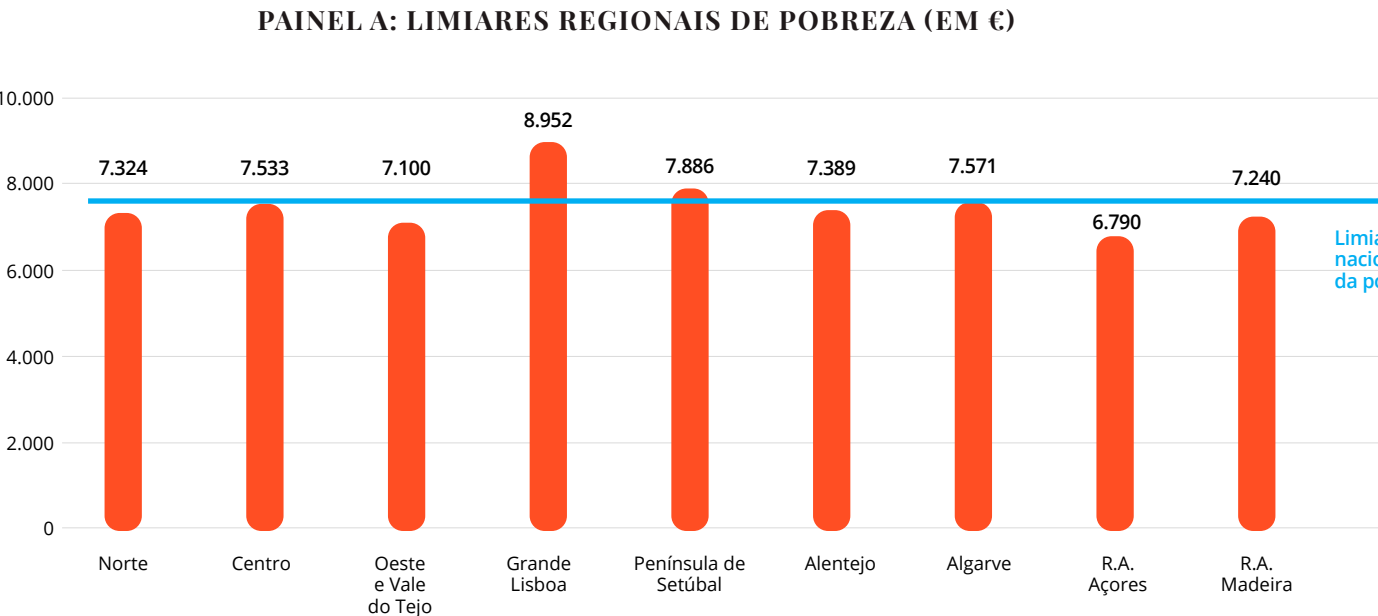
COMO VARIA A TAXA DE POBREZA DAS REGIÕES CONSIDERANDO AS SUAS PRÓPRIAS LINHAS DE POBREZA?

As taxas de pobreza apresentadas na Figura 8 usam a linha de pobreza nacional; logo, são a percentagem da população de cada região cujo rendimento monetário equivalente está abaixo de 60% da mediana nacional. É igualmente possível calcular limiares de pobreza para cada região e calcular taxas de pobreza regional com base nestes limiares.

A Figura 9, que compara os limiares de pobreza regionais com o nacional, mostra que estes, na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, são mais

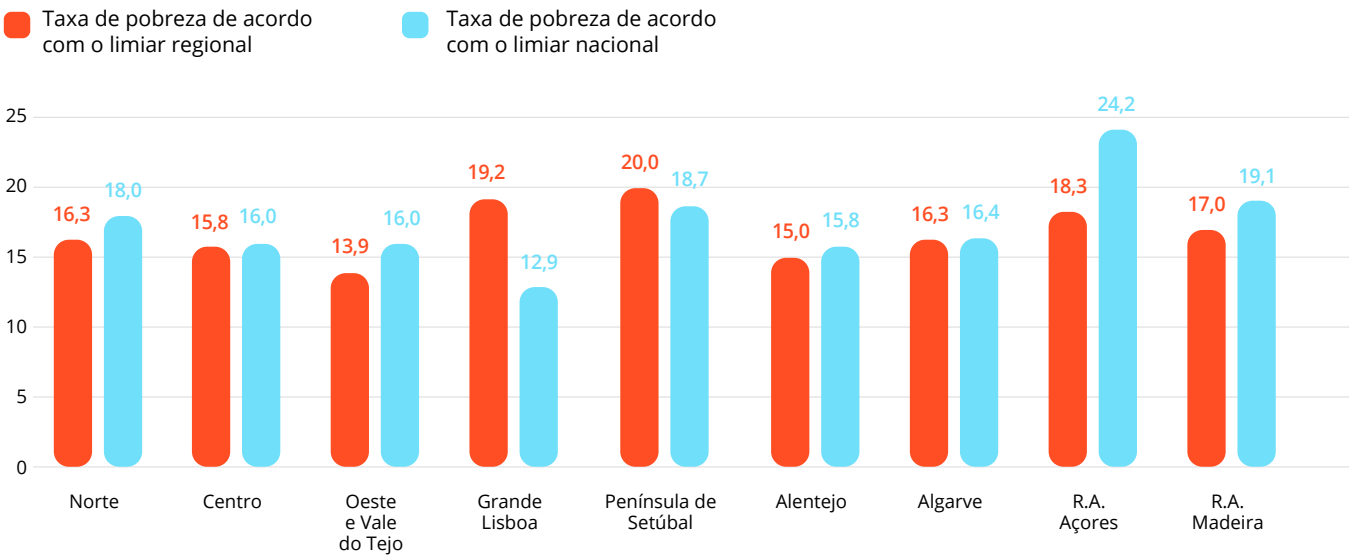
elevados do que o limiar nacional. Isto significa que, na Grande Lisboa, um agregado com um rendimento equivalente de 8500 euros é considerado pobre de acordo com o limiar regional, mas não de acordo com o limiar nacional. Por outro lado, nas restantes regiões, particularmente nos Açores e na região do Oeste e Vale do Tejo, o limiar regional é inferior ao nacional. Estas discrepâncias refletem as diferenças na distribuição de rendimentos entre as regiões. A Figura 9 mostra que calcular a taxas de pobreza com limiares regionais aumenta este indicador na Península de Setúbal e, particularmente, na Grande Lisboa (de 12,9% para 19,2%). Em sentido contrário, reduz-se nas outras regiões. De acordo com esta medida, a Península de Setúbal é a região com maior taxa de pobreza (20%).

Figura 9 - Limiares e taxas regionais de pobreza em 2024



CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA »

PAINEL B: TAXA DE POBREZA DE ACORDO COM DIFERENTES LIMIARES DE POBREZA (EM %)



1. Fonte: ICOR, 2024.
 2. Estes limiares e taxas de pobreza foram calculados segundo a divisão geográfica correspondente às NUTS 2013.
 3. Interpretação: Em 2024, 60% do rendimento mediano por adulto equivalente na região do Norte eram 7324 €, 16,6% das pessoas desta região tinham rendimentos abaixo desse valor.

QUE OUTRAS PRIVAÇÕES SÃO MAIS COMUNS NAS REGIÕES DE PORTUGAL?

A Tabela 21 apresenta a percentagem de pessoas em cada uma das regiões portuguesas que reportam diferentes tipos de privações em termos de saúde, habitação e alimentação.

De uma maneira geral, as regiões autónomas são as que reportam níveis mais altos destas privações no panorama nacional. A Região Autónoma dos Açores tem o valor mais alto de privação em oito das privações mostradas na tabela, e a Região Autónoma da Madeira em cinco. Entre estas, destaca-se a elevada proporção de pessoas que não consegue ter uma refeição proteica pelo menos de dois em dois dias (10,6% nos Açores, e 7,6% na Madeira) e a proporção de pessoas que não conseguiu consultas ou tratamentos médicos não dentários (9,3% nos Açores).

A Área Metropolitana de Lisboa tem a maior taxa de privação em dois fatores (a poluição e sujidade, bem como o crime, violência e vandalismo, na área de

residência). As regiões do Norte, do Centro e do Algarve têm a maior taxa de privação numa única categoria cada uma — respetivamente, a incapacidade de manter a casa fria durante o verão (45,6%), a autoavaliação do estado de saúde como “mau” ou “muito mau” (16,1%) e o ruído na vizinhança da sua habitação (37,6%).

EM 2023, NOS AÇORES,



1 em cada 10

FAMÍLIAS NÃO CONSEGUE FAZER UMA REFEIÇÃO PROTEICA DE 2 EM 2 DIAS.

Tabela 21 – Pobreza multidimensional em 2023, por região (em %)

	Norte	Centro	AML	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
SAÚDE							
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	4,0	5,4	5,3	5,0	4,2	9,3	7,2
Consulta ou tratamento de medicina dentária	19,3	20,6	17,9	22,6	17,9	20,3	25,3
Autoavaliação	14,8	16,1	9,9	14,2	12,2	11,9	12,7
Limitação em atividades habituais	33,9	36,3	30,2	33,3	31,0	37,9	34,9
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	45,9	45,7	42,3	42,5	41,6	44,5	47,6
HABITAÇÃO							
Características da habitação							
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	28,9	27,2	28,8	25,1	27,4	45,0	45,5
Sem instalações de banho ou duche no interior	0,6	0,5	0,1	0,4	0,2	0,5	2,1
Taxa de sobrelotação do alojamento	13,1	6,3	16,3	9,7	17,2	21,4	20,4
Insatisfação em geral com o alojamento	5,1	3,3	7,4	6,0	6,0	7,6	8,1
Características da zona							
Vizinhaça barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito, indústrias)	27,9	22,8	34,2	21,4	37,6	27,7	32,6
Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	12,7	13,1	20,1	17,0	15,0	12,8	13,9
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	4,6	3,8	11,9	5,0	7,9	10,3	9,5
Fatores financeiros							
Custos do alojamento considerado um encargo muito pesado	26,8	21,2	28,4	26,1	29,4	33,6	28,8
Incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	26,3	16,1	18,9	13,7	15,4	34,3	23,3
Incapacidade de manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão	45,6	33,0	35,4	36,0	34,6	38,4	25,1
Dificuldades no arrendamento	7,4	11,0	7,0	8,1	11,4	13,7	14,2
ALIMENTAÇÃO							
Incapacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias	2,3	1,9	1,6	2,3	2,6	10,6	7,6
Incapacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	7,7	5,0	8,9	7,4	7,2	17,3	14,6
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	1,9	1,8	2,3	1,5	1,3	3,4	3,1

1. Fonte: ICOR, 2023.

2. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas “Muito má” e “Má”.

3. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas “Sim, limitadas” e “Sim, fortemente limitadas”.

4. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que “houve pelo menos uma ocasião” em que estas necessidades de saúde não se concretizaram devido à falta de possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho ou distância ao local da consulta.

5. Em 2023, um indivíduo é pobre de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2023.

6. Estas dimensões de privação foram calculadas segundo a divisão geográfica correspondente às NUTS 2013.

7. Interpretação: Em 2023, 28,8% das pessoas que residem na Região Autónoma da Madeira consideram que os custos do alojamento são um encargo muito pesado.



QUAL O CONTRIBUTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS PARA REDUZIR A TAXA DE POBREZA EM CADA REGIÃO?

A Tabela 22 mostra as taxas de risco de pobreza em cada uma das sete regiões portuguesas para duas medidas de rendimento: após o pagamento de pensões, e após o pagamento de todas as transferências sociais (o rendimento disponível dos agregados).

O papel das transferências na redução da pobreza é maior nas regiões autónomas: na ausência de transferências sociais exceto pensões, a taxa de pobreza seria 6,6 pontos percentuais mais alta tanto na Madeira como nos Açores. No continente, as transferências sociais reduzem a taxa de pobreza no Norte de 23,8% para 18,8%. As transferências sociais têm menor impacto na Área Metropolitana de Lisboa, onde conduzem a uma redução na taxa de pobreza de 3 pontos percentuais.

EM 2023, A **REDUÇÃO NA TAXA DE POBREZA** DECORRENTE DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS É **2x maior** NAS **REGIÕES AUTÓNOMAS** DO QUE NA **ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA.**

Tabela 22 - Taxas de pobreza antes e depois de transferências sociais, por região (em %)

	RENDIMENTO APÓS PENSÕES		RENDIMENTO DISPONÍVEL	
	2022	2023	2022	2023
Norte	25,1	23,8	20,0	18,8
Centro	20,6	19,3	15,6	15,6
Área Metropolitana de Lisboa	14,9	17,7	10,4	14,7
Alentejo	20,0	18,9	14,9	14,1
Algarve	29,2	23,9	22,1	19,7
Região Autónoma dos Açores	32,4	32,8	25,1	26,2
Região Autónoma da Madeira	34,4	31,4	25,9	24,8

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Estas taxas de pobreza foram calculadas segundo a divisão geográfica correspondente às NUTS de 2013.
3. Interpretação: Em 2022, as transferências sociais diminuíram a taxa de pobreza do Algarve em 7,1 pontos percentuais, e em 2023 diminuíram-na em 4,2 pontos percentuais.



QUE MUNICÍPIOS TÊM MAIOR DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS?

Para caracterizar a desigualdade de rendimento ao nível municipal, o INE recorre ao rendimento bruto coletável, isto é, o declarado por cada agregado à Autoridade Tributária na declaração anual de IRS. Este rendimento difere do disponível, que usamos nas estatísticas calculadas a partir do ICOR, por duas razões principais. Em primeiro lugar, trata-se do rendimento bruto, isto é, antes de descontados os impostos e contribuições sociais e antes de incluídas as transferências sociais, quando estas existem. Em segundo lugar há categorias do rendimento, designadamente rendimentos de capital, cujas regras tributárias não exigem que sejam incluídos na declaração de IRS mas que, em princípio, estão incluídos no rendimento declarado pelos agregados no ICOR.

De um ponto de vista teórico, esperamos que o primeiro efeito contribua para uma maior

desigualdade no rendimento tributável relativamente ao disponível, ao passo que o segundo terá o efeito inverso.

Por outro lado, há várias razões (que têm a ver com a estrutura económica e produtiva de cada município) que fazem com que estas diferenças alterem a ordenação relativa dos municípios, em termos de desigualdade, quando esta é calculada com base no rendimento bruto coletável e no rendimento disponível.

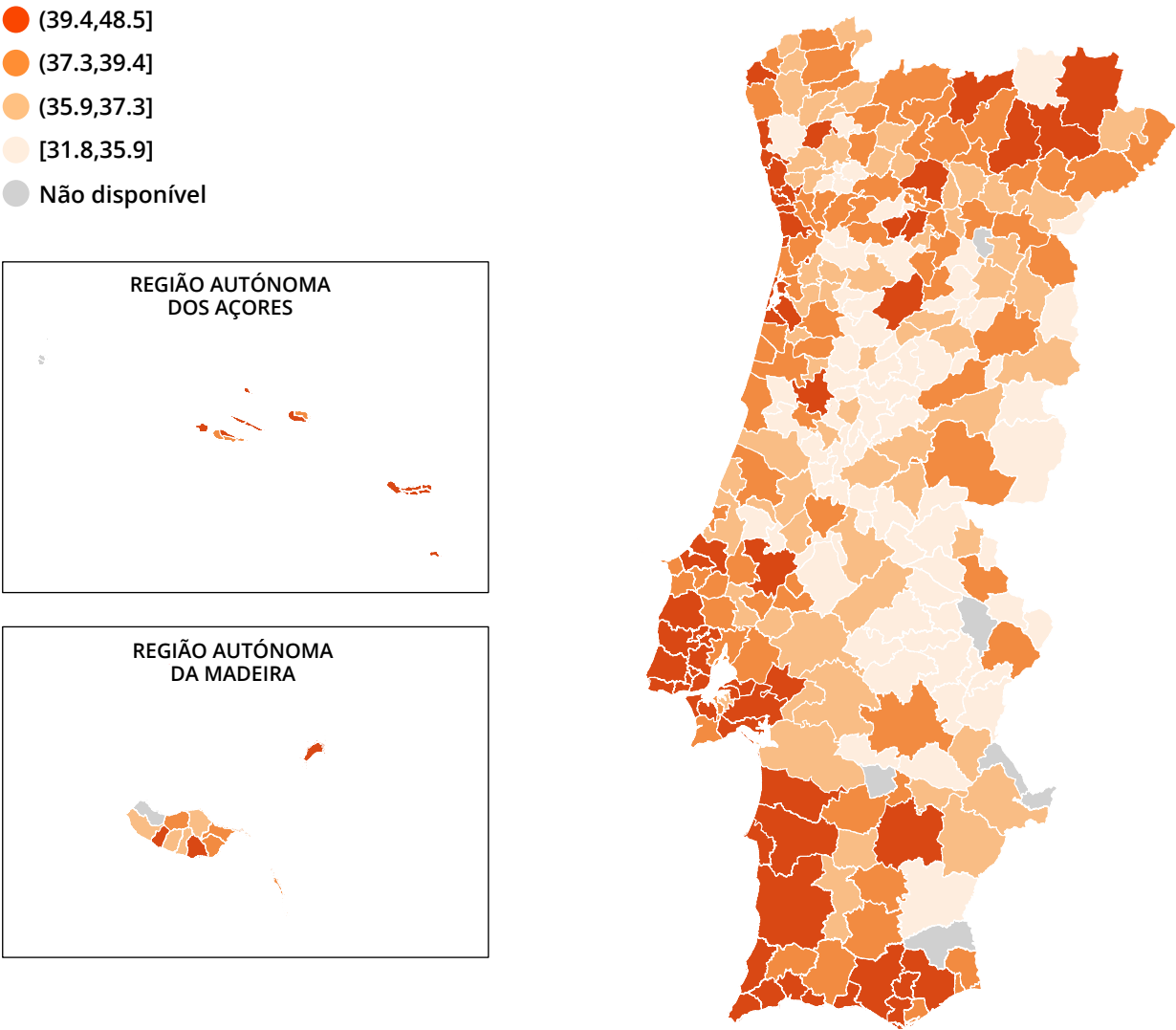
A Tabela 23 mostra os três municípios mais desiguais e os três menos desiguais do país. Lisboa (48,5) e o Porto (47,5) são os municípios com maior desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini. Os municípios com menor desigualdade são Alandroal, Pampilhosa da Serra e Portel, com coeficientes de Gini abaixo de 32,7. Na Figura 10 mostramos a distribuição desta medida de desigualdade nos municípios de Portugal.

Tabela 23 - Municípios mais e menos desiguais em 2022

MAIS DESIGUAIS				MAIS IGUAIS			
	Município	Região	Coeficiente de Gini		Município	Região	Coeficiente de Gini
1º	Lisboa	AML	48,5	1º	Pampilhosa da Serra	Centro	31,8
2º	Porto	Norte	47,5	2º	Portel	Alentejo	32,5
3º	Cascais	AML	46,0	3º	Alandroal	Alentejo	32,7

1. Fonte: INE, 2024
2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.
3. Interpretação: Numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 100, Lisboa é o município de Portugal onde a distribuição de rendimentos entre as pessoas é mais desigual (48,5).

Figura 10 - Coeficiente de Gini por município em 2022



1. Fonte: INE, 2024.
2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.
3. Interpretação: Numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 100, Lisboa é o município de Portugal onde a distribuição de rendimentos entre as pessoas é mais desigual (48,5).



8. As condições de vida dos mais novos e dos mais velhos



As condições de vida dos mais novos e dos mais velhos

As políticas públicas centradas nas crianças contribuem para quebrar ciclos de pobreza, pelo que discutir a pobreza e exclusão social das crianças é especialmente relevante. No ICOR 2023, a amostra é constituída por 4.419 crianças com idade inferior a 18 anos, o que corresponde a um universo de 1.678.098 crianças.¹³

Há duas ordens de razões para as famílias com crianças estarem mais sujeitas à pobreza. A primeira é que, quando nasce uma criança, o mesmo rendimento familiar passa a financiar as necessidades de mais uma pessoa. Portanto, é possível que uma família que não seja pobre antes de nascer uma

criança passe a sê-lo após o nascimento, ou adoção, desta. A segunda tem a ver com aspetos comportamentais, já que a participação no mercado de trabalho pode ser condicionada pela presença de dependentes nas famílias.

Nesta secção, também nos debruçamos sobre as condições de vida dos mais velhos. No ICOR 2023, a amostra é constituída por 9.666 pessoas com idade superior a 65 anos, o que corresponde a um universo de 2.507.922 residentes em Portugal, considerando a idade que tinham no final do ano da entrevista.

8.1.

Pobreza e desigualdade

QUAL É A TAXA DE POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS MAIS VELHOS?

Como vimos na Secção 3, Tabela 2, a taxa de risco de pobreza para as crianças é de 17,8%, 1,2 pontos percentuais acima da média nacional. Esta taxa aumentou entre 2022 e 2023, mas reduziu-se em 2024. Em 2023 havia, ainda assim, mais de 346 mil menores pobres em Portugal. A taxa de risco de pobreza para as pessoas com 65 ou mais anos, por outro lado, foi de 21,1%, 4,5 pontos percentuais acima da média nacional. Em 2023, quando a taxa de pobreza era de 17,1%, havia mais de 427 mil pobres com 65 ou mais anos em Portugal.

EM 2023,

346 mil

CRIANÇAS E

427 mil

**PESSOAS COM 65 OU
MAIS ANOS SÃO POBRES.**

13. Considerando a idade que as crianças tinham no final do ano da entrevista.

QUAL É O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NA POBREZA DAS CRIANÇAS E NOS MAIS VELHOS?

A taxa de risco de pobreza das crianças aumentaria de 20,6% para 25,9%, apenas retirando as pensões, e para 31,1% retirando as restantes transferências (Tabela 24). Tanto depois como antes de transferência, observou-se um aumento na taxa de pobreza das crianças entre 2022 e 2023. A diferença na medida de desigualdade (S80/S20), também disponível na Tabela 24, demonstra que, tal como para a população em geral, o Estado Social desempenha um papel equalizador.

Mais de 90% dos rendimentos das pessoas com mais de 65 anos têm origem em pensões e apenas 27,5% advém de rendimentos de mercado. Por essa razão, a Tabela 24 permite comparar um conjunto de medidas de pobreza e desigualdade antes e depois de transferências sociais (excluindo pensões) para os maiores de 65 anos. Na ausência destas, a taxa de

pobreza dos mais velhos seria de 18,9% (Tabela 24) e a desigualdade seria também mais pronunciada.

Comparando os valores da taxa de risco de pobreza em 2023 para o rendimento disponível e o rendimento após pensões, concluímos que as transferências sociais excluindo pensões têm um impacto maior na redução da pobreza nas crianças (-5,3 pontos percentuais) e nos adultos (-4,8 pontos percentuais) do que nos mais velhos (-1,9 pontos percentuais).

EM 2023, EM AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, QUASE



1 em cada 3 CRIANÇAS SERIAM POBRES.

Tabela 24 - Pobreza e desigualdade social por grupo etário, antes e depois de transferências sociais (em %)

	RENDIMENTO DE MERCADO		RENDIMENTO APÓS PENSÕES		RENDIMENTO DISPONÍVEL	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
CRIANÇAS						
Taxa de risco de pobreza	30,2	31,1	25,4	25,9	18,5	20,6
S80/S20	11,0	8,4	7,9	6,8	5,2	4,9
ADULTOS						
Taxa de risco de pobreza	29,4	29,2	21,1	20,8	15,4	16,0
S80/S20	10,6	11,0	6,7	7,3	5,0	5,6
MAIS VELHOS						
Taxa de risco de pobreza	-	-	19,4	18,9	17,1	17,0
S80/S20	-	-	5,8	5,9	5,4	5,5

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.
3. Cálculos com base nos módulos de STATA povdeco da autoria de Stephen P. Jenkins (agosto 2006), ineqdeco de Stephen P. Jenkins (maio 2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (junho 2013).
4. Os indicadores de pobreza e de desigualdade social de 2023 são calculados de acordo com os rendimentos de 2022.
5. Interpretação: Na ausência de estado social, os níveis de pobreza e de desigualdade social nas crianças agravar-se-iam severamente. No ano mais recente, a taxa de pobreza seria de 31,1% e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 8,4 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

8.2.

Privação material e social

QUAL É A PERCENTAGEM DE CRIANÇAS E DE MAIS VELHOS EM PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL?

Como explicado no Capítulo 4 considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco ou mais dos elementos da lista de privações definida pelo Eurostat, que apresentamos na Secção 4.1. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa. A Tabela 25 mostra que em 2023, 12% das crianças e 15,3% dos mais velhos sofriam de privação material e social. Estes valores não se alteraram significativamente entre 2022 e 2023, mas são, como a privação material e social severa, superiores entre as crianças e os mais velhos, quando comparados com os adultos em idade ativa.

Tabela 25 - Privação material e social por grupo etário (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Taxa de privação material e social	11,9	12,0	10,7	10,8	15,2	15,3
Taxa de privação material e social severa	4,9	4,4	4,6	4,3	7,1	6,5
Intensidade da privação material e social	6,6	6,6	6,6	6,5	6,6	6,5

1. Fonte: ICOR 2022 e 2023.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.
3. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.
4. Interpretação: Em 2023, 12% das crianças e 15% dos mais velhos sofriam de privação material e social.

EM QUE DIMENSÕES SE OBSERVAM MAIORES TAXAS DE PRIVAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E OS MAIS VELHOS?

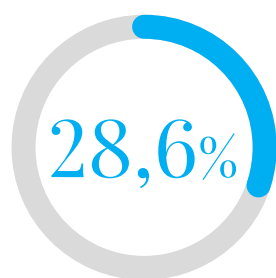
A Tabela 26 mostra-nos a proporção da população, por grupos etários, que não tem acesso a cada uma das dimensões da lista do Eurostat. Os agregados com crianças e com adultos acima de 65 anos têm maiores graus de privação nas capacidades de: (i) pagar uma semana de férias fora de casa (49,4% entre os mais velhos e 34,8% nos agregados com crianças); (ii) fazer face a despesas inesperadas (32,3% nos agregados com crianças e 30,5% entre os mais velhos); (iii) substituir móveis usados (41,1% nos agregados com crianças e 39,3% entre os mais velhos).

Entre os diferentes grupos, os agregados com crianças são os que têm mais dificuldade em assegurar o pagamento de despesas inesperadas. Este é também o grupo de agregados em que é mais comum haver atraso no pagamento de hipotecas

ou rendas (7,8%). Por seu turno, a incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida é maior entre os mais velhos: quase 30% reportam privação nesta dimensão em 2023. A incapacidade financeira para fazer uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano é também mais elevada entre os mais velhos (4,3%), do que nos adultos menores de 65 e nas crianças. Ainda assim, enquanto nestes grupos a privação alimentar diminuiu entre 2022 e 2023, nos mais velhos o valor manteve-se relativamente estável.

Os mais velhos apresentam, ainda, maior privação nos itens individuais considerados pelo Eurostat. Embora em algumas dimensões se tenha observado uma redução na prevalência de privação entre 2022 e 2023, a diferença entre os mais velhos e os adultos é ainda elevada na indisponibilidade para se encontrarem com amigos/familiares uma vez por mês (5,5 pontos percentuais), ou para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio (4,9 pontos percentuais).

EM 2023,



**DAS PESSOAS COM 65
OU MAIS ANOS NÃO
CONSEGUIAM MANTER A
CASA ADEQUADAMENTE
AQUECIDA.**

Tabela 26 - Itens de privação material e social nos grupos etários (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
AO NÍVEL DO AGREGADO						
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	31,1	34,8	35,0	35,8	47,5	49,4
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	31,8	32,3	28,9	29,7	31,1	30,5
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	12,1	16,0	16,6	19,0	23,6	28,6
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos	9,6	7,8	6,7	5,8	2,4	1,7
Sem disponibilidade de automóvel	3,8	5,1	4,0	4,5	5,5	4,8
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos, de dois em dois dias	2,4	1,2	2,7	1,9	4,2	4,3
Sem capacidade de substituir móveis usados	37,0	41,1	35,4	39,0	38,2	39,3
AO NÍVEL DO INDÍVIDUO						
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova	6,3	5,6	6,7	6,5	9,8	8,2
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	0,4	0,5	0,8	0,8	1,8	1,3
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês	4,9	7,8	5,0	6,0	10,0	11,5
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	10,7	12,2	10,2	10,6	10,9	10,4
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	10,6	10,7	8,5	8,7	12,4	13,6
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	1,2	2,0	1,8	1,9	5,7	4,4
OUTROS ITENS DE PRIVAÇÃO						
Sem disponibilidade de computador por dificuldades económicas	3,6	3,4	4,4	4,3	7,2	6,6

1. Fonte: ICOR 2022 e 2023.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado e do indivíduo.

3. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

4. Interpretação: Em 2023, 49,4% das pessoas com mais de 65 anos não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos aos adultos, este valor diminui para 35,8%.



8.3.

Outras privações essenciais

QUE OUTROS TIPOS DE PRIVAÇÕES ENFRENTAM AS CRIANÇAS EM PORTUGAL?

A Tabela 27 mostra a taxa de privação das crianças, dos adultos e dos mais velhos em quatro dimensões essenciais – educação, saúde, habitação e alimentação – que são recolhidas pelo ICOR mas não incluídas nas dimensões usadas pelo Eurostat para calcular a privação material (estes indicadores foram apresentados na Tabela 26).

Em 2023, cerca de 17,7% das crianças com idades até aos 5 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de ensino pré-escolar ou creche. No acesso à saúde, 1% das crianças e não realizaram consultas ou tratamentos médicos (não dentários) por restrição de recursos (sem disponibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta). Este valor sobe para 9,8% nos agregados com crianças nas consultas ou tratamentos de medicina dentária. Ainda assim, a taxa de privação no acesso à Saúde das crianças é substancialmente inferior à dos adultos e dos mais velhos.

No que toca à privação habitacional, em 2023, 21,8% das crianças vivem em alojamentos sobrelotados; 33% em alojamentos com telhado, paredes ou janelas permeáveis a água; e 30,9% em agregados em que o custo com alojamento representa um encargo muito pesado. Nestas dimensões, a privação aumentou face a 2022.

A privação alimentar também aumentou para as crianças em 2023. Neste ano, 7,3% das crianças viviam em famílias sem capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e 1,8% em agregados em que os elementos da família sentiram fome e não comeram por falta de dinheiro.

QUE OUTRAS PRIVAÇÕES TÊM OS MAIS VELHOS EM PORTUGAL?

A Tabela 27 detalha também as situações de privação dos mais velhos. Em 2023, em cada dez pessoas com 65 ou mais anos: sete sofriam de uma doença crónica ou problema de saúde prolongado, seis viviam com limitações nas suas atividades habituais e três auto-avaliavam a sua saúde como má ou muito má. Como é expectável, a privação em saúde é genericamente maior entre os mais velhos do que entre os adultos menores de 65. Em termos de acesso, 22,6% dos mais velhos reportam dificuldade no acesso a consultas de medicina dentária e 5,5% a consultas ou tratamentos médicos (não dentárias), sem diferenças significativas face a 2022.

No que toca à habitação, apesar de os mais velhos serem o grupo com maior dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida (Tabela 26), nas outras dimensões apresentam menores taxas de privação que os adultos menores de 65 ou os agregados com crianças.

EM 2023, QUASE



1 em cada 5

CRIANÇAS NÃO FREQUENTAM PELO MENOS 30 HORAS POR SEMANA DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR OU CRECHE.

Ainda assim, mais de um quarto dos idosos vivem em casas com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água, e quase 1% vive em alojamentos sem instalações de banho/duche no interior.

Por último, em termos de privação alimentar, 7,3% dos idosos não tinham capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis. Entre os adultos e os mais velhos, cerca de 2% sentiram fome e não comeram porque não tinham dinheiro.

EM 2023,



1 em cada 4

PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS
NÃO CONSEGUIU ACEDER
A CUIDADOS DENTÁRIOS
POR MOTIVOS FINANCEIROS.

Tabela 27 – Pobreza multidimensional por grupo etário (em %)

	CRIANÇAS		ADULTOS		MAIS VELHOS	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
EDUCAÇÃO						
Mínimo de 30 horas por semana de ensino pré-escolar	-	17,7	-	-	-	-
SAÚDE						
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	1,2	1,0	5,2	4,7	5,4	5,5
Consulta ou tratamento de medicina dentária	5,3	9,8	16,5	18,7	22,8	22,6
Autoavaliação	-	-	7,0	7,2	30,9	31,0
Limitação em atividades habituais	-	-	24,7	23,7	61,3	60,0
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	-	-	35,6	34,8	71,3	71,4
HABITAÇÃO						
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	22,2	33,0	23,8	28,6	23,6	27,1
Taxa de sobrelotação do alojamento	16,0	21,8	10,0	13,7	3,0	4,4
Custos do alojamento considerado um encargo muito pesado	25,7	30,9	24,1	26,4	22,2	22,5
Instalações de banho ou duche no interior	0,2	0,1	0,5	0,4	1,0	0,7
ALIMENTAÇÃO						
Incapacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	5,9	7,3	5,8	7,9	6,0	7,3
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	2,1	1,8	2,2	2,1	1,8	1,8

1. Fonte: ICOR, 2022 e 2023.
2. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, os adultos têm entre 19 e 64 anos e as pessoas mais velhas têm mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.
3. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas “Muito má” e “Má”.
4. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas “Sim, limitadas” e “Sim, fortemente limitadas”.
5. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que “houve pelo menos uma ocasião” em que estas necessidades de saúde não se concretizaram devido à falta de possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho ou distância ao local da consulta.
6. Em 2023, um indivíduo é pobre de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2023.
7. Interpretação: No ano mais recente, 17,7% das crianças em idade pré-escolar não frequentam, pelo menos, 30 horas semanais no ensino pré-escolar ou creche.



9. Condições laborais

Condições laborais

Neste capítulo, utilizamos os módulos especiais do ICOR 2023 e do Inquérito Social Europeu (*European Social Survey*, ESS) de 2024 (ESS11) para caracterizar as condições laborais em Portugal. Estes módulos especiais recolhem informação que não está habitualmente disponível nestes inquéritos, o que limita a análise temporal, mas fornecem informações importantes sobre as condições de vida em Portugal.

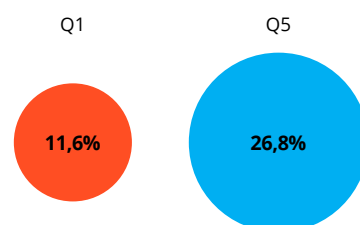
COMO É QUE O RENDIMENTO INFLUENCIA AS CARACTERÍSTICAS LABORAIS?

A Tabela 28 mostra a proporção de pessoas com um conjunto de características laborais: se o indivíduo desempenha tarefas de supervisão, se tem filiação sindical e o tipo de organização para que trabalha. Como estas variáveis são obtidas do ESS, não conseguimos determinar a situação de pobreza de um indivíduo, pelo que recorremos ao rendimento líquido do agregado para criar dois grupos. Vamos contrastar a situação dos indivíduos no primeiro quintil (Q1) da distribuição do rendimento, aqueles com os 20% menores rendimentos, com os do quinto quintil (Q5), que inclui os com os 20% maiores rendimentos.¹⁴

Apenas 7,7% dos trabalhadores mais pobres (Q1) ocupam funções de supervisão, comparando com 49,4% dos trabalhadores mais ricos (Q5). A taxa de filiação sindical também é menor entre os mais pobres (11,6%) do que entre os mais ricos (26,8%).¹⁵ Cerca de 72% dos trabalhadores mais pobres trabalham no setor privado, comparando

com 54,6% dos trabalhadores mais ricos. Setores como o governo ou a educação/saúde têm uma presença muito inferior no grupo dos mais pobres. Apenas 1,7% dos trabalhadores mais pobres estão ligados ao governo central/local, contrastando com 9,8% dos mais ricos. Ambos os grupos apresentam proporções semelhantes de trabalhadores por conta própria (10,7% para os mais pobres e 11,5% para os mais ricos).

A TAXA DE FILIAÇÃO SINDICAL É MAIS DE
2x superior
ENTRE OS TRABALHADORES MAIS RICOS (Q5) DO QUE ENTRE OS TRABALHADORES MAIS POBRES (Q1).



14. Na Secção 5, fazemos uma análise com base em quartis de rendimento disponível equivalente reportado no ICOR 2023. Nesta secção, fazemos a análise com base nos quintis do rendimento líquido reportado no ESS11.

15. Para esta variável foram considerados trabalhadores que são ou já foram, no passado, membros de um sindicato.



Tabela 28 - Características laborais em 2024 (em %)

	Q1	Q5
Supervisor	7,7	49,4
Membro de um sindicato	11,6	26,8
TIPO DE ORGANIZAÇÃO		
Governo central ou local	1,7	9,8
Outro setor público (educação, saúde, etc.)	7,0	14,6
Empresa do Estado	4,1	8,6
Empresa privada	72,4	54,6
Trabalhador por conta própria	10,7	11,5
Outra	4,2	1,0

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. Para a variável: “Supervisor” foram considerados trabalhadores que são responsáveis por supervisionar outros empregados no seu trabalho atual.
4. Para a variável: “Membro de um sindicato” foram considerados trabalhadores que são ou foram membros de um sindicato.
5. Interpretação: Em 2024, apenas 7,7% dos trabalhadores mais pobres (Q1) são supervisores.

COMO É QUE O RENDIMENTO
CONDICIONA A INFLUÊNCIA
NO TRABALHO?

Segundo a Tabela 29, os trabalhadores mais ricos (Q5) demonstram um controlo significativamente maior sobre o seu trabalho. Cerca de 97,9% afirmam conseguir decidir como organizar o seu trabalho diário, em comparação com 71,9% dos mais pobres (Q1). Quanto à capacidade de influenciar decisões organizacionais, 83% dos mais ricos têm essa possibilidade, face a 49% dos mais pobres. Estes dados sugerem uma correlação forte entre rendimento e autonomia no local de trabalho. A menor autonomia entre os trabalhadores pobres pode afetar negativamente a sua satisfação profissional.

Tabela 29 - Influência no trabalho em 2024 (em %)

	Q1	Q5
Consegue decidir como organizar o seu trabalho diário?	71,9	97,9
Consegue influenciar as decisões sobre a atividade da organização?	49,0	83,0

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. Para ambas as variáveis, foram considerados trabalhadores que conseguem parcialmente, bastante e que têm controlo total.
4. Interpretação: Em 2024, 71,9% dos trabalhadores mais pobres (Q1) conseguem decidir como organizar o seu trabalho diário.

COMO É QUE O RENDIMENTO SE RELACIONA COM A QUANTIDADE E TIPO DE HORAS DE TRABALHO?

A Tabela 30 mostra a distribuição de trabalhadores pobres e ricos em termos de horas normais e extraordinárias de trabalho. Os trabalhadores mais pobres (Q1) concentram-se em horários normais de trabalho entre 40 e 44 horas semanais (64,2%), enquanto apenas 47,2% dos mais ricos (Q5) se situam nesse intervalo. Ainda assim, a proporção de trabalhadores com mais de 45 horas semanais é quase duas vezes maior entre os mais pobres (10% vs. 5,7%). A percentagem de trabalhadores com contratos entre 31 e 39 horas é muito superior entre os mais ricos (27,8%) do que entre os mais pobres (7,7%). Curiosamente, a proporção de trabalhadores com menos de 30 horas semanais é semelhante entre os dois grupos: 18,2% nos mais pobres e 19,4% nos mais ricos.

No que toca às horas extraordinárias, os trabalhadores mais ricos acumulam mais: 27,2% fazem mais de 6 horas por semana, contra 14,2% dos mais pobres.¹⁶ Apenas 54,4% dos mais ricos não fazem horas extraordinárias, enquanto entre os mais pobres este número sobe para 73,4%.

Isto sugere que os mais ricos podem estar mais envolvidos em cargos que exigem maior dedicação horária. As horas extraordinárias podem estar ligada a níveis mais altos de responsabilidade, mas também a remunerações mais elevadas.

A PROPORÇÃO DE TRABALHADORES MAIS POBRES (Q1) COM MAIS DE 45 HORAS SEMANAIS É QUASE **2x maior** DO QUE ENTRE OS MAIS RICOS (Q5).

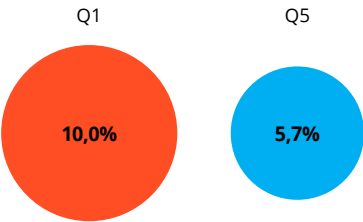


Tabela 30 – Horas de trabalho em 2024 (em %)

	Q1	Q5
HORAS CONTRATADAS POR SEMANA		
0-30 horas	18,2	19,4
31-39 horas	7,7	27,8
40-44 horas	64,2	47,2
45+ horas	10,0	5,7
HORAS EXTRAORDINÁRIAS POR SEMANA		
0 horas	73,4	54,4
1-5 horas	12,4	18,3
6+ horas	14,2	27,2

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. Interpretação: Em 2024, 10% dos trabalhadores mais pobres (Q1) trabalham mais de 45 horas por semana.

16. As horas extraordinárias foram calculadas subtraindo as horas contratadas do total de horas trabalhadas. Contudo, não sabemos se estas horas extraordinárias são mais bem remuneradas que as horas contratadas, ou se nem são remuneradas.

COMO É QUE A SITUAÇÃO DE POBREZA INFLUENCIA AS RAZÕES PARA TRABALHAR MENOS DE 30 HORAS SEMANAIS?

Mostrámos na Tabela 10 que a população pobre vive mais frequentemente em agregados de muito baixa ou baixa intensidade laboral (38,9%, o que compara com 4,5% para a população não pobre). O módulo especial do ICOR 2023 permite avaliar as razões indicadas para trabalhar menos de 30 horas semanais. Os resultados para a população pobre e não pobre são apresentados na Tabela 31.

A principal razão apresentada pelos trabalhadores pobres para trabalharem menos de 30 horas é a falta de emprego com mais horas disponíveis (45%). Entre os trabalhadores não pobres, esta razão também é a mais comum, mas com menor incidência (33,7%). A razão “não querer trabalhar mais horas” é menos frequente entre os trabalhadores pobres (7,6%, por comparação com os não pobres com 13,4%). O envolvimento em tarefas domésticas e de cuidado

afeta igualmente ambos os grupos, mas ligeiramente mais os trabalhadores pobres (19,6%). Importa ainda salientar que os trabalhadores pobres indicam quase 2 vezes mais situações de doença ou deficiência como razão para trabalhar menos que 30 horas. Este cenário revela limitações estruturais de acesso ao trabalho por parte dos trabalhadores pobres. A subutilização da força de trabalho dos trabalhadores pobres pode agravar as desigualdades sociais.

QUASE METADE DOS TRABALHADORES POBRES QUE TRABALHA MENOS DE 30 HORAS POR SEMANA QUER TRABALHAR MAIS MAS

não encontra emprego PARA MAIS HORAS.

Tabela 31 - Razões para trabalhar menos de 30 horas semanais em 2023 (em %)

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
Estuda ou recebe formação	6,3	6,9
Doença ou deficiência do próprio	12,4	6,9
Quer trabalhar mais horas mas não encontra emprego/ trabalho para mais horas	45,0	33,7
Não quer trabalhar mais	7,6	13,4
Número de horas no conjunto das atividades representa uma atividade a tempo inteiro	0,4	4,6
Trabalhos domésticos, cuida de crianças ou outras pessoas	19,6	17,4
Outras razões	8,6	17,2

1. Fonte: ICOR, 2023.
2. Em 2023, um indivíduo é pobre de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação referem-se à situação do ano de 2023.
3. Interpretação: Em 2023, 45% dos trabalhadores pobres não trabalham mais de 30 horas por semana porque não encontram emprego para mais horas.



COMO É QUE O RENDIMENTO SE RELACIONA COM AS CONDIÇÕES DE RISCO NO TRABALHO?

O módulo especial do ESS11 recolhe um conjunto de informação detalhada sobre as condições físicas e ambientais no local de trabalho atual ou anterior dos inquiridos. De forma geral, a Tabela 32 mostra que os trabalhadores mais pobres (Q1) enfrentam maior exposição a condições físicas e ambientais de risco.

Por exemplo, 39,6% relataram posições cansativas ou dolorosas, comparado com 24,7% dos mais ricos (Q5). A manipulação de cargas pesadas é mais de duas vezes frequente entre os mais pobres (23,8% vs. 9,9%). A exposição a barulho intenso, embora semelhante em ambos os grupos, é ligeiramente superior nos mais pobres (17,8% vs. 16%). Os mais pobres estão também mais expostos a temperaturas extremas, tanto elevadas (21,3% vs. 10,7%) como baixas (15,5% vs. 4,9%).

Em termos de exposição a produtos químicos ou poeiras, os números são relativamente próximos entre os dois grupos. A inalação de fumos, vapores ou poeiras é mais frequente entre os mais pobres (11,6% vs. 6,5%), enquanto que a exposição a radiação (ex.: raios X) é mais reportada pelos mais ricos (3,1% vs. 0,6%), possivelmente associados a trabalhos mais técnicos ou hospitalares.

OS TRABALHADORES MAIS POBRES (Q1) ESTÃO
mais expostos
A CONDIÇÕES FÍSICAS E AMBIENTAIS DE RISCO.

Tabela 32 - Exposição a condições de risco no trabalho em 2024 (em %)

Em qualquer trabalho, esteve exposto a:	Q1	Q5
CONDIÇÕES FÍSICAS		
Vibrações de ferramentas manuais ou máquinas	9,8	8,8
Posições cansativas ou dolorosas	39,6	24,7
Levantar ou deslocar pessoas manualmente	7,9	5,8
Carregar ou mover cargas pesadas manualmente	23,8	9,9
CONDIÇÕES AMBIENTAIS		
Barulho muito alto	17,8	16,0
Temperaturas muito altas	21,3	10,7
Temperaturas muito baixas	15,5	4,9
Radiação, como raios X	0,6	3,1
Contacto com produtos químicos, vapores, outras substâncias	9,6	10,7
Inalação de fumos, vapores, poeiras	11,6	6,5

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. Interpretação: Cerca de 10% dos trabalhadores mais pobres (Q1) trabalham ou já trabalharam com vibrações de ferramentas manuais ou máquinas.

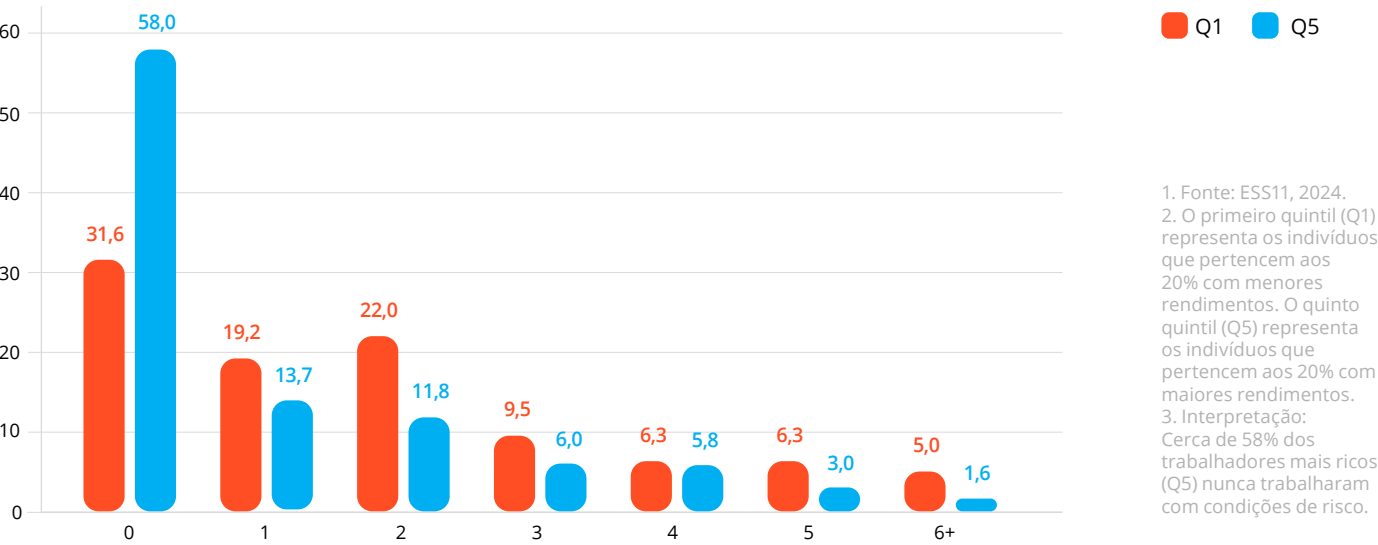
COMO É QUE O RENDIMENTO SE RELACIONA COM A INTENSIDADE NA EXPOSIÇÃO ÀS CONDIÇÕES PERIGOSAS NO TRABALHO?

Um trabalhador pode estar, ou ter estado, exposto a mais do que uma condição das enunciadas na Tabela 32. A Figura 11 mostra a quantidade de condições de risco indicadas pelos trabalhadores pobres e ricos.

A maioria (58%) dos trabalhadores mais ricos (Q5) afirma nunca ter estado exposta a condições de risco, contrastando com apenas 31,6% dos trabalhadores mais pobres (Q1). Por outro lado, 19,2% dos trabalhadores mais pobres reportam uma condição de risco, em comparação com 13,7% dos mais ricos. A acumulação de duas ou mais condições de risco é significativamente mais comum entre os mais pobres. Por exemplo, 22% dos pobres relataram estar expostos a duas condições de risco, o que compara com apenas 11,8% dos (21,3% vs. 10,7%) como baixas (15,5% vs. 4,9%). mais ricos. A tendência mantém-se nas faixas superiores: 5% dos mais pobres reportaram seis ou mais condições, contra apenas 1,6% dos mais ricos. Esta sobreposição de riscos representa uma ameaça acrescida à saúde e segurança laboral.

A PROPORÇÃO DOS TRABALHADORES MAIS RICOS (Q5) QUE **NUNCA ESTEVE EXPOSTA A CONDIÇÕES DE RISCO NO TRABALHO É**
2x maior
DO QUE A DOS TRABALHADORES MAIS POBRES (Q1).

Figura 11 - Quantidade de condições de risco no trabalho em 2024 (em %)





Para melhor caracterizar a exposição elevada a condições de trabalho perigosas, definimos um indicador que identifica as pessoas que estão ou estiveram sujeitas a três ou mais condições de risco, que denominamos “com condições perigosas”. A Tabela 33 mostra a proporção de pessoas pobres (Q1) e ricas (Q5) nesta situação.

A exposição a condições perigosas afeta 37,1% dos trabalhadores mais pobres (Q1) e apenas 20,1% dos trabalhadores mais ricos (Q5). Este dado reflete com clareza a correlação entre rendimento e segurança laboral. A diferença de 17 pontos percentuais mostra que os trabalhadores mais pobres enfrentam uma realidade de trabalho substancialmente mais arriscada.

Tabela 33 - Trabalho em condições perigosas em 2024 (em %)

	Q1	Q5
Trabalho com condições perigosas	37,1	20,1

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. São consideradas condições perigosas quando um trabalhador foi exposto a 3 ou mais condições de risco.
4. Interpretação: Cerca de 37% dos trabalhadores mais pobres (Q1) trabalham ou já trabalharam com condições perigosas.

OS TRABALHADORES MAIS
POBRES (Q1) ESTÃO QUASE

2x mais expostos

A CONDIÇÕES PERIGOSAS
NO TRABALHO DO QUE OS
TRABALHADORES MAIS RICOS (Q5).



QUAIS SÃO OS GRUPOS DA POPULAÇÃO MAIS EXPOSTOS ÀS CONDIÇÕES PERIGOSAS NO TRABALHO?

De acordo com a Tabela 34, a maioria dos trabalhadores expostos a condições perigosas são homens (56,5%). Os trabalhadores mais jovens (15-29 anos) são o grupo etário que apresenta a maior exposição a condições perigosas (24,9%). Em termos de escolaridade, nota-se uma clara ligação entre baixos níveis de escolaridade e exposição a condições perigosas. Cerca de 63% dos trabalhadores expostos a condições perigosas só concluíram até ao ensino básico. Por contraste, apenas 11% tinham o ensino superior.

OS GRUPOS MAIS EXPOSTOS A CONDIÇÕES DE TRABALHO PERIGOSAS SÃO:

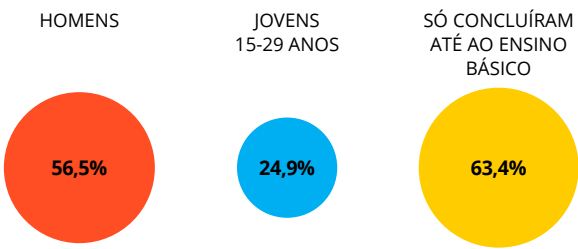


Tabela 34 - Trabalho em condições perigosas e as características sociodemográficas em 2024 (em %)

	COM CONDIÇÕES PERIGOSAS	SEM CONDIÇÕES PERIGOSAS
GÉNERO		
Feminino	43,5	58,0
Masculino	56,5	42,0
GRUPO ETÁRIO		
15-29 anos	24,9	14,7
30-44 anos	17,1	20,4
45-59 anos	24,0	31,9
60-74 anos	23,1	22,1
75+ anos	10,9	10,9
ESCOLARIDADE		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	63,4	46,1
Ensino secundário e pós secundário (ISCED 3-4)	25,6	24,3
Ensino superior (ISCED 5-8)	11,0	29,7

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. São consideradas condições perigosas quando um trabalhador foi exposto a 3 ou mais condições de risco.
4. Interpretação: Cerca de 56,5% dos trabalhadores expostos a condições perigosas são homens.



COMO É QUE AS CONDIÇÕES PERIGOSAS NO TRABALHO AFETAM A SAÚDE?

A exposição a condições perigosas tem impacto negativo na saúde dos trabalhadores. Como mostra a Tabela 35, entre os expostos a condições perigosas, 11,7% classificam a sua saúde como má ou muito má, em comparação com 7,2% entre os não expostos. Além disto, os trabalhadores expostos condições perigosas mais frequentemente reportam limitações em atividades habituais (20,1%, o que compara

com 17,2% para os que não estiveram expostos).

Embora reportem um estado de saúde pior, as pessoas expostas a condições de trabalho perigosas também indicam ter mais dificuldades no acesso a cuidados de saúde. Neste grupo, 22,3% das pessoas não conseguiram aceder a consulta ou tratamento médico nos últimos 12 meses, face a 17,5% dos não expostos. Estes dados sublinham a importância de assegurar o acesso a cuidados de saúde específicos entre os trabalhadores sujeitos a condições laborais perigosas.

Tabela 35 - Trabalho em condições perigosas e a saúde em 2024 (em %)

	COM CONDIÇÕES PERIGOSAS	SEM CONDIÇÕES PERIGOSAS
ESTADO DA SAÚDE		
Autoavaliação	11,7	7,2
Limitação em atividades habituais	20,1	17,2
ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE		
Consulta ou tratamento médico	22,3	17,5

1. Fonte: ESS11, 2024.
2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos. O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.
3. São consideradas condições perigosas quando um trabalhador foi exposto a 3 ou mais condições de risco.
4. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas “Muito má” e “Má”.
5. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas “Sim, limitadas” e “Sim, fortemente limitadas”.
6. A privação de consulta ou tratamento médico considera a incapacidade de obter consulta ou tratamento médico nos últimos 12 meses.
7. Interpretação: Cerca de 12% dos trabalhadores expostos a condições perigosas avaliam a sua saúde como má ou muito má.

OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES PERIGOSAS TÊM

pior estado de saúde

E MENOS ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE.





10. Mercado de trabalho e apoios sociais

Mercado de trabalho e apoios sociais

Nas Secções 4.2 e 6 já discutimos, respetivamente, o papel do mercado do trabalho e das transferências sociais nas situações de pobreza, usando dados do ICOR. Neste capítulo combinamos várias fontes de dados, designadamente, do Inquérito ao Emprego do INE, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Segurança Social, para ilustrar a evolução de um conjunto de indicadores relevantes sobre estas duas dimensões, em 2024.

10.1.

Mercado de trabalho

COMO EVOLUIU A TAXA DE DESEMPREGO NOS ÚLTIMOS ANOS?

A Figura 12 mostra a taxa de desemprego total e por nível de escolaridade completo. Entre 2008 e 2013, durante os anos da crise financeira, o desemprego subiu todos os anos, atingindo um pico de 16,2% em 2013. Desde aí, observou-se um decréscimo progressivo, com a taxa de desemprego a atingir um valor de 6,5% em 2019.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável. Depois de uma ligeira subida em 2023, em 2024 houve uma pequena descida de apenas 0,1 pontos percentuais para 6,4%. Esta ligeira descida resulta sobretudo de uma diminuição do desemprego entre as pessoas com escolaridade até ao ensino básico.

O desemprego é, de um modo geral, superior entre a população com nível de instrução básico e secundário. Por outro lado, as pessoas com formação superior têm normalmente uma taxa de desemprego mais baixa.

EM 2024, A TAXA DE DESEMPREGO MANTEVE-SE RELATIVAMENTE ESTÁVEL COM UMA DESCIDA DE 0,1 PONTOS PERCENTUAIS

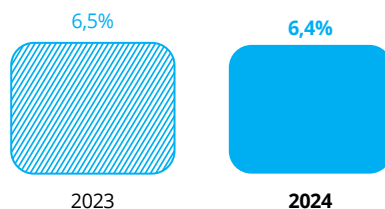
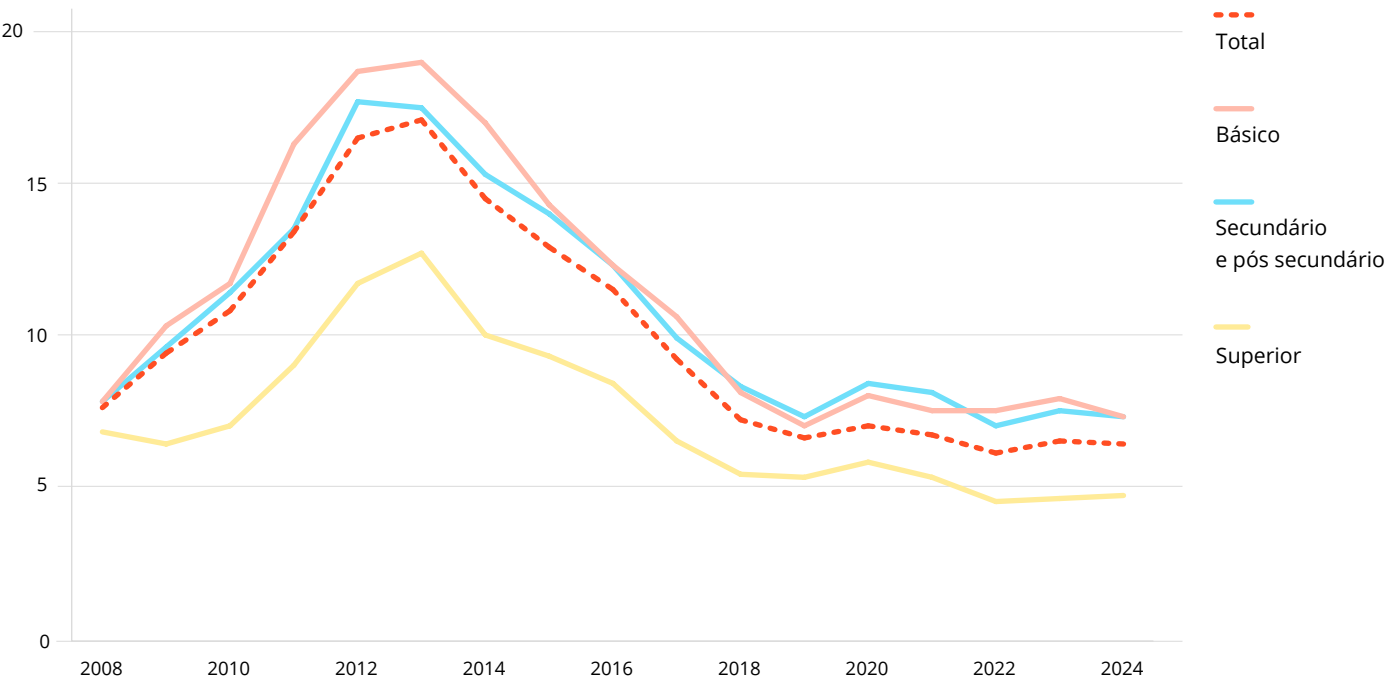




Figura 12 - Taxa de desemprego - Total e por nível de escolaridade completo (em %)



1. Fonte: Pordata, 2024.
2. Interpretação: Em 2024, 7,3% da população ativa com o ensino básico e 4,7% com o ensino superior estava desempregada. A taxa de desemprego era de 7,6% em 2008 e 6,4% em 2024.

EM QUE REGIÕES HOVE MAIOR AUMENTO NO NÚMERO DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO?

Os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) permitem descrever a evolução mensal do número de inscritos nos centros de emprego nas diferentes regiões de Portugal continental.¹⁷ A Figura 13 mostra a variação percentual entre o número mensal de pessoas registadas nos centros de emprego em 2023 e 2024, para Portugal e para as cinco regiões NUTS 2 do território continental.¹⁸ De forma geral, em 2024, o

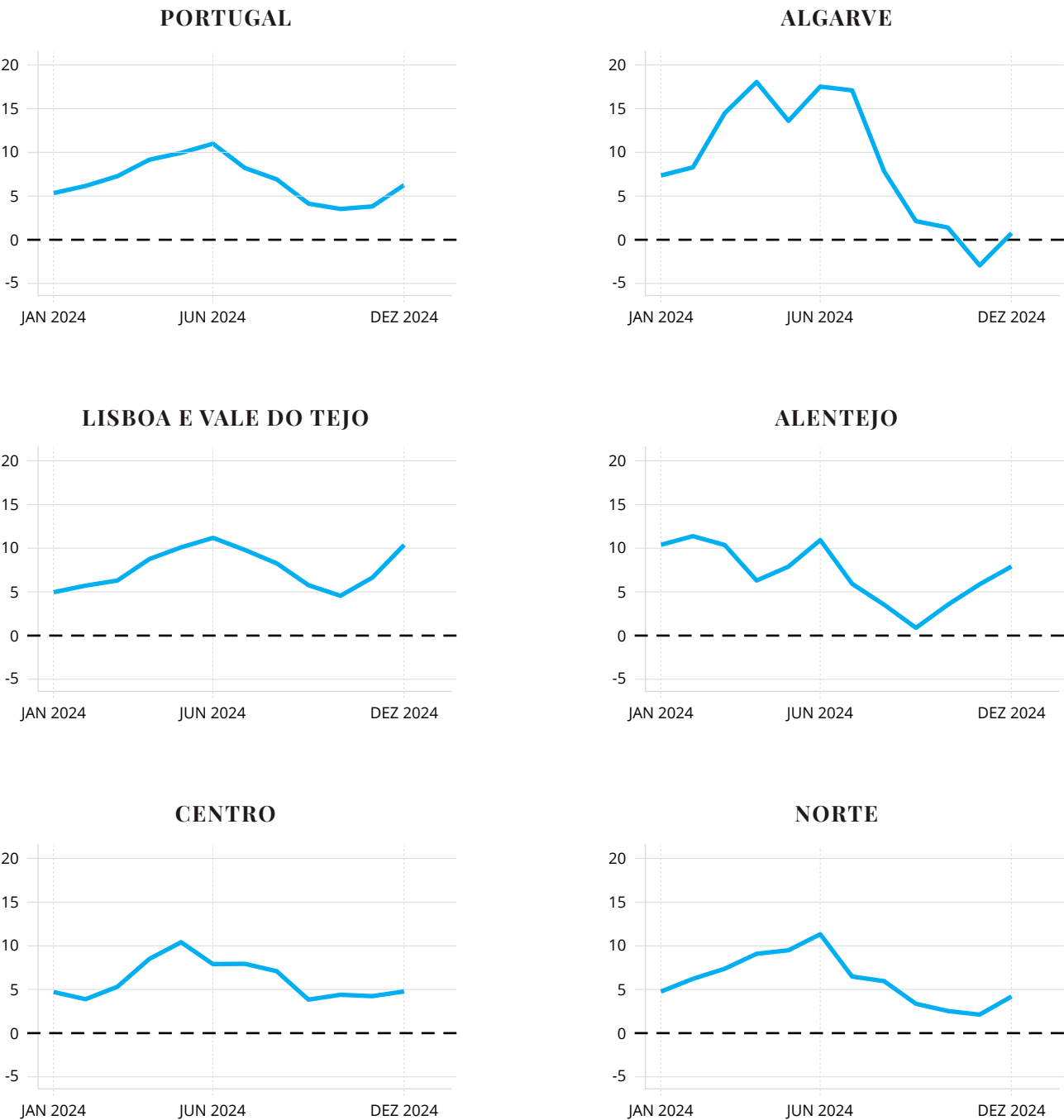
número de inscritos foi sempre superior ao do período homólogo de 2023.

Na maioria das regiões verificou-se a mesma tendência. No Algarve, no entanto, as variações parecem ter atingido picos mais pronunciados. Em abril de 2024, o número de inscritos estava 18% acima do mês correspondente em 2023. Por outro lado, em novembro de 2024 o número de inscritos estava 3% abaixo do de novembro de 2023. Esta tendência de aumento face ao ano anterior verifica-se principalmente no primeiro semestre de 2024.

17. O número de inscritos nos centros de emprego não é necessariamente igual ao número de desempregados, uma vez que nem todos os desempregados se inscrevem num centro de emprego. Ainda assim, dado que a inscrição é uma das condições para a obtenção de subsídio de desemprego, é comum usar os dados do IEFP como uma aproximação razoável ao número de desempregados. Esta fonte de dados tem a vantagem de permitir uma análise regional fina.

18. O número de inscritos nos centros de emprego não está disponível para as Regiões Autónomas.

Figura 13 - Variação homóloga de indivíduos registados no centro de emprego por regiões (em %)



1. Fonte: IEFP, 2024
2. Variação dos inscritos no centro de emprego nos meses de 2024 em comparação com os meses homólogos de 2023. A linha a tracejado marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2023.
3. Interpretação: Em dezembro de 2024, o número de inscritos nos centros de emprego em Portugal era cerca de 6% superior ao registado no mesmo mês de 2023.

EM QUE MUNICÍPIOS EXISTE
MAIOR DIFICULDADE NO
ACESSO AO EMPREGO?

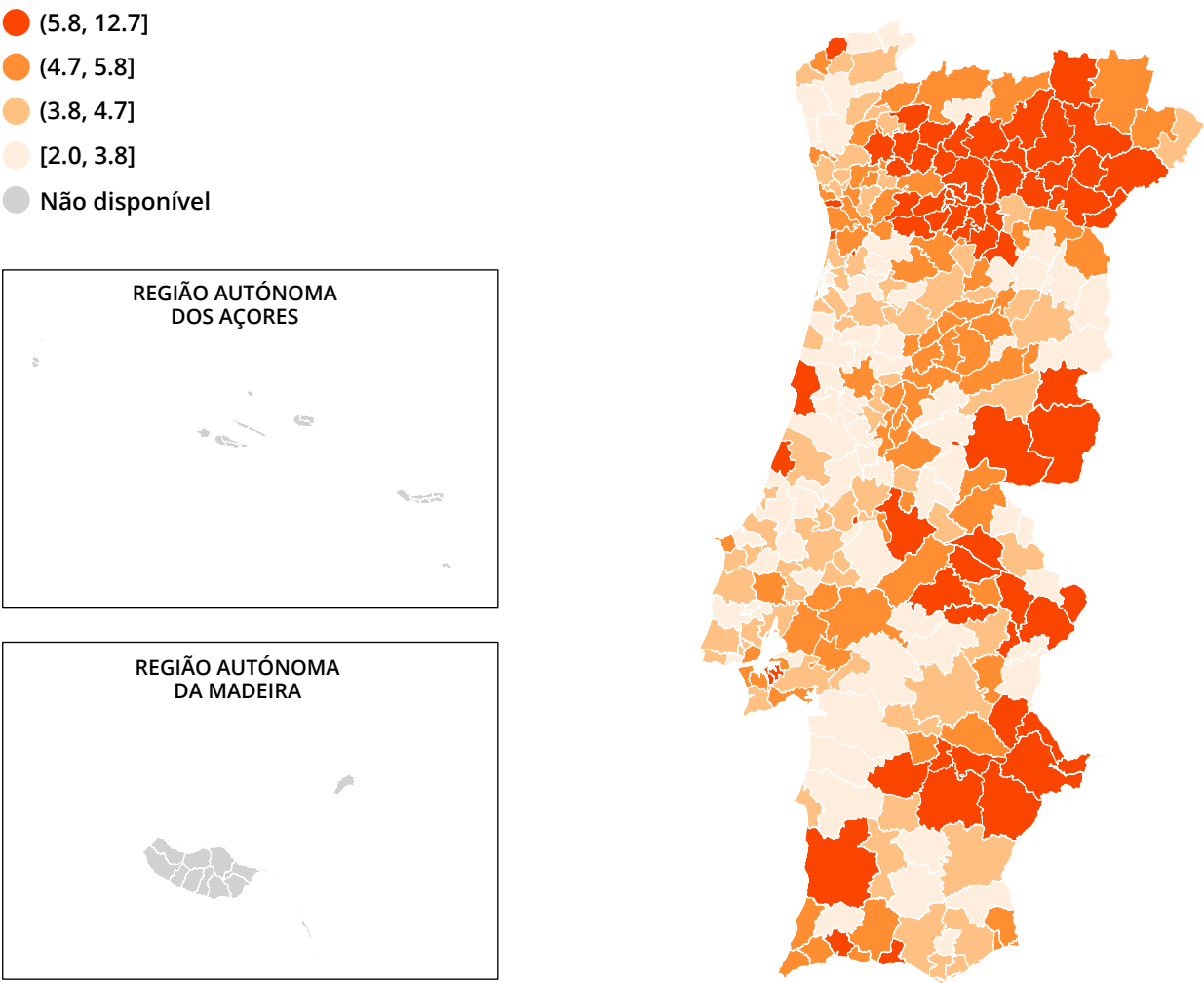
A Figura 14 e a Tabela 36 mostram uma aproximação da taxa de desemprego ao nível municipal, calculada como a proporção da população residente em idade ativa (entre os 15 e 64 anos) inscrita nos centros de emprego.

A Tabela 36 mostra que Mourão foi o município com

maior taxa de inscritos nos centros de emprego em percentagem da população residente em idade ativa, 12,7%. No extremo oposto, Trancoso foi o município com menor número de inscritos em percentagem da população residente, com 2%.

O mapa da Figura 14 mostra a distribuição deste indicador para os municípios do território continental. É visível que os municípios com taxas mais altas se localizam na região Norte, e no interior das regiões Centro e Alentejo.

Figura 14 - Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)



1. Fonte: IEF, 2024
2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.



Tabela 36 - Municípios com mais e menos inscritos no Centro de Emprego, em 2024 (em %)

MAIS INSCRITOS				MENOS INSCRITOS			
	Município	Região	Inscritos		Município	Região	Inscritos
1º	Mourão	Alentejo	12,7	1º	Trancoso	Centro	2,0
2º	Odemira	Alentejo	12,2	2º	Mêda	Centro	2,1
3º	Moimenta da Beira	Centro	11,5	3º	Mortágua	Centro	2,1

1. Fonte: IEPF, 2024
2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.
3. Interpretação: No município de Mourão 12,7% da população residente entre os 15 e os 64 anos está inscrita no centro de emprego.

COMO EVOLUIU O NÚMERO DE INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO NOS DIFERENTES GRUPOS SOCIODEMOGRÁFICOS?

A evolução do número de inscritos no centro de emprego não foi igual para os diferentes grupos sociodemográficos. Na Figura 15 replicamos a análise da Figura 13 por género, idade e escolaridade das pessoas inscrita nos centros de emprego.

Não existem diferenças significativas na tendência de evolução do número de mulheres e homens inscritos nos centros de emprego. A comparação face a 2023 parece menos favorável aos homens. Ao longo do ano, os homens tiveram um aumento no número de inscritos face a 2023 mais expressivo do que as mulheres. O maior crescimento dos inscritos para os homens foi 11,5% em Junho de 2024, face ao mesmo mês de 2023.

O aumento no número de inscritos ficou a dever-se sobretudo a um aumento de inscrições das pessoas mais jovens, entre os 25 e 34 anos. Em junho de 2024 havia cerca de 19% mais inscritos neste grupo etário do que no mesmo mês de 2023. Este aumento está em linha com a maior prevalência do desemprego entre os jovens. Entre as pessoas com 55 e mais anos, o número de inscritos no centros de emprego esteve relativamente estável comparando com os valores de 2023.

Finalmente, o aumento no número de inscritos deveu-se sobretudo a uma subida no número de inscritos com ensino secundário completo. Entre junho de 2023 e 2024, o número de inscritos com ensino secundário subiu 20%. O período de maio e junho foi também aquele em que o número de inscritos com ensino superior mais subiu face a 2023 (cerca de 10%). Em sentido inverso, em setembro e outubro o número de inscritos com ensino superior completo esteve abaixo dos valores de 2023.

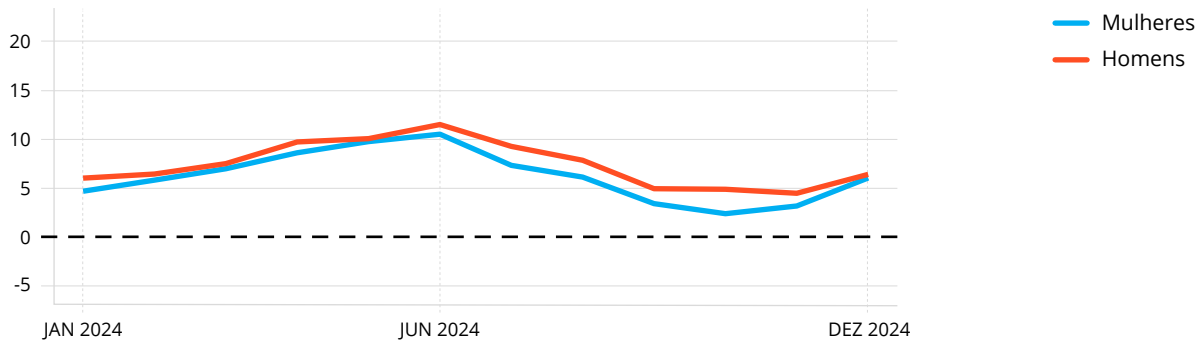
OS JOVENS (ATÉ 34 ANOS) E AS PESSOAS COM EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA SÃO OS QUE

mais contribuíram

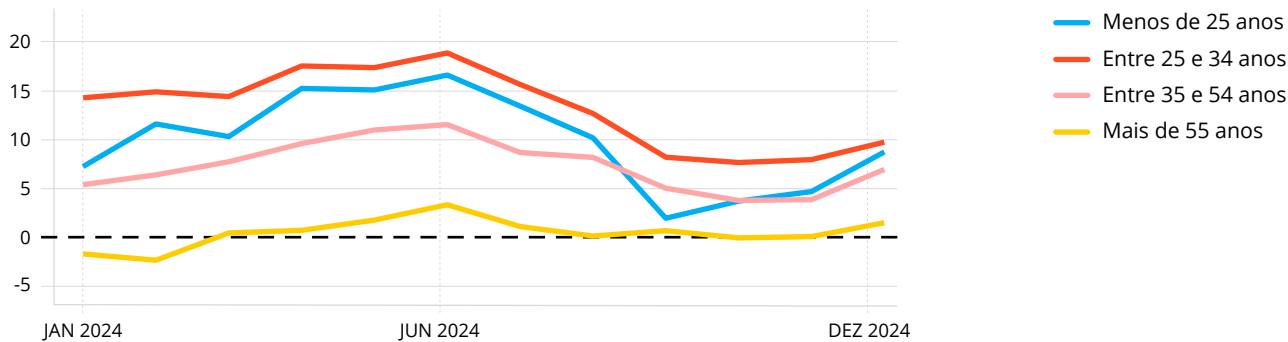
PARA O AUMENTO DOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO EM 2024.

Figura 15 - Variação homóloga do número de pessoas inscritas nos centros de emprego por grupos sociodemográficos (em %)

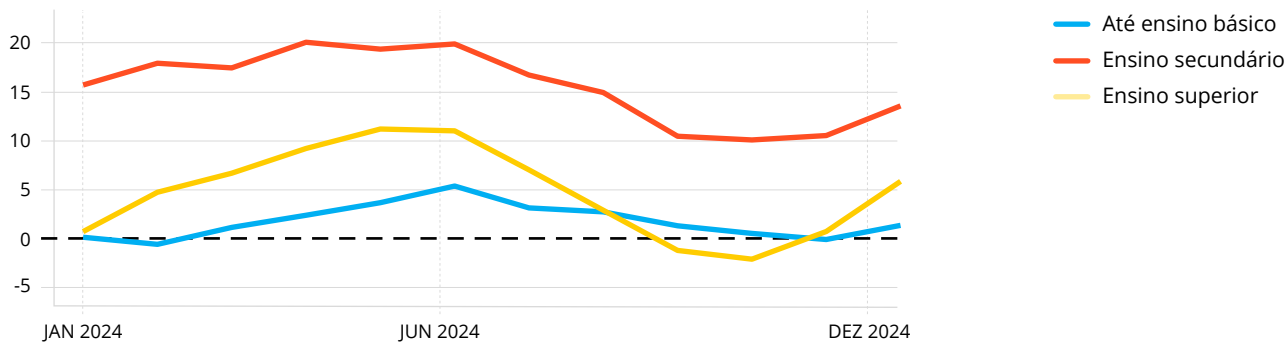
PAINEL A: GÉNERO



PAINEL B: IDADE



PAINEL C: ESCOLARIDADE



1. Fonte: IEFP, 2024
2. Variação dos inscritos no centro de emprego nos meses de 2024 em comparação com os meses homólogos de 2023. A linha a tracejado marca o que aconteceria se nos meses analisados o número de horas semanais trabalhadas em média tivesse sido igual ao que foi no respetivo mês homólogo de 2024.
3. Interpretação: Em dezembro de 2024, o número de mulheres inscritas nos centros de emprego em Portugal era cerca de 6% superior ao registado no mesmo mês de 2023.

DE QUE FORMA VARIA O NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS PARA OS DIFERENTES GRUPOS SOCIODEMOGRÁFICOS?

Usando dados do Inquérito ao Emprego (IE, do quarto trimestre de 2024) é possível analisar o número de horas trabalhadas numa semana habitual, para os trabalhadores a tempo inteiro, por grupos sociodemográficos. A Figura 16 mostra as diferenças de acordo com o nível de rendimento (quartis de salário/hora), escolaridade e género.

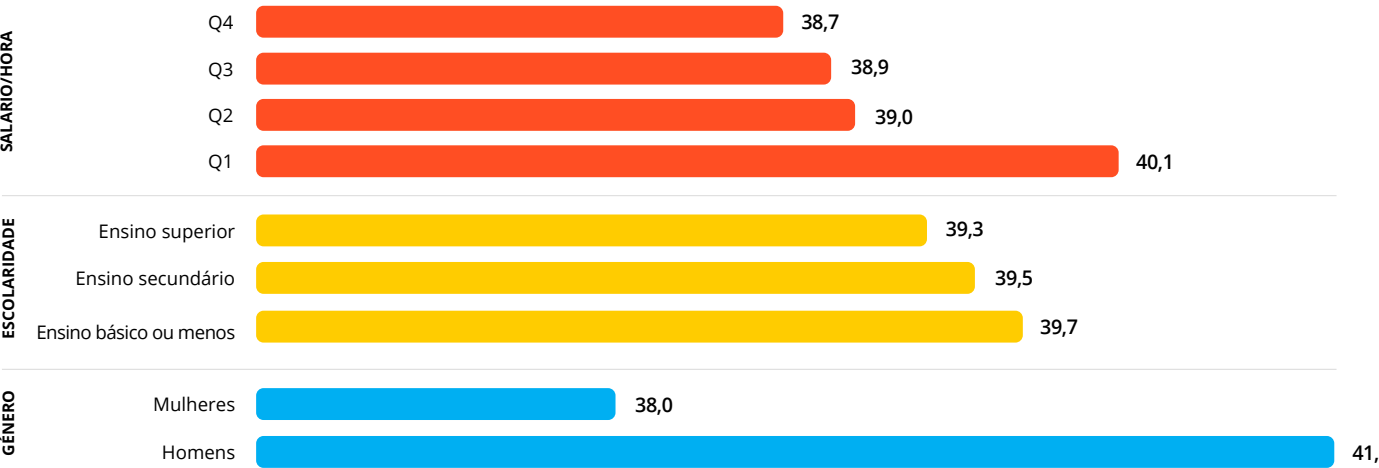
Embora as diferenças entre os diferentes grupos não sejam, na maioria dos casos, muito elevadas, alguns factos são aparentes pela análise da figura. Por um lado, os trabalhadores com os 25% salários/hora mais baixos trabalham, em média, mais horas

por semana do que todos os outros (40,1 horas/semana). Os trabalhadores no quartil mais alto de salário/hora trabalham, em média, menos 1,4 horas por semana do que os do primeiro quartil. Por outro lado, os trabalhadores com até o ensino básico trabalham, em média, mais do que os restantes (39,7 horas/semana) e os homens trabalham em média mais 3 horas/semana do que as mulheres.

ENTRE OS TRABALHADORES A TEMPO INTEIRO, OS HOMENS, E OS COM SALÁRIOS/HORA MAIS BAIXOS TRABALHAM MAIS DE

40 horas/semana

Figura 16 – Horas trabalhadas por semana em 2024



1. Fonte: IE, 2024
2. Por "horas trabalhadas" consideram-se as horas habituais, numa semana normal.
3. Interpretação: No quarto trimestre de 2024, as mulheres trabalhavam em média 38 horas por semana.

QUAL É A PREVALÊNCIA DE TELETRABALHO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS SOCIODEMOGRÁFICOS?

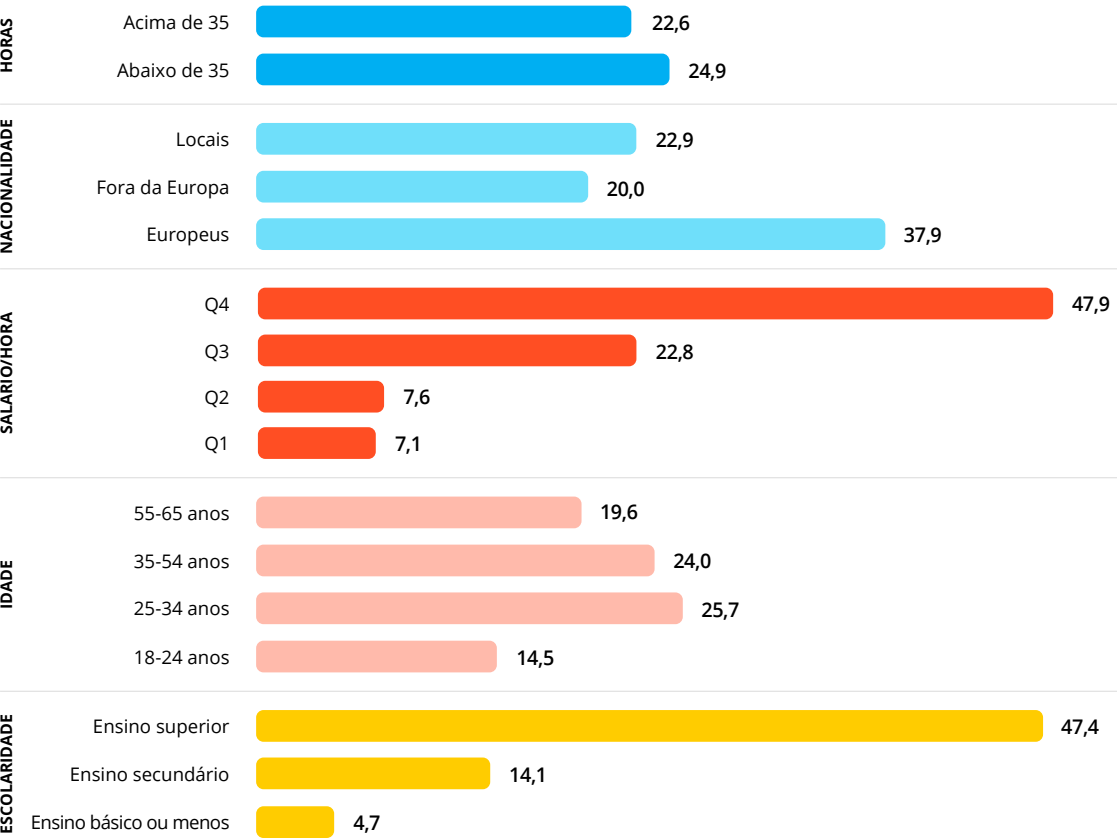
A Figura 17 mostra a proporção de trabalhadores que trabalhou maioritariamente a partir de casa no quarto trimestre de 2024, por número de horas trabalhadas, nacionalidade, rendimento, idade e escolaridade.

O trabalho remoto é mais prevalecente entre as pessoas que trabalham mais de 35 horas/semana (24,9%), entre os residentes sem nacionalidade Portuguesa e de origem noutros países da Europa (37,9%), nas pessoas com maior salário/hora (47,9%), com ensino superior (47,4%) e entre os jovens com idades entre 25 e 34 anos (25,7%).

Em sentido contrário, os residentes estrangeiros de fora da Europa (20%), os trabalhadores com até o ensino básico (4,7%) e com salários/hora mais baixos (7,1%) declaram menos frequentemente ter trabalhado maioritariamente a partir de casa.

O TELETRABALHO É
10x mais comum
ENTRE OS TRABALHADORES
COM ENSINO SUPERIOR
DO QUE ENTRE OS COM NO
MÁXIMO O ENSINO BÁSICO.

Figura 17 - Teletrabalho em 2024 (em %)



1. Fonte: IE, 2024
2. Por teletrabalho considera-se a população empregada que trabalhou a partir de casa no período de referência com recurso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).
3. Interpretação: No quarto trimestre de 2024, 14,5% dos jovens entre os 18 e 24 anos trabalhavam maioritariamente em casa.

QUAL É A PREVALÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS SOCIODEMOGRÁFICOS?

O trabalho temporário tem um efeito na segurança da relação com o mercado de trabalho. A Figura 18 mostra a proporção de contratos temporários de acordo com o número de horas trabalhadas, a nacionalidade, o rendimento, a idade e a escolaridade.

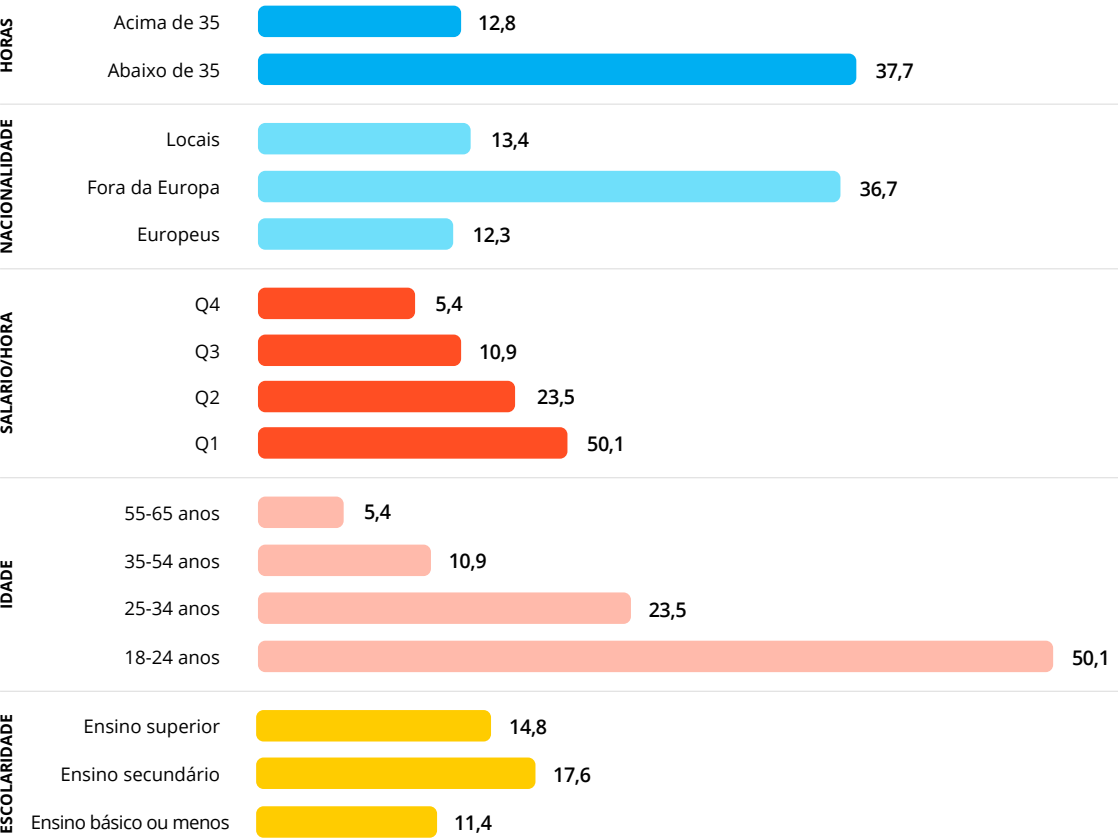
Os contratos temporários concentram-se sobretudo nos trabalhadores que trabalham menos de 35 horas/semana (37,7%), nos estrangeiros residentes com origem não Europeia (36,7%), nos trabalhadores com salários/hora mais baixos (19,5%) e nos trabalhadores com ensino secundário (17,6%).

(17,6%). A distribuição por idade enfatiza a grande concentração de contratos temporários entre os mais jovens: entre os 18 e 24 anos, 50,1% dos trabalhadores têm contratos temporários, entre os 25 e 34 anos esta proporção é de 23,5%.



DOS TRABALHADORES JOVENS ENTRE OS 18 E 24 ANOS TÊM CONTRATOS TEMPORÁRIOS.

Figura 18 - Contratos temporários em 2024 (em %)



1. Fonte: IE, 2024
2. Interpretação: No quarto trimestre de 2024, 50,1% dos jovens entre os 18 e 24 anos tinham contratos temporários.



10.2.

Proteção social

Nesta secção usamos os dados da Segurança Social para caracterizar algumas transferências sociais cujo impacto na redução da pobreza mostrámos na Secção 6. Analisamos o abono de família, o rendimento social de inserção e a prestação social para a inclusão.

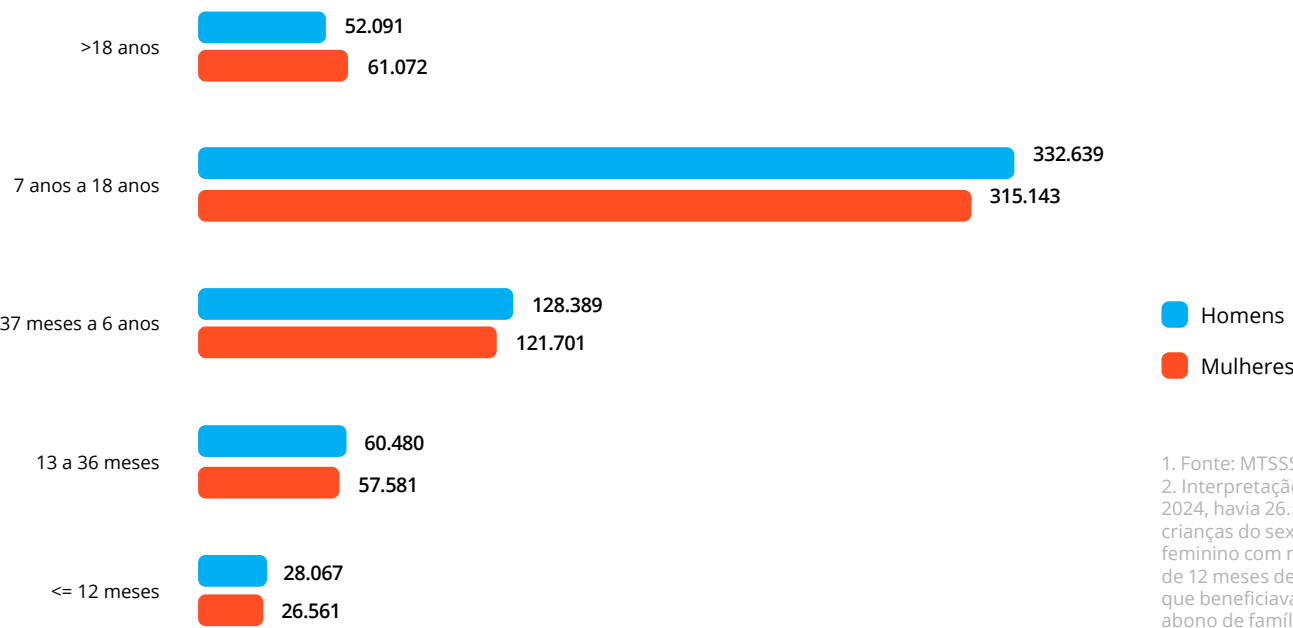
QUEM RECEBE ABONO DE FAMÍLIA?

O abono de família é uma prestação mensal atribuída a um agregado familiar com o objetivo de diminuir os encargos com o sustento e educação dos jovens. É atribuído aos jovens até aos 16 anos, com possibilidade de extensão até aos 24 anos, se os jovens ainda estudarem ou tiverem alguns tipos de limitações de saúde. A prestação social está sujeita

à verificação de uma condição de recursos, isto é, a atribuição e o valor dependem da composição e do rendimento do agregado familiar.

Em 2024 havia cerca de 1,2 milhões de beneficiários de abono de família (menos 23 mil do que em 2023) e o valor médio mensal do apoio era de 91,12€. A Figura 19 mostra o número de beneficiários, de acordo com a idade e o género. A grande maioria dos beneficiários do abono de família tem menos de 18 anos e é do sexo masculino. Existem cerca de 216 mil rapazes a receber apoio até aos seis anos (em média 36 mil por ano de idade) e cerca de 332 mil entre os 7 e 18 anos (em média 30,2 mil por ano de idade). A diferença reflete a distribuição da população por género.¹⁸

Figura 19 - Número de beneficiários do abono de família por género e por idade em 2024



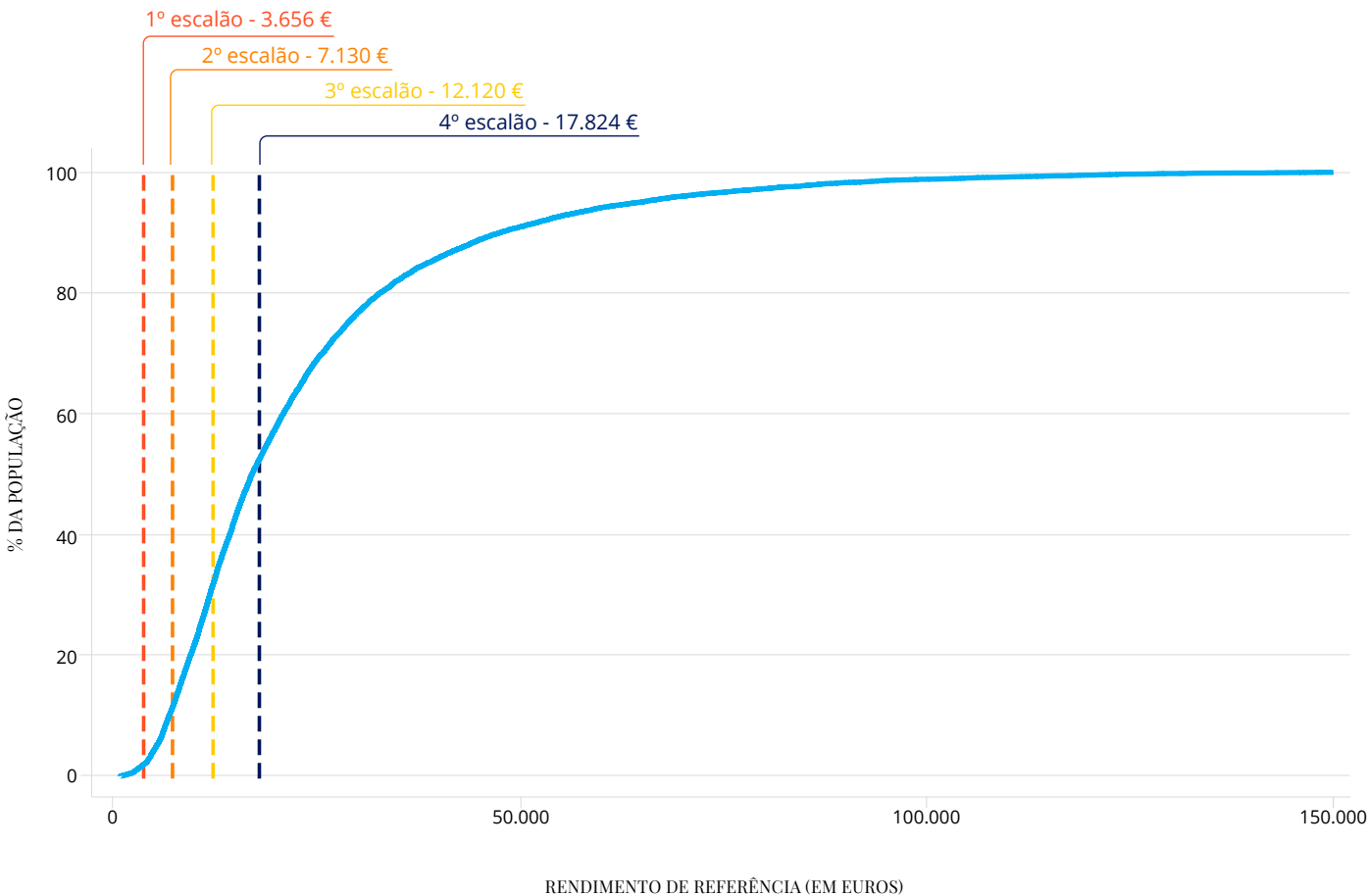
18. De acordo com as estimativas da população residente do INE, em 2023, entre os jovens até aos 19 anos 967 mil eram do sexo masculino, e cerca de 923 mil do sexo feminino.

COMO SE DISTRIBUEM OS BENEFICIÁRIOS PELOS ESCALÕES DO ABONO DE FAMÍLIA?

O valor de abono de família por criança é organizado em quatro escalões, determinados de acordo com o nível de rendimento do agregado familiar, tendo em conta o número de crianças e jovens no agregado com direito ao abono de família. O rendimento de referência para efeitos de atribuição de apoio depende do Indexante aos Apoios Sociais (IAS) e divide-se em cinco escalões.

Como podemos ver na Figura 20, em 2024, o 1.º escalão incluía rendimentos anuais de referência até 3.565 €, o 2.º escalão rendimentos até 7.130 €, o 3.º até 12.120 €, o 4.º até 17.824 € e o 5.º acima deste valor. Assim, 2,6% da população pertence ao 1º escalão. As famílias do 4.º escalão recebem apoio apenas para crianças até 72 meses de idade, as famílias do 5.º escalão não recebem abono de família. O valor base do abono de família por criança ou jovem depende do escalão de rendimentos da família e da idade da criança; pode ser majorado de acordo com o número de crianças no agregado e para agregados monoparentais.¹⁹

Figura 20 - Distribuição do rendimento e os limiares dos apoios sociais em 2024

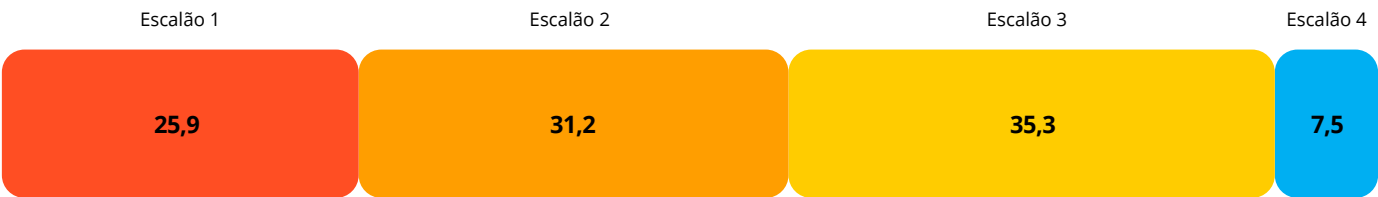


1. Fonte: MTSSS, 2024
2. Interpretação: Em 2024, o 1.º escalão incluía rendimentos anuais de referência até 3.565 €.

19. Para ilustração, as crianças com entre 36 e 72 meses de idade recebem, em 2025, 73,51 €/mês em agregados do 1.º e 2.º escalão, 58,05 €/mês em agregados do 3.º escalão e 43,81 € em agregados do 4.º escalão.

A Figura 21 mostra a distribuição do número de beneficiários por escalão. A maioria dos beneficiários concentra-se no 3.º escalão (35,3%). O número de beneficiários no 4.º escalão é bastante reduzido (7,5%), já que neste escalão apenas são elegíveis crianças com até 72 meses (6 anos).

Figura 21 - Número de beneficiários do abono de família por escalão em 2024 (em %)

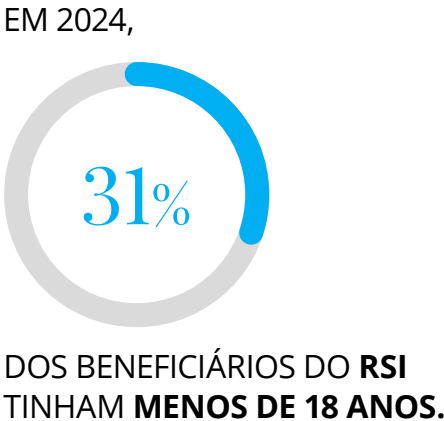


1. Fonte: MTSSS, 2024
2. Interpretação: Em 2024, 25,9% dos beneficiários do abono de família estavam no primeiro escalão dos rendimentos.

QUEM RECEBE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO?

O rendimento social de inserção (RSI) destina-se a pessoas em situação de pobreza extrema, que necessitem de apoio para melhorar a sua integração social e profissional. Um dos critérios de atribuição do subsídio é o rendimento mensal do agregado. Em 2025, para uma pessoa que viva sozinha, a soma dos seus rendimentos mensais teria que ser inferior a 242,23€, equivalente a 2907€ anuais, como vemos na Figura 20. O valor da prestação mensal é igual à diferença entre o valor do RSI apurado para o agregado e os seus rendimentos. Por exemplo, para um indivíduo que viva sozinho, com um rendimento mensal de 150€ por mês, o valor do apoio é de 92,23€/mês.

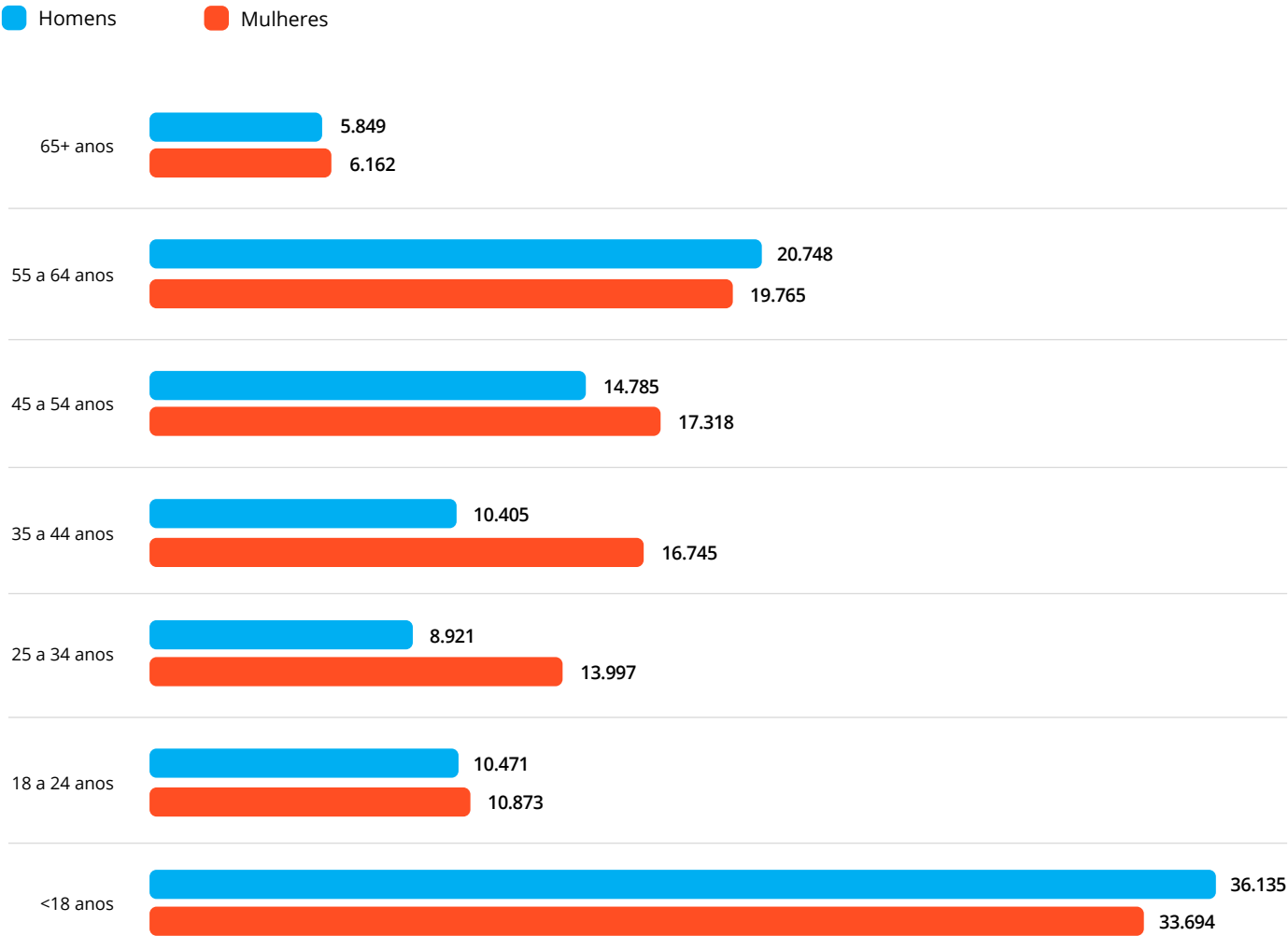
Em 2024, havia 225 mil beneficiários a receber RSI, o que corresponde a 115 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 152,96€, e por família de 324,49€. A Figura 22 mostra a distribuição do número de beneficiários por idade e género.



20. Na Figura 32 mostramos a evolução desde indicador a mais longo prazo.

Cerca de 70 mil beneficiários, ou 31% do total, têm menos de 18 anos. O grupo etário entre os 18 e 34 anos (com uma amplitude de idade comparável, de 16 anos), concentra apenas cerca de 42 mil beneficiários. Entre os jovens com menos de 18 anos e os adultos entre os 55 e 64 anos, há mais pessoas do sexo masculino a receber RSI. Para os restantes grupos etários, são as pessoas do sexo feminino que mais frequentemente recebem este apoio.²⁰

Figura 22 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade em 2024

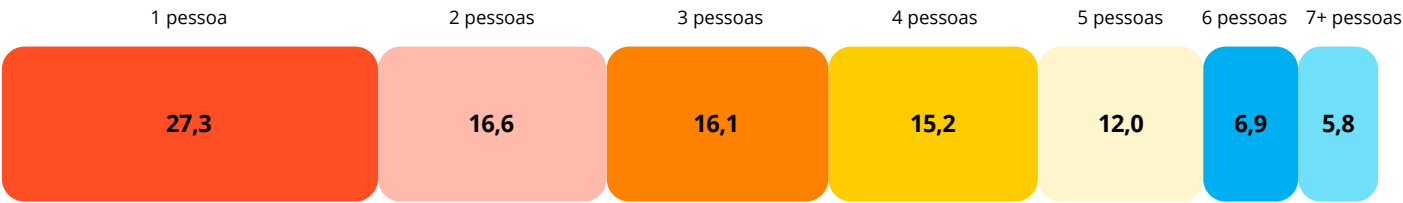


1. Fonte: MTSSS, 2024
2. Interpretação: Em 2024, havia 33.694 crianças do sexo feminino que beneficiavam do rendimento social de inserção.

QUE TIPO DE AGREGADOS RECEBEM RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO?

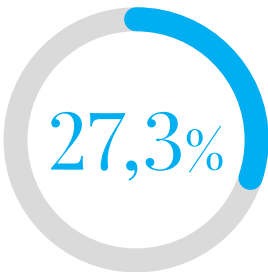
A dimensão do agregado familiar influencia o valor do RSI, mas também os critérios de elegibilidade para o receber. A Figura 23 mostra a repartição do número de beneficiários de acordo com a dimensão dos seus agregados familiares. Os adultos que vivem sozinhos representam a maior proporção dos agregados que recebem RSI (27,3%), seguidos dos agregados com duas pessoas (16,6%). Os agregados com 6 ou mais pessoas representam 12,7% das famílias que recebem RSI. Em 2024, havia 225 mil beneficiários a receber RSI, o que corresponde a 115 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 152,96€, e por família de 324,49€. A Figura 22 mostra a distribuição do número de beneficiários por idade e género.

Figura 23 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por dimensão do agregado familiar em 2024 (em %)



1. Fonte: MTSSS, 2024
2. Interpretação: Em 2024, 27,3% das pessoas que beneficiavam do rendimento social de inserção viviam sozinhas.

EM 2024,



OS ADULTOS QUE VIVEM SOZINHOS REPRESENTAM A MAIOR PROPORÇÃO DOS AGREGADOS QUE RECEBEM RSI

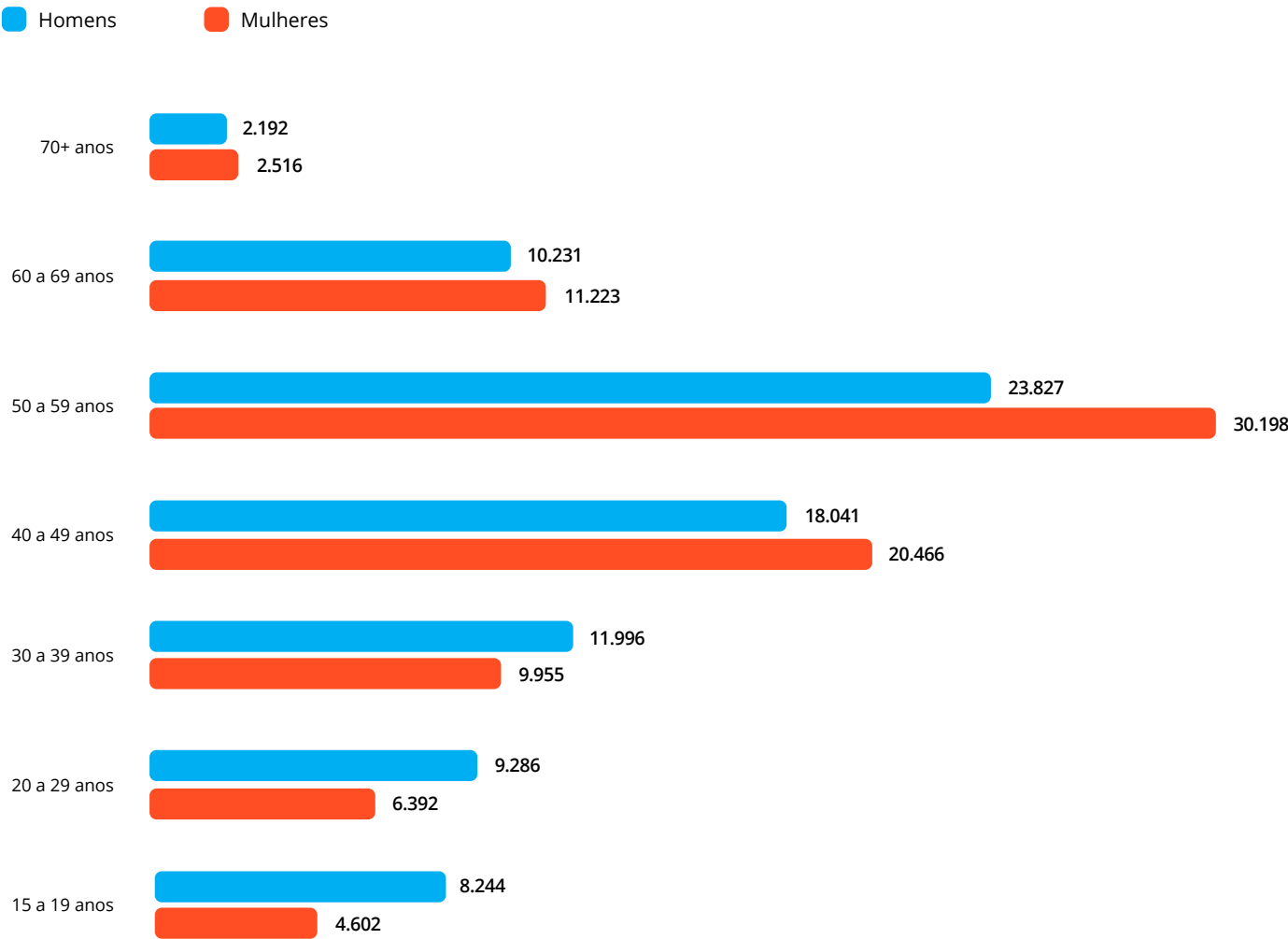
QUEM RECEBE A PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO?

A prestação social para a inclusão (PSI) destina-se a cidadãos nacionais e estrangeiros com um grau de incapacidade certificada igual ou superior a 60%. Esta prestação é constituída por uma componente base, um complemento (para combater a pobreza das pessoas com deficiência) e uma majoração (com base nos encargos específicos da situação de deficiência). Em 2025, o valor máximo mensal por beneficiário da componente base é

de 324,55€ e o valor máximo do complemento é de 488,22€ (para adultos sem rendimentos).

Em 2024 havia cerca de 169 mil beneficiários, com um apoio médio mensal de 375,48€. A Figura 24 mostra o número de beneficiários da PSI por idade e género. Neste caso, a maioria dos beneficiários tem entre 50 e 59 anos (54 mil, ou 32% do total). No grupos etários até aos 39 anos, há mais pessoas do sexo masculino a receber PSI, enquanto nos restantes a proporção de pessoas do sexo feminino é superior.

Figura 24 - Número de beneficiários da prestação social para a inclusão por género e por idade em 2024



1. Fonte: MTSSS, 2024
2. Interpretação: Em 2024, havia 2.516 idosos do sexo feminino que beneficiavam da prestação social para a inclusão.



11. Perceções e atitudes face ao Estado e instituições

Perceções e atitudes face ao Estado e instituições

Nesta parte do relatório, usamos informação disponível no Inquérito Social Europeu (*European Social Survey*, ESS11) para caracterizar as perceções e atitudes dos Portugueses face ao Estado Social, em função do seu rendimento.

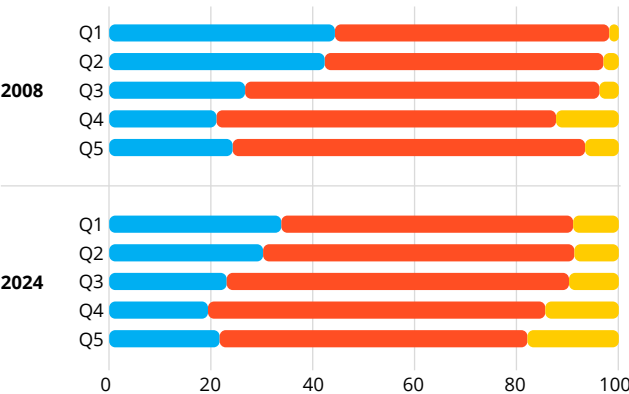
QUAL É O GRAU DE CONFIANÇA DOS RESIDENTES NAS INSTITUIÇÕES?

A Figura 25, mostra como a confiança nas instituições e nos seus principais atores aumentou de forma geral entre 2008 e 2024. De todas as instituições abordadas no inquérito, a polícia é aquela em que os residentes mais confiam e os políticos e os partidos políticos são as instituições nas quais os residentes menos confiam. De uma forma geral, tanto em 2008 como em 2024 as pessoas de menores rendimentos tendem a ter menor confiança nas instituições e nos seus atores.

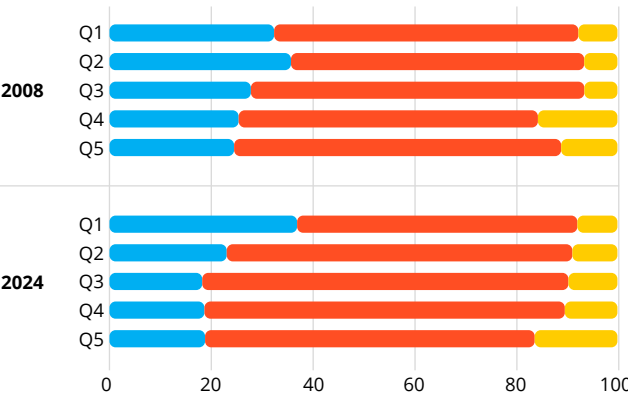
Figura 25 - Confiança nas instituições (em %)

Sem confiança Alguma confiança Confiante

PAINEL A: PARLAMENTO NACIONAL



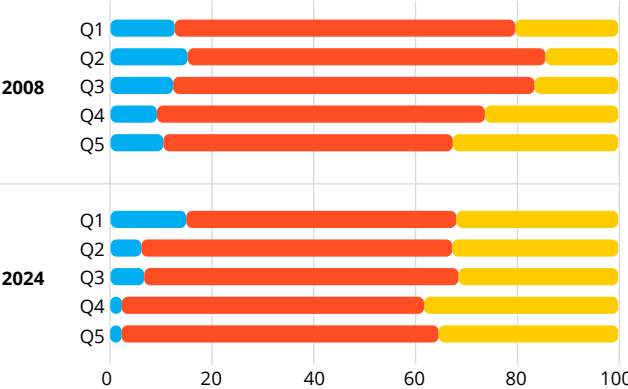
PAINEL B: SISTEMA JURÍDICO



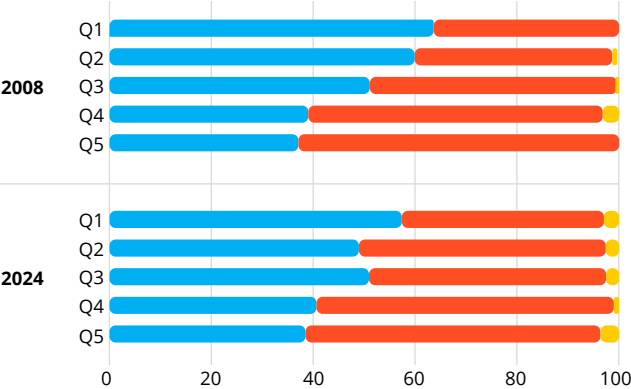
CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA »

Sem confiança Alguma confiança Confiante

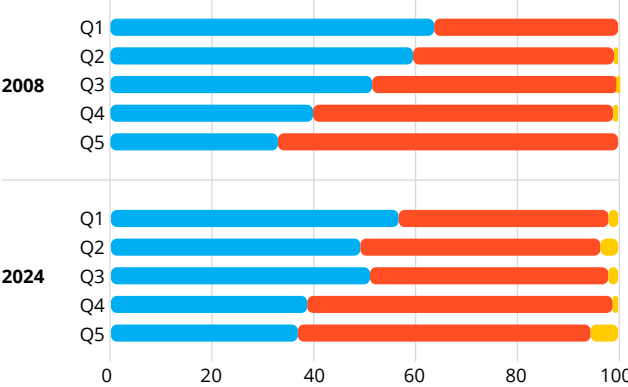
PAINEL C: POLÍCIA



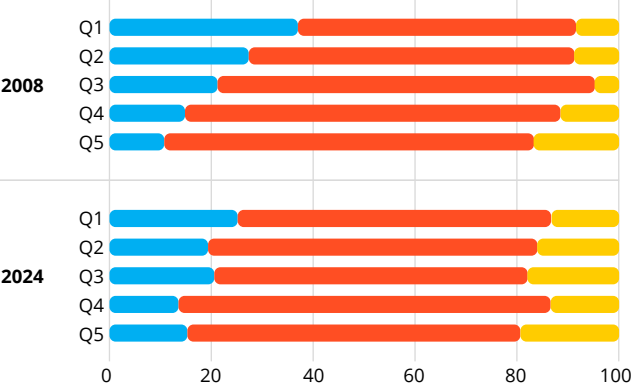
PAINEL D: POLÍTICOS



PAINEL E: PARTIDOS POLÍTICOS



PAINEL F: PARLAMENTO EUROPEU



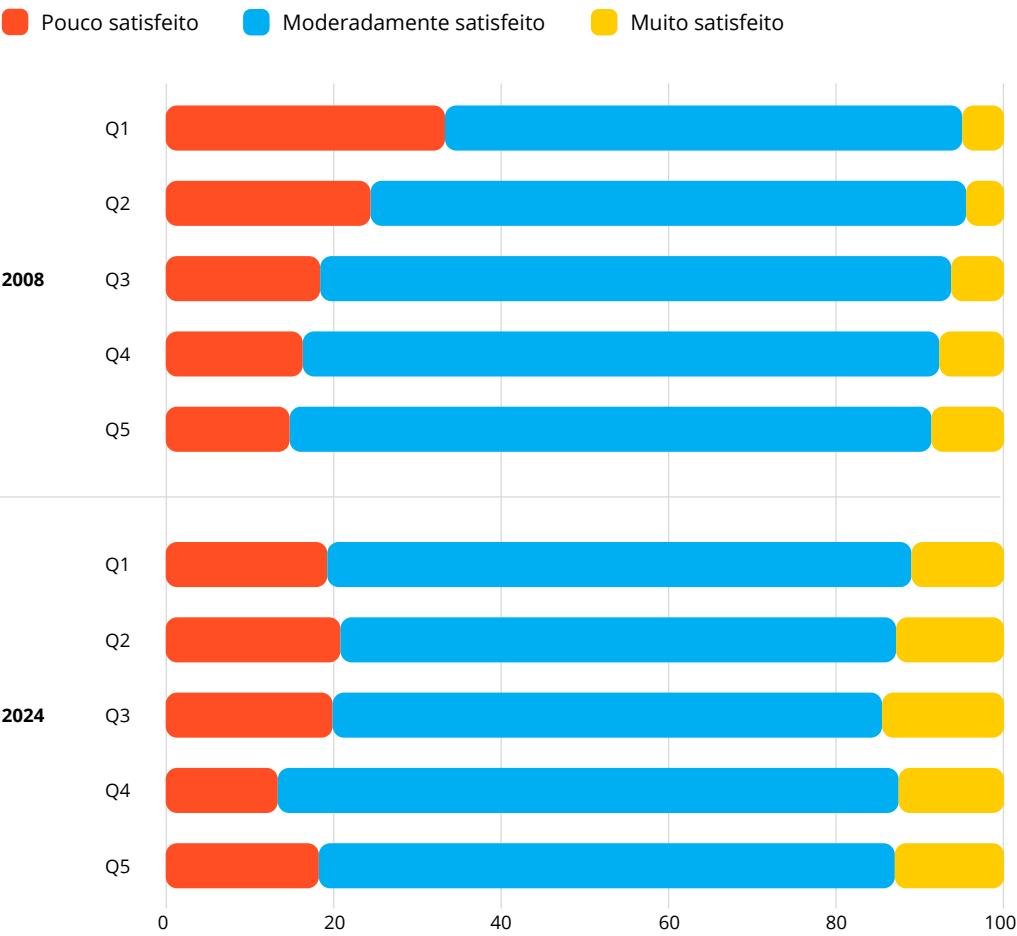
1. Fonte: ESS4 (2008) [1] e ESS11 (2024) [2].
2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, “Sem confiança” e “Confiante”. As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa “Desconfiança total” e 10 “Confiança total”.
3. Interpretação: Em 2024, cerca de 33,7% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento (Q1) não sentia confiança no Parlamento Nacional.

TANTO EM 2008 COMO EM 2024
AS PESSOAS DE MENORES
RENDIMENTOS TENDEM A TER
menor confiança
NAS INSTITUIÇÕES
E NOS SEUS ATORES.

QUÃO SATISFEITOS ESTÃO OS RESIDENTES COM O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA?

A Figura 26 ilustra como, tal como para a confiança nas instituições, a satisfação com a forma como a democracia funciona aumentou entre 2008 e 2024. Há também uma menor assimetria no nível de satisfação entre os mais pobres (Q1) e os mais ricos (Q5) em 2024 do que em 2008. Em 2008, 33% dos mais pobres dizia-se “pouco satisfeito”, valor que reduziu para cerca de 19% em 2024. Contudo, entre os mais ricos, houve uma subida de 15% em 2008 para 18% em 2024.

Figura 26 - Satisfação com o modo como a democracia funciona (em %)



1. Fonte: ESS4 (2008) [1] e ESS11 (2024) [2].
2. Neste gráfico, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, “Pouco satisfeito” e “Muito satisfeito”. As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa “Extremamente insatisfeito” e 10 “Extremamente satisfeito”.
3. Interpretação: Em 2024, cerca de 19,3% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento (Q1) encontrava-se “pouco satisfeita” com o modo como a democracia funcionava em Portugal.

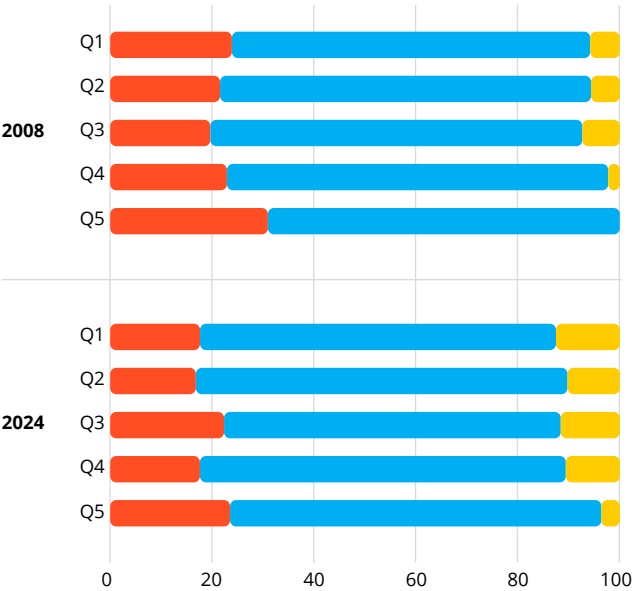
COMO AVALIAM OS RESIDENTES
O ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA
SAÚDE EM PORTUGAL?

A Figura 27 ilustra a avaliação dos residentes sobre o estado da educação e da saúde em Portugal. No que toca à educação, independentemente do nível de rendimento, a percepção melhorou, com menos pessoas que avaliam o estado da educação como muito mau e mais pessoas que o avaliam como muito bom. Relativamente à saúde, a tendência não é tão positiva. Apesar de em quase todos os quintis de rendimento haver mais pessoas que avaliam a saúde em Portugal como muito boa, em todos eles há também mais pessoas que a avaliam como muito má.

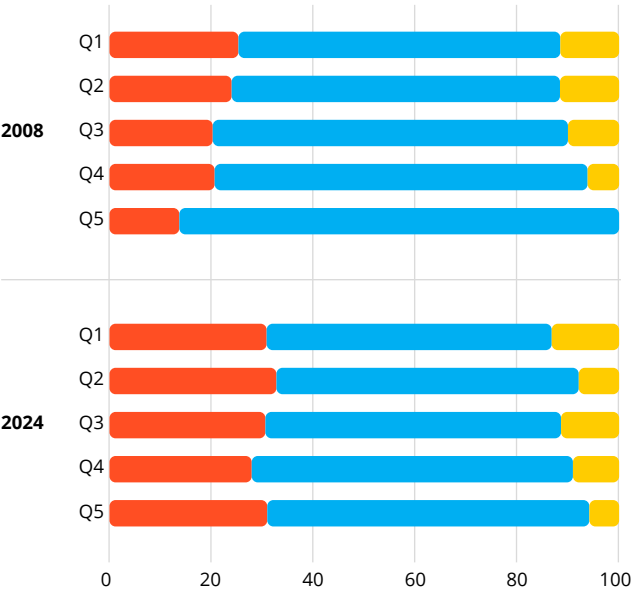
Figura 27 - O estado da educação e saúde no país (em %)

Muito mau Mediano Muito bom

PAINEL A: EDUCAÇÃO



PAINEL B: SAÚDE



1. Fonte: ESS4 (2008) [1] e ESS11 (2024) [2].
2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, “Muito mau” e “Muito bom”. As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa “Extremamente mau” e 10 “Extremamente bom”.
3. Interpretação: Em 2024, cerca de 17,3% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento (Q1) considerava que o panorama da educação em Portugal era “muito mau”.

COMO VARIA O APOIO AO ESTADO SOCIAL EM PORTUGAL?

A Figura 28 mostra que em todos os quintis de rendimento existe um apoio claro a medidas de redistribuição de rendimento.

Em 2024, mais de 80% das pessoas apoiam medidas redistributivas, valor que atinge os 91% no dois grupos da população com menores rendimentos.

Importa salientar que entre 2008 e 2024, enquanto o apoio a medidas redistributivas cresceu ligeiramente nos quintis de rendimento mais baixos (Q1 e Q2), diminuiu ligeiramente nos quintis de rendimento mais altos (Q3, Q4 e Q5).

Figura 28 - Valores relativos à justiça social (em %)



1. Fonte: ESS4 (2008) [1] e ESS11 (2024) [2].
2. As percentagens dizem respeito apenas às respostas “1 - Concordo muito” e “2 - Concordo”, numa escala de 1-5, em que “3 - Não concordo nem discordo”, “4 - Discordo” e “5 - Discordo muito”.
3. Interpretação: Em 2024, 91,2% das pessoas pertencentes ao primeiro quintil (Q1) concordam (ou concordam muito) que o Estado deve reduzir as diferenças existentes ao nível do rendimento.



12. Contexto macroeconómico

Contexto macroeconómico

Neste capítulo analisamos a evolução de alguns indicadores macroeconómicos entre 2008 e 2023, focando em quatro domínios: (i) PIB e produtividade (ii) despesas do Estado; (iii) proteção social; e (iv) salário mínimo nacional.

Os desenvolvimentos nestes agregados ajudam a compreender o contexto em que têm evoluído a pobreza e a desigualdade que estudamos no restante relatório.

PIB E PRODUTIVIDADE

O PIB quantifica a atividade económica de um país, representando, em termos monetários, a soma de todos os bens e serviços finais que foram produzidos, durante um certo período de tempo [3]. O Painei A da Figura 29 mostra a evolução real do PIB em Portugal, isto é, descontando os efeitos da inflação. Depois de uma fase de aceleração económica entre 2014

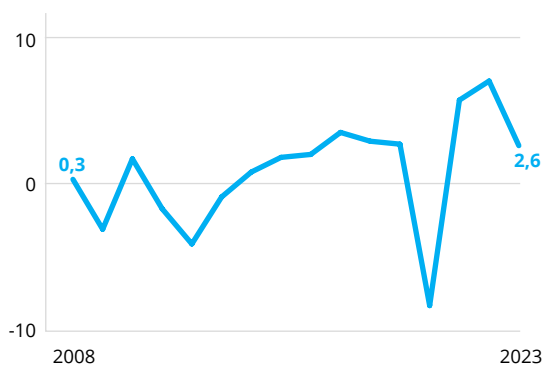
e 2017, o PIB registou uma quebra severa em 2020, durante a pandemia. Em 2022, a taxa de crescimento atingiu o seu máximo desde 2008, 6,8%. Em 2023, a taxa desceu para 2,6%.²¹

A dívida pública permite aos governos financiar despesa de hoje com impostos futuros. Depois de um período de crescimento, a dívida pública portuguesa em percentagem do PIB, apresentada no Painei B da Figura 29, estabilizou em torno de 130% do PIB entre 2012 e 2016 e começou a reduzir-se a partir daí. Em 2023, a dívida pública atingiu 97,9% do PIB.

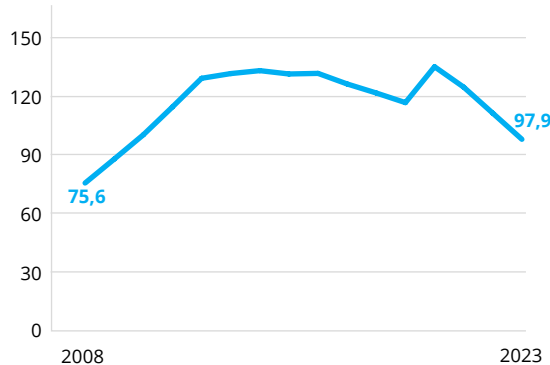
A produtividade traduz a relação entre o que é produzido e os meios empregues nessa produção, o que condiciona o crescimento económico e o nível de bem-estar de um país no longo prazo. O Painei C da Figura 29 revela a evolução da produtividade aparente em Portugal nos últimos 15 anos. Este indicador diz-nos quanta riqueza se obteve na produção de bens e serviços por trabalhador, ou seja, mede, em média, o

Figura 29 – Agregados Macro

PAINEL A: CRESCIMENTO REAL DO PIB (EM %)

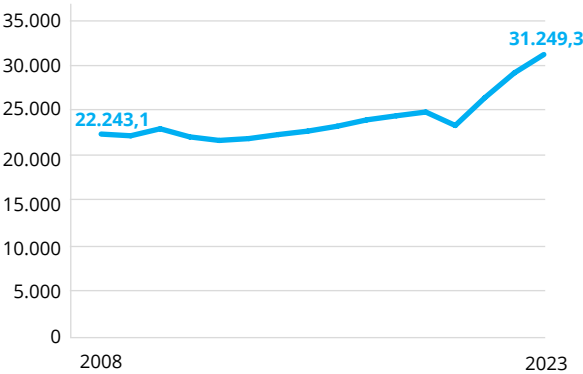


PAINEL B: DÍVIDA (EM % DO PIB)

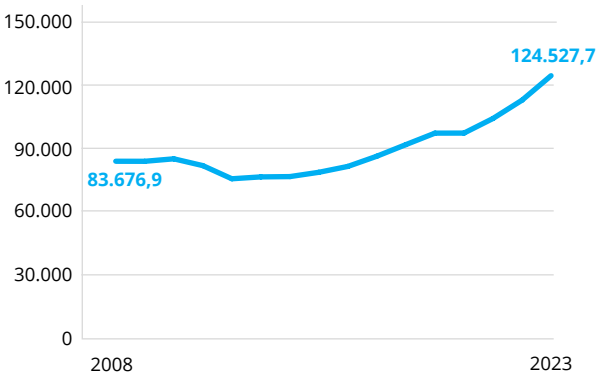


21. O PIB de um país está calculado em termos reais, ou a preços constantes, quando a produção de riqueza de cada ano é avaliada aos preços de um determinado ano. O PIB também pode ser calculado a preços correntes, isto é, quando a produção de riqueza de cada ano tem em conta os preços desse mesmo ano.

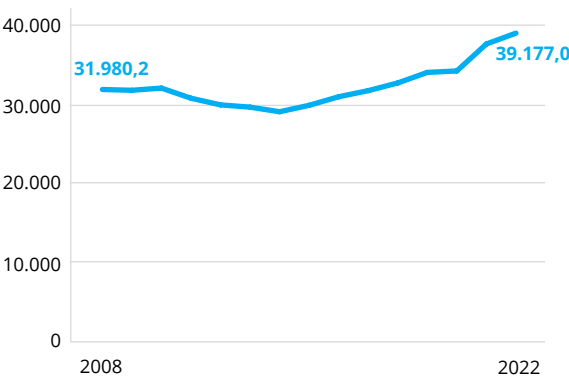
PAINEL C: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (EM EUROS)



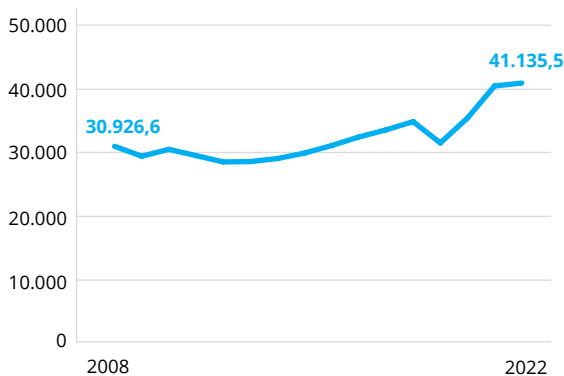
PAINEL D: REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS (EM EUROS)



PAINEL E: RENDIMENTO MÉDIO DISPONÍVEIS DAS FAMÍLIAS (EM EUROS)



PAINEL F: DESPESA MÉDIA DE CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS (EM EUROS)



1. Fonte: Pordata, 2024
2. Os valores relativos a 2023 são provisórios.
3. A taxa de crescimento real do PIB foi calculada utilizando o PIB a preços constantes.
4. Interpretação: Estima-se que, em 2023, o PIB tenha aumentado 2,6% em relação ao ano anterior e a produtividade do trabalho em Portugal foi de 31.249,30€.

valor acrescentado por cada trabalhador. É visível que a produtividade tem vindo a aumentar no período em análise. No entanto, o aumento da produtividade, na última década, não se traduz necessariamente num aumento dos rendimentos do trabalho.

O Paine D da Figura 29 mostra que a remuneração dos empregados em euros caiu durante a crise das dívidas soberanas entre 2011 e 2014. A partir de 2015, à semelhança da produtividade do trabalho, houve

um aumento continuado até à pandemia. Em 2020 e 2021, a remuneração dos empregados estabilizou, contudo voltou a aumentar nos anos seguintes .

O rendimento médio disponível e a despesa média de consumo final das famílias representados nos painéis E e F da Figura 29 têm evoluções semelhantes entre 2008 e 2023. Ambos os indicadores exibem um aumento estável no período analisado, excetuando no ano de 2020, por causa da crise pandémica.

DESPESAS DO ESTADO

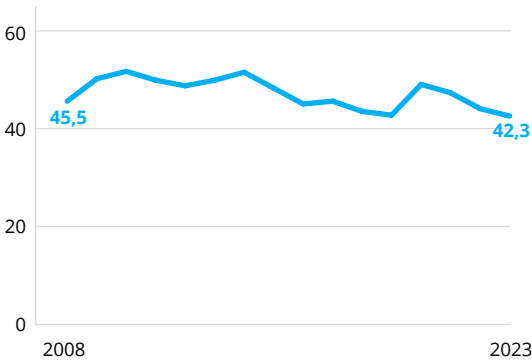
As despesas do Estado nos vários setores públicos representam as prioridades dessa sociedade. A Figura 30 mostra que a despesa total do Estado em percentagem do PIB se tem mantido relativamente constante, variando entre os 42% e os 50%, entre 2008 e 2023. Mais de um quarto da despesa do Estado é em educação e

saúde. A primeira exibe uma ligeira tendência decrescente desde 2011, para 4,3% do PIB em 2023. A segunda aumentou nos anos antes e durante a pandemia, e cifra-se em 2023 em 6,7% do PIB.

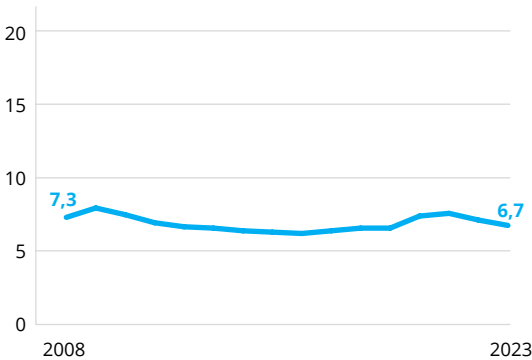
Outra parte importante da despesa do Estado é a dedicada à proteção social. Depois de um pico em 2014 (19,5%), durante a crise das dívidas soberanas. Em 2023, a proteção social representava 16,6% do PIB.

Figura 30 - Despesa do Estado

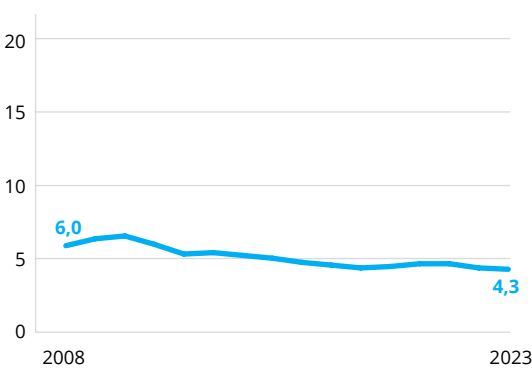
PAINEL A: DESPESA TOTAL DO ESTADO (EM % DO PIB)



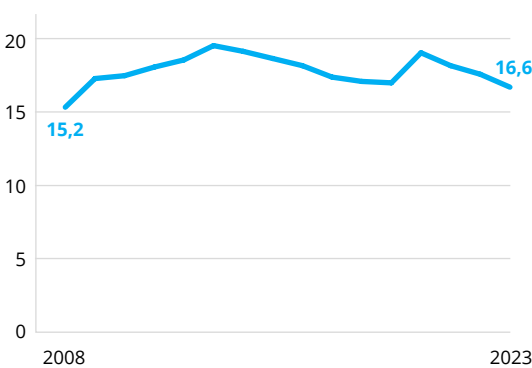
PAINEL B: DESPESA DO ESTADO EM SAÚDE (EM % DO PIB)



PAINEL C: DESPESA DO ESTADO EM EDUCAÇÃO (EM % DO PIB)



PAINEL D: DESPESA DO ESTADO EM PROTEÇÃO SOCIAL (EM % DO PIB)



1. Fonte: Eurostat, 2024
2. Os valores relativos a 2023 são provisórios.
3. Interpretação: Estima-se que em 2023 a despesa total do Estado foi 42,3% do PIB.



PROTEÇÃO SOCIAL

A Tabela 37 mostra que o número de beneficiários de pensões de velhice tem vindo a aumentar. Em 2023, cerca de 2,1 milhões de pessoas recebiam pensão de velhice, 1,56 milhões recebiam uma pensão inferior ao salário mínimo. O número de beneficiários de pensões de invalidez, sobrevivência ou reforma antecipada não variou significativamente face a 2022.

Tabela 37 - Beneficiários da segurança social (em milhares)

	2008	2022	2023
Pensões de velhice	1.827	2.081	2.117
inferiores ao salário mínimo	1.175	1.532	1.566
Pensões de invalidez	302	170	162
inferiores ao salário mínimo	172	149	144
Pensões de sobrevivência	688	738	741
Pensões por reforma antecipada	144	130	112
Subsídios de funeral	19	7	7
Subsídios por morte	86	110	87

1. Fonte: MTSSS, 2024.
2. Interpretação: Em 2023, 2,1 milhões de pessoas recebiam pensões de velhice.

EM 2023, CERCA DE

2,1 milhões

DE PESSOAS RECEBIAM **PENSÃO DE VELHICE**, DAS QUAIS

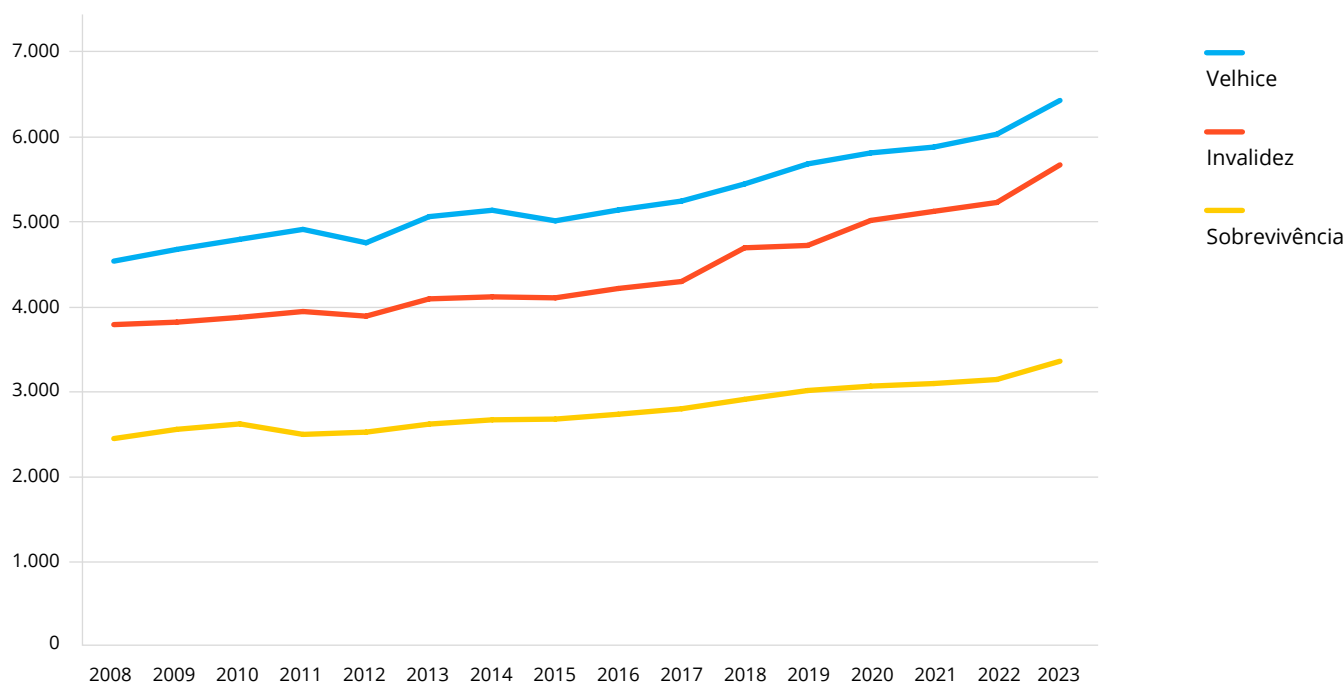
1,6 milhões

RECEBIAM UMA **PENSÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO**.



Na Figura 31 é visível o aumento nominal das pensões de reforma, viuvez e incapacidade em Portugal desde 2008, com maior destaque para as pensões de velhice, cujo valor médio anual foi de 6.437,3€ em 2023.

Figura 31 - Pensão média anual da Segurança Social - Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)



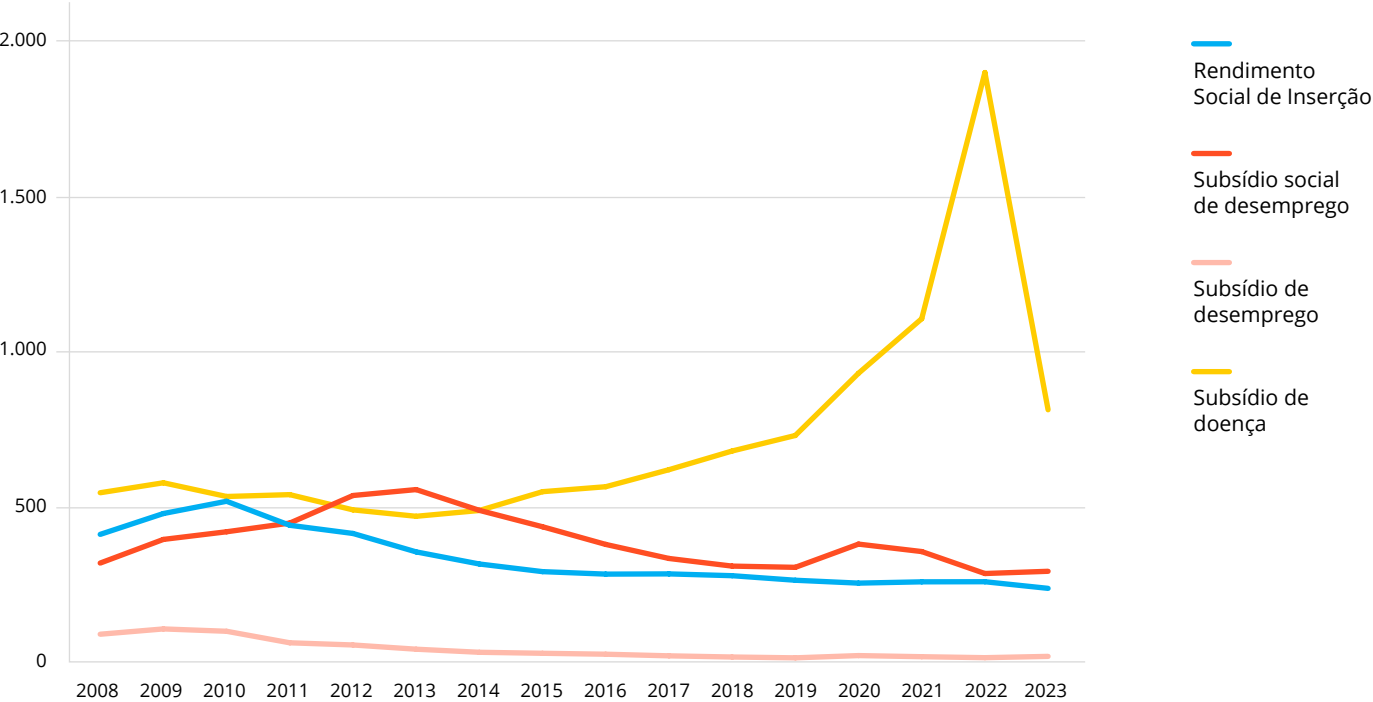
1. Fonte: Pordata, 2024.

2. Valores a preços correntes.

3. Interpretação: Em 2023, o valor médio anual das pensões da Segurança Social em Portugal era 6.437€.

Em relação a outras transferências sociais além de pensões, verifica-se na Figura 32 que o número de beneficiários do subsídio de doença tem vindo a aumentar progressivamente desde 2013, com uma subida drástica entre 2020 e 2022, durante a pandemia, porém, acaba por reduzir acentuadamente, em 2023. Ao contrário, noutros benefícios sociais, como o Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, a tendência é de estabilização ou redução.

Figura 32 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)



1. Fonte: MTSSS, 2024.
2. Interpretação: Em 2023, cerca de 240.841 portugueses eram beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

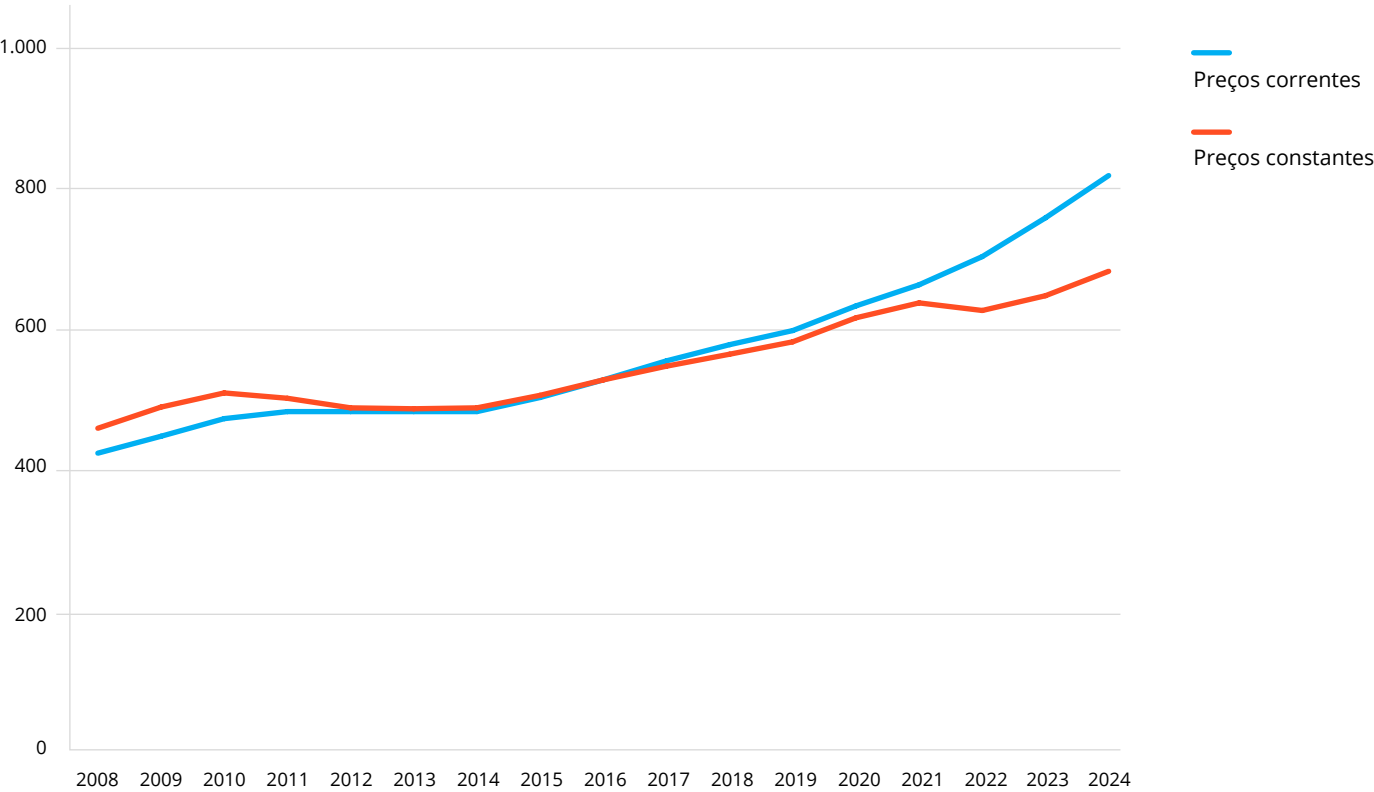
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Embora o aumento do salário mínimo não esteja necessariamente ligado a uma redução das situações de pobreza, é um indicador importante para avaliar as condições do mercado de trabalho e a dignidade laboral, com impactos na coesão social e na sustentabilidade e competitividade das empresas. Ao longo da última década, o salário mínimo nacional apresentou aumentos nominais em praticamente todos os anos (Figura 33), exceto no período entre 2012 e 2014, quando esteve fixado nos 485€.

A evolução nominal não reflete necessariamente as variações no poder de compra dos trabalhadores que recebem o salário mínimo. Para este efeito é preciso remover ao salário nominal o efeito da inflação. O salário mínimo a preços constantes, determinado a partir da variação do *Índice de Preços do Consumidor*, conheceu um acréscimo de 188€, abaixo do crescimento nominal de 394€ entre 2008 e 2024. A evolução a preços constantes mostra também que entre 2010 e 2012, e entre 2021 e 2023 os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo perderam poder de compra. Em 2024, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 820€ mensais.



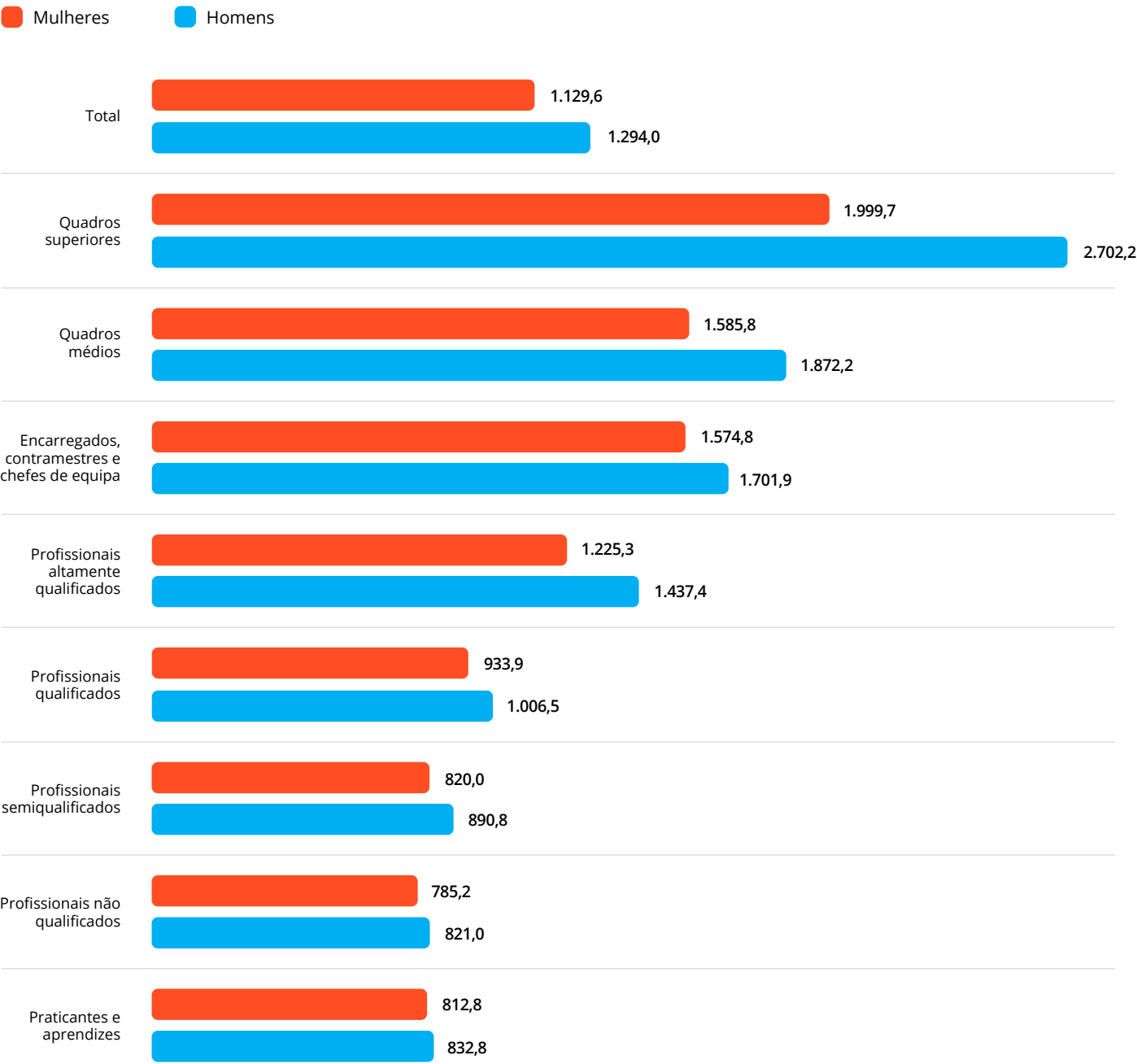
Figura 33 - Salário mínimo nacional (em €)



1. Fonte: Pordata, 2024.
2. Salário mínimo nacional (valor mensal), a preços correntes e constantes.
3. O salário mínimo está apresentado em termos brutos, isto é, antes da dedução das contribuições para a segurança social e do imposto sobre o rendimento.
4. A evolução a preços constantes permite analisar a evolução dos preços ao longo do tempo, sem o efeito da inflação, determinado a partir da variação dos preços do Índice de Preços do Consumidor. Valor (em €) calculado a partir de um determinado ano base (neste caso 2016).
5. Interpretação: Em 2024, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 820 e mensais, o que correspondia a 684,3 € a preços constantes de 2016.

Um outro indicador relevante na análise das condições do mercado de trabalho é a remuneração média mensal dos trabalhadores. A Figura 34 revela os valores deste indicador para 2023, e a tendência mantém-se: os trabalhadores por conta de outrem com qualificações superiores auferem uma remuneração mensal superior aos trabalhadores com menores qualificações. Ainda assim, as diferenças salariais entre géneros continua a ser substancial.

Figura 34 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem – Total e por nível de qualificação e género em 2023 (em €)



1. Fonte: Pordata, 2024.
2. Preços constantes com base em 2016.
3. Interpretação: Em 2023, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 1.294,0€ para os homens e 1.129,6€ para as mulheres.



13. Questões metodológicas

Questões metodológicas

13.1.

Como medir a pobreza

Para analisar a pobreza em Portugal, é importante definir o que é ser uma pessoa pobre. A pobreza é uma característica binária de um indivíduo: é pobre quem tem recursos abaixo da linha de pobreza; não é pobre quem está acima. Pobreza e desigualdade são, por isso, conceitos distintos. Desigualdade é uma característica da população e procura medir as diferenças de recursos entre todos os indivíduos de uma sociedade, independentemente de serem ou não pobres.

Há cerca de duas décadas, o Banco Mundial definia pobreza como uma privação pronunciada no bem-estar (Banco Mundial, 2001). A definição e medição do conceito de “bem-estar” levanta, naturalmente, dificuldades. Por essa razão, existem várias abordagens para medir essa privação, o que se traduz num número considerável de opções a tomar quando o queremos fazer.

POBREZA ABSOLUTA OU RELATIVA?

Podemos considerar que uma pessoa é pobre quando não tem acesso a recursos essenciais para fazer face às suas necessidades básicas. Neste caso, estamos a falar de pobreza absoluta. A alternativa é pensar na pobreza como privação por comparação ao nível de vida que prevalece numa determinada sociedade. Neste caso, estamos a falar de pobreza relativa. A medida oficial de pobreza calculada anualmente pelo Eurostat é uma medida relativa. Um indivíduo

é pobre se vive num agregado familiar com menos de 60% do rendimento mediano do país.²² Para sermos mais precisos, do rendimento disponível equivalente. Disponível, porque inclui transferências. E equivalente, porque utiliza uma correção – a escala de equivalência – que tem em conta o número de crianças e adultos do agregado familiar.²³

POBREZA UNIDIMENSIONAL OU MULTIDIMENSIONAL?

Se considerarmos apenas uma variável para definir se uma pessoa é pobre, como na definição do Eurostat discutida anteriormente, temos uma abordagem unidimensional da pobreza. As mais comuns são variáveis monetárias: neste caso, alguém é pobre se, para a variável escolhida, se encontra abaixo da linha de pobreza. No “Portugal, Balanço Social” vamos utilizar o rendimento.²⁴ Mesmo focando-nos no rendimento, há várias decisões importantes a tomar. Em primeiro lugar, que componentes do rendimento devemos incluir? Depois, como estabelecer a linha de pobreza? E, finalmente, que escala de equivalência utilizar?

A abordagem alternativa à medição unidimensional inspira-se em Amartya Sen (1987), que defende que o bem-estar advém da capacidade dos indivíduos funcionarem em sociedade. Para ele, a pobreza surge quando as pessoas carecem de recursos essenciais e, portanto, têm rendimentos ou educação inadequadas, saúde precária, insegurança,

22. Nos Estados Unidos da América, a medida oficial publicada anualmente é um indicador de pobreza absoluta.

23. Ver abaixo discussão sobre escalas de equivalência.

24. Não temos dados anuais sobre o consumo das famílias em Portugal.

baixa autoconfiança ou até mesmo ausência de direitos como a liberdade de expressão. É baseada não só em variáveis monetárias, mas também no conjunto de bens e benefícios de que os indivíduos usufruem e que formam parte do seu bem-estar.

Quando se trata de olhar para a pobreza nesta perspectiva multidimensional, as decisões a tomar são mais complexas. É necessário escolher as diferentes dimensões e, para cada uma, definir uma linha de pobreza. Algumas dimensões, como a capacidade para manter a casa adequadamente aquecida, são binárias, pelo que é pobre quem não o consegue fazer. Mas outras, como o nível de educação, têm vários níveis, pelo que é necessário decidir se um indivíduo é pobre quando, por exemplo, não sabe ler ou, alternativamente, tem o ensino básico, ou outro nível de ensino. Finalmente, é preciso decidir em quantas dimensões tem o indivíduo de estar abaixo da linha de pobreza para ser considerado pobre.

A medida de privação material do Eurostat é uma medida de pobreza multidimensional, que utiliza nove dimensões de bem-estar e define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de três. O indicador de privação material severa define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de quatro dimensões. As dimensões utilizadas são a capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo, para manter a casa adequadamente aquecida, para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias, para pagar uma semana de férias por ano fora de casa, possuir televisão a cores, máquina de lavar roupa, automóvel, telefone e atrasos em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes.

POBREZA PERSISTENTE?

Na maior parte das vezes, as medidas de pobreza disponíveis são estáticas, isto é, medem a pobreza num determinado momento do tempo, normalmente um ano. Mas, tendo em conta a definição de pobreza, é possível uma pessoa ser pobre num ano e deixar de o ser no ano seguinte, ou tornar-se pobre a dado momento da sua vida.²⁵ Quando calculamos o número de pobres num determinado ano, estamos a juntar realidades muito distintas – pessoas que foram pobres desde sempre e que assim irão permanecer com pessoas que, no limite, podem ter sido pobres apenas numa parte daquele ano e que sairão da pobreza rapidamente. Estas realidades enviesam também as comparações entre países. Um país com a mesma taxa de pobreza pode esconder realidades bastante distintas do ponto de vista dinâmico: a mesma percentagem de pobres pode num país equivaler a pessoas que estão na pobreza apenas naquele ano, e no outro a pessoas que estão na pobreza há vários anos.

Quando abordamos a pobreza sob o ponto de vista da sua persistência, podemos adotar vários pontos de vista. Podemos calcular quantas pessoas foram pobres pelo menos durante um ano, ao longo da sua vida. Alternativamente, podemos calcular quantas pessoas foram sempre pobres, ou pobres apenas durante alguns anos consecutivos. É também relevante estudar os eventos da vida que determinam as entradas e saídas da pobreza, e também a duração dos períodos em que as pessoas ficam pobres (ou não pobres). Os eventos que normalmente determinam as entradas na pobreza são da esfera pessoal (separações, morte de familiar) ou prendem-se com a participação do indivíduo no mercado de trabalho

25. Ou até mesmo alternar entre estar ou não em situação de pobreza num período mais curto, mas estes fenómenos são mais difíceis de quantificar, dado que não temos informação acerca dos recursos das pessoas em períodos mais curtos.

(perda ou mudança de emprego). A situação familiar, o nível de educação e a situação perante o mercado de trabalho determinam também a duração dos períodos de pobreza.

CONTAR INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS?

A maior parte dos indivíduos vive em agregados, no seio dos quais partilham recursos. Há vários gastos familiares que variam muito pouco com a dimensão da família. Por exemplo, a casa (uma casa de dois quartos não custa o dobro de uma casa de um quarto com as mesmas características de localização e conforto), a energia (manter uma assoalhada iluminada ou aquecida custa o mesmo, independentemente do número de pessoas que a usem) ou o transporte (uma mesma deslocação de automóvel pode transportar mais do que uma pessoa). Há até despesas que não variam, como o fornecimento de internet e televisão.

Esta partilha de recursos deve ser tida em conta quando se comparam diferentes famílias, que têm diferentes níveis de rendimento e diferentes composições. Calcular simplesmente o rendimento médio (ou seja, dividir o rendimento total do agregado pelo número de pessoas) não tem em conta esta partilha de recursos. A forma como se resolve este problema de comparabilidade é através da aplicação das Escalas de Equivalência. A que é utilizada pelo Eurostat, e que será adotada neste relatório, é a chamada Escala Modificada da OCDE. O primeiro adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de

0,3 na composição do agregado familiar. Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2.100€ tem um rendimento equivalente de $2.100/(1 + 0.5 + 0.3 + 0.3) = 1.000\text{€}$. Ou seja, esta família equivale a um adulto que viva só e aufera um rendimento de 1.000€.²⁶

Uma vez aplicada a escala de equivalência, o rendimento equivalente obtido corresponde ao rendimento daquela família (se adotarmos uma abordagem por famílias) ou ao rendimento de cada indivíduo daquela família, incluindo crianças (se adotarmos uma abordagem por indivíduo). Cumprido este passo preliminar, há duas formas de medir a pobreza. Podemos medir o número de famílias pobres ou o número de indivíduos pobres. Como é natural, as duas abordagens são equivalentes quando as famílias são exatamente semelhantes: mesmo número de adultos, mesmo número de crianças. Neste relatório, há indicadores calculados com base em indivíduos e outros calculados com base em agregados; em cada caso, iremos dizer claramente qual a base utilizada.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

A Tabela 38 apresenta as principais características do universo extrapolado a partir da amostra incluída no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em Portugal. Em 2008 e 2023, a amostra é constituída, respetivamente, por 11.786 e 33.639 indivíduos e por 4.454 e 14.209 agregados familiares.²⁷

26. Esta escala veio substituir a original da OCDE, que dava um peso de 0,7 a adultos suplementares e 0,5 a crianças. De acordo com esta escala, a família Silva seria equivalente a um adulto com um rendimento de 778€. A escala de equivalência modificada encerra uma visão mais otimista acerca dos recursos que as famílias partilham entre si, dado que a mesma família, com o mesmo rendimento, surge como mais rica quando se aplica a escala modificada em vez da original.

27. A variável região da residência da família por NUTS II ainda não tinha sido implementada no ICOR 2008.

Tabela 38 – Principais características da população

	2008	2022	2023
INDIVÍDUOS			
% de pessoas do sexo feminino	53,3	52,4	52,2
% de pessoas casadas	59,8	50,2	50,3
% de pessoas empregadas	46,6	45,6	45,8
% de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos	83,6	86,2	86,1
AGREGADOS FAMILIARES			
% de agregados residentes em Portugal continental	-	95,3	95,3
% de agregados residentes em áreas densamente povoadas	44,8	46,3	46,9
% de agregados com um adulto sem crianças dependentes	6,4	9,9	9,8
% de agregados com dois adultos com uma criança	15,7	13,5	12,6
% de agregados com dois adultos com duas crianças	16,3	11,1	9,7
Rendimento disponível médio do agregado após tranferências sociais (€)	20.762,6	25.476,3	28.198,9
Rendimento disponível médio do agregado após transferências sociais relativas a pensões (€)	20.084,3	24.030,5	26.853,5
Rendimento disponível médio do agregado antes de transferências sociais (€)	17.192,9	18.695,5	21.165,5
Rendimento disponível médio por adulto equivalente (€)	10.288,0	13.148,4	14.368,2
Rendimento mensal mínimo para fazer face às despesas e encargos (€)	1.538,8	1.260,9	1.345,7

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.

2. A percentagem das pessoas com idade igual ou superior a 16 anos refere-se à idade no final do ano da entrevista.

3. Interpretação: Em 2023, cerca de 52% da população portuguesa é do sexo feminino. Neste ano, 95% dos agregados familiares vivem em Portugal continental.

13.2.

Indicadores utilizados ao longo do relatório

Esta secção explica, em termos simples, os indicadores utilizados no relatório.

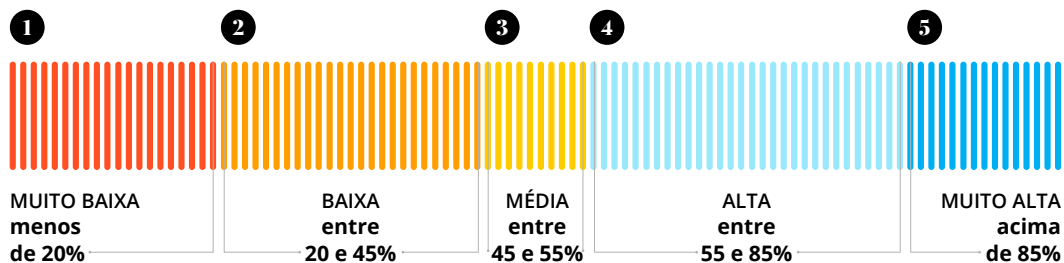
- A **taxa de risco de pobreza** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em que o rendimento equivalente disponível é inferior ao limiar oficial de pobreza, que é igual a 60% do rendimento equivalente disponível mediano. Como esta taxa de pobreza é calculada com base no rendimento monetário das famílias, muitas vezes referimo-nos a ela como taxa de pobreza monetária.
- A **privação material** é calculada com base numa lista de nove itens detalhados na Secção 4 do relatório. Quando uma pessoa não tem acesso a pelo menos três dos itens, diz-se que vive em privação material e quando não tem acesso a pelo menos quatro, falamos de privação material severa.
- A **taxa de risco de pobreza ou exclusão social** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em pobreza monetária, em privação material severa, ou com intensidade laboral muito baixa.
- O indicador de **vulnerabilidade económica** altera o limiar de pobreza monetária para 75% do rendimento mediano equivalente. Ou seja, esta medida é menos conservadora, na medida em que considera como pobres pessoas que, de acordo com o limiar oficial, não o são.
- O indicador de **insatisfação económica** é especialmente interessante porque, ao invés de impor um limiar de pobreza objetivo, permite que cada indivíduo expresse de forma subjetiva as

necessidades de recursos do seu agregado, através da pergunta “Qual é o rendimento mensal mínimo de que o seu agregado precisa para fazer face às despesas mais frequentes e necessárias?”. Assim, reportamos a percentagem de indivíduos que vivem em agregados familiares cujo rendimento anual é inferior a 90% das suas necessidades subjetivas.

- A percentagem de pessoas que vivem em agregados com **difficultades para chegar ao fim do mês** calcula quantas pessoas respondem “com grande dificuldade” ou “com dificuldade” à pergunta “Considerando o seu rendimento total, o agregado tem dificuldades em chegar ao fim do mês? Isto é, qual é o nível de dificuldade em pagar as suas despesas habituais?”.
- O indicador de **sobre-endividamento** reporta a percentagem de agregados familiares cujo encargo financeiro do pagamento de dívidas de compras ou empréstimos é considerado “muito pesado”.
- **Intensidade laboral** é uma medida da participação dos adultos da família no mercado de trabalho. No mercado de trabalho compreende-se: emprego remunerado, em regime total ou parcial; formações remuneradas ao abrigo de regimes especiais relacionados com o emprego; trabalho por conta própria (com ou sem empregados); trabalho não remunerado em negócios familiares. Parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 59 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em percentagem do número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado, ou seja, doze meses a multiplicar pelo número de pessoas.²⁸

28. Por exemplo, se houver dois adultos, com 5 e 11 meses de trabalho, respetivamente, a intensidade é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 2/3$.

Classificação da intensidade laboral pelo Eurostat:



- A **intensidade de pobreza** parte do **hiato relativo de pobreza**, que é igual à diferença entre o limiar de pobreza e o seu rendimento, a dividir pelo limiar de pobreza. Ou seja, se z for o limiar de pobreza, y_i o rendimento monetário equivalente do pobre e N o total da população calculamos

$$\frac{1}{N} \sum_i \frac{z - y_i}{z},$$

em que o somatório considera apenas o rendimento dos pobres.

- A **severidade da pobreza** é dada por

$$\frac{1}{N} \sum_i \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2,$$

em que o somatório considera apenas o rendimento dos pobres.

13.3.

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) é um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em coordenação europeia. É considerado a fonte de referência para análises comparativas sobre inclusão social e distribuição do rendimento, disponibilizando microdados (i.e. ao nível do indivíduo e da família) multidimensionais, transversais (i.e., referente ao ano em análise) e longitudinais (i.e., ao longo do tempo) sobre o rendimento, pobreza, condições de vida, exclusão social, trabalho, saúde e educação. Foi implementado em sete países em 2003, um ano mais tarde em Portugal.

Esta base de dados estatística europeia baseia-se na ideia de um “quadro comum”, definido por (i) listas harmonizadas de variáveis primárias (recolhidas anualmente) e variáveis secundárias (recolhidas de quatro em quatro anos ou com menor frequência), por (ii) uma estrutura de implementação recomendada, por (iii) requisitos comuns (para imputação, ponderação, cálculo de erros de amostragem), por (iv) conceitos comuns (agregado familiar e rendimento) e, finalmente, por (v) um conjunto de classificações harmonizadas (ISCO, NACE, ISCED) com vista a maximizar a comparabilidade da informação produzida.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento fornece dois tipos de dados: (i) dados transversais, relativos a um determinado período de tempo (os dados referentes a um determinado ano são disseminados pelo Eurostat em novembro do ano seguinte). Estes dados são recolhidos em duas fases distintas: na primeira, são recolhidos dados para

uma avaliação prévia da tendência dos níveis de pobreza; e na segunda, é recolhida mais informação

para a elaboração dos principais indicadores; e (ii) dados longitudinais, que evidenciam as mudanças a nível individual, observadas periodicamente num período de quatro anos, cujo objetivo é identificar os processos dinâmicos e a incidência dos níveis de pobreza e exclusão social na população.

Tanto os dados longitudinais como os transversais são baseados numa amostra representativa da população, a nível nacional, independentemente da nacionalidade, língua ou estado legal da residência. É, deste modo, assegurado que todos os indivíduos pertencentes à população-alvo têm uma probabilidade não nula de serem selecionados. Comparativamente à componente transversal, os dados longitudinais têm uma amostra mais limitada.

A informação disponibilizada permite desenhar um retrato da situação de pobreza e desigualdade existente em Portugal, e também nos vários estados-membros da União Europeia. O foco do inquérito é sobretudo o rendimento. No entanto, abrange, ao mesmo tempo, temas como habitação, trabalho, saúde, demografia, educação e privação, possibilitando uma análise multidimensional da exclusão social. A base de dados que daí resulta é constituída por variáveis primárias, de índole anual, e variáveis secundárias (módulos ad-hoc). As variáveis primárias estão agrupadas ao nível do agregado familiar – incluindo dados de rendimento, habitação, exclusão social e laborais – e ao nível do indivíduo, incluindo dados demográficos e de rendimento, educação, trabalho e saúde.

Todos os cálculos deste relatório foram realizados com a versão do ICOR 2023 disponibilizada no final de 2024 para fins de investigação.

13.4.

Inquérito Social Europeu

A informação do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento é complementada com informação do Inquérito Social Europeu (em inglês, *European Social Survey*). O ISE é bienal e realiza-se desde 2001 em diferentes países europeus. Resulta de um consórcio académico liderado pela Universidade de Londres, no Reino Unido. Em Portugal, a coordenação está a cargo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em conjunto com o ISCTE-IUL e o ISCSP.

O ISE tem por objetivo medir atitudes, crenças e padrões de comportamentos das populações dos diferentes países europeus face a um conjunto de elementos definidores das suas sociedades. Os dados mais recentes dizem respeito a 2024 e cobrem 23 países, incluindo Portugal. A cobertura geográfica é variável, sendo que Portugal é um dos 15 países que participaram em todas as edições do questionário. Existe um módulo permanente, que se repete a cada edição, permitindo medir mudanças na estrutura social dos países participantes. Este

módulo inclui informação demográfica mas também informação relativa ao bem-estar, saúde, religião, valores humanos, confiança nas instituições, entre outros. Adicionalmente, há ainda módulos rotativos, de menor frequência, com enfoque num determinado tema. Neste relatório são usados dados do módulo rotativo relativo às condições laborais, e dados do módulo permanente sobre confiança nas instituições.

Em Portugal, as entrevistas são realizadas pelo método CAPI, que consiste em entrevistas presenciais assistidas por computador. As perguntas são adaptadas à realidade portuguesa, quando necessário (e.g. perguntas relativas a preferências partidárias ou religião).

A amostra é representativa das pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, independentemente da sua nacionalidade. A seleção é feita através de métodos de probabilidade aleatória estrita, com vista à obtenção de uma amostra mínima de 1500 pessoas. São excluídas as regiões dos Açores e da Madeira.



14. Anexos

Anexos

Tabela 39- Dados utilizados

ESTUDOS/DADOS	INSTITUIÇÃO	PERÍODO RECOLHA
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)	Instituto Nacional de Estatística (INE)	2008, 2022, 2023 e 2024
Inquérito Social Europeu	European Social Survey European Research Infrastructure Consortium (ESS ERIC)	2023 e 2024
Inscritos no centro de emprego	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2023
Inquérito ao Emprego (IE)	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	2024
Segurança Social	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) [8]	2023 e 2024

Referências

- [1] ESS Round 4: European Social Survey Round 4 Data (2008). Data file edition 4.5. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. doi: 10.21338/NSD-ESS4-2008.
- [2] ESS Round 11: European Social Survey Round 11 Data (2024). Data file edition 2.0. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. doi: 10.21338/ess11e02_0
- [3] EU Commission (2009), GDP and beyond: measuring progress in a changing world. COM (2009), 433.
- [4] EU Commission (2019), Reflection paper towards a sustainable Europe by 2030, doi: 10.2775/676251
- [5] Eurostat (2018), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2019 operation.
- [6] Eurostat (2019), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2020 operation.
- [7] Eurostat (2019), EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) methodology - concepts and contents, Statistics Explained.
- [8] Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).
- [9] INE, Inquérito ao emprego. Taxa de desemprego (Ajustada de sazonalidade - %) da população ativa com idade entre 15 e 74 anos por Grupo etário; Mensal. Disponível em www.ine.pt.
- [10] International Labour Organization (ILO). Ilostat. Disponível em <https://www.ilo.org/ilostat/>.
- [11] Oliveira, C., Pacheco, S., Neves, S., & Lima, F. (2017). Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <https://www.ine.pt/xportal/xmain>.
- [12] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2021). A pandemia e o mercado de trabalho: O que sabemos um ano depois. Nova School of Business and Economics
- [13] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2022). Portugal, Balanço Social 2021. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/g5ko-pz3e>
- [14] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Fonseca, M. (2023). Portugal, Balanço Social 2022. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/vjnr-zsdn>
- [15] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Fonseca, M. (2023). Portugal, Balanço Social 2023. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/htzy-h8zf>
- [16] Peralta, S., Carvalho, B. P., Fanha, J., & Fonseca, M. (2025). Quem consegue pagar as despesas essenciais? Uma análise da pobreza absoluta em Portugal. Nova School of Business and Economics <https://doi.org/10.34619/a8im-t60b>

Índice de perguntas

3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS	
	Qual é o limiar de rendimento abaixo do qual se é pobre?	14
	Existem linhas de pobreza diferentes para diferentes tipos de família?	15
	Qual é a percentagem de pessoas pobres em Portugal?	15
	Quais são os grupos da população mais vulneráveis à pobreza?	16
	De que forma é que a relação com o mercado de trabalho afeta o risco de pobreza?	18
	Qual é a relação entre a composição do agregado familiar e o risco de pobreza?	20
	Quantas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade económica?	21
	Quantas pessoas vivem em situação de pobreza extrema?	21
	Que parte da pobreza é explicada pela variação do limiar de pobreza ao longo dos anos?	21
	Qual é a distribuição do rendimento disponível em 2023?	23
	Que outras dimensões de fragilidade económica podemos considerar?	24
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	
	Quanto seria necessário para retirar todos os pobres da condição de pobreza?	25
	Quão severa é a situação dos mais pobres entre os pobres?	25
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	
4.1	Privação material e social	
	Como é que o Eurostat mede a privação?	28
	Qual é a percentagem de residentes que se encontra em privação material e social?	29
	Quão intensa é a privação material e social em Portugal?	29
	Como varia a privação material e social consoante a condição de pobreza?	30
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação?	31
4.2	Outras privações essenciais	
	4.2.1 Situação laboral	
	Como podemos medir a intensidade de ligação com o mercado de trabalho?	33
	Que percentagem da população tem intensidade laboral baixa ou muito baixa?	34
	4.2.2 Educação	
	Que percentagem da população tem educação superior?	35
	Qual é o impacto do nível de educação na desigualdade salarial entre géneros?	36
	4.2.3 Saúde	
	Como se caracteriza o estado de saúde dos residentes em Portugal?	37
	Como se caracteriza o acesso à saúde dos residentes em Portugal?	37
	4.2.4 Habitação	
	Quais são as privações habitacionais da população residente?	38
	Quão relevantes são os encargos com habitação?	39
	Quem enfrenta dificuldades habitacionais?	40

5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	
	Que percentagem do rendimento do país é detido pelos 25% mais pobres?	42
	O que nos dizem as outras medidas de desigualdade?	43
	A educação e a situação laboral influenciam a posição na distribuição do rendimento?	44
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	
	Quais são as transferências sociais mais relevantes?	47
	Qual seria a taxa de risco de pobreza sem transferências sociais?	47
	Qual é o impacto das transferências sociais na intensidade e severidade da pobreza e na desigualdade?	48
	Qual é a relação entre as transferências sociais recebidas e o rendimento?	48
7	DIFERENÇAS REGIONAIS	
	Quais são as regiões com mais pobreza?	50
	Em que regiões é maior a privação material e social?	50
	Em que regiões é maior a desigualdade na repartição de rendimentos?	51
	Como varia a taxa de pobreza das regiões considerando as suas próprias linhas de pobreza?	52
	Que outras privações são mais comuns nas regiões de Portugal?	53
	Qual o contributo das transferências sociais para reduzir a taxa de pobreza em cada região?	55
	Que municípios têm maior desigualdade na repartição de rendimentos?	56
8	AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MAIS NOVOS E DOS MAIS VELHOS	
8.1	Pobreza e desigualdade	
	Qual é a taxa de pobreza das crianças e dos mais velhos?	59
	Qual é o impacto das transferências sociais na pobreza das crianças e nos mais velhos?	60
8.2	Privação material e social	
	Qual é a percentagem de crianças e de mais velhos em privação material e social?	61
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação para as crianças e os mais velhos?	62
8.3	Outras privações essenciais	
	Que outros tipos de privações enfrentam as crianças em Portugal?	64
	Que outras privações têm os mais velhos em Portugal?	64
9	CONDIÇÕES LABORAIS	
	Como é que o rendimento influencia as características laborais?	67
	Como é que o rendimento condiciona a influência no trabalho?	68
	Como é que o rendimento se relaciona com a quantidade e tipo de horas de trabalho?	69
	Como é que a situação de pobreza influencia as razões para trabalhar menos de 30 horas semanais?	70
	Como é que o rendimento se relaciona com as condições de risco no trabalho?	71
	Como é que o rendimento se relaciona com a intensidade na exposição às condições perigosas no trabalho?	72
	Quais são os grupos da população mais expostos às condições perigosas no trabalho?	74
	Como é que as condições perigosas no trabalho afetam a saúde?	75

10	MERCADO DE TRABALHO E APOIOS SOCIAIS	
10.1	Mercado de trabalho	
	Como evoluiu a taxa de desemprego nos últimos anos?	77
	Em que regiões houve maior aumento no número de inscritos no centro de emprego?	78
	Em que municípios existe maior dificuldade no acesso ao emprego?	80
	Como evoluiu o número de inscritos nos centros de emprego nos diferentes grupos sociodemográficos?	81
	De que forma varia o número de horas trabalhadas para os diferentes grupos sociodemográficos?	83
	Qual é a prevalência de teletrabalho entre os diferentes grupos sociodemográficos?	84
	Qual é a prevalência de trabalho temporário entre os diferentes grupos sociodemográficos?	85
10.2	Proteção social	
	Quem recebe abono de família?	86
	Como se distribuem os beneficiários pelos escalões do abono de família?	87
	Quem recebe rendimento social de inserção?	88
	Que tipo de agregados recebem rendimento social de inserção?	90
	Quem recebe a prestação social para a inclusão?	91
11	PERCEÇÕES E ATITUDES FACE AO ESTADO E INSTITUIÇÕES	
	Qual é o grau de confiança dos residentes nas instituições?	93
	Quão satisfeitos estão os residentes com o funcionamento da democracia?	95
	Como avaliam os residentes o estado da educação e da saúde em Portugal?	96
	Como varia o apoio ao estado social em Portugal?	97
12	CONTEXTO MACROECONÓMICO	
	PIB e produtividade	99
	Despesas do Estado	101
	Proteção social	102
	Salário mínimo nacional	104
13	QUESTÕES METODOLÓGICAS	
13.1	Como medir a pobreza	
	Pobreza absoluta ou relativa?	108
	Pobreza unidimensional ou multidimensional?	108
	Pobreza persistente?	109
	Contar indivíduos ou famílias?	110
	Caracterização das famílias portuguesas	110



Fotografias: Shutterstock | Design e infografias: Laboota